UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Quilombo, Identidade e Território: uma revisão sistemática das pesquisas de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa

Layla Aparecida Pereira
Magister Scientiae

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025

LAYLA APARECIDA PEREIRA

Quilombo, Identidade e Território: uma revisão sistemática das pesquisas de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Daniela Leandro Rezende

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa

T

P436q
2025

Pereira, Layla Aparecida, 1996-

Quilombo, identidade e território: uma revisão sistemática das pesquisas de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa / Layla Aparecida Pereira. – Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (149 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Daniela Leandro Rezende.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Serviço Social, 2025.

Referências bibliográficas: f.135-149.

DOI: https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.071

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Negros - Identidade racial. 2. Quilombos. 3. Análise de conteúdo (Comunicação). 4. Universidade Federal de Viçosa - Pós-graduação. 5. Universidade Federal de Viçosa - Teses. I. Rezende, Daniela Leandro, 1981-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Política Social. III. Título.

CDD 22. ed. 305.896

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fátima Alves CRB-6/2875

LAYLA APARECIDA PEREIRA

Quilombo, Identidade e Território: uma revisão sistemática das pesquisas de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 4 de setembro de 2025.

Assentimento:

Layla Aparecida Pereira
Autora

Daniela Leandro Rezende
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 08/09/2026 às 13:27:43 e pela orientadora em 16/09/2026 às 16:46:49. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse https://siadoc.ufv.br/validar-documento. No campo 'Código de registro', informe o código **F3H9.ATI5.C5C7** e clique no botão 'Validar documento'.

“Às comunidades quilombolas, de todos os cantos e histórias, cujas vozes ecoam através do tempo, e cuja resistência e ancestralidade inspiraram cada linha desta dissertação”.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A elaboração desta dissertação representa a culminância de uma trajetória de mais de nove anos na Universidade Federal de Viçosa. Ao longo desse percurso, contei com o apoio direto e indireto de muitas pessoas, às quais registro aqui meus sinceros agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, por me fortalecerem nos momentos de dificuldade e por me ensinarem que os desafios fazem parte do propósito e do caminho.

Sou profundamente grata à minha orientadora, professora Daniela Rezende, pelo acompanhamento cuidadoso, pela generosidade intelectual e pelo incentivo constante, mesmo diante dos obstáculos. Sua confiança foi fundamental para a concretização deste trabalho.

Agradeço aos professores e professoras que contribuíram para minha formação acadêmica e humana, em especial Maria Simone Euclides, Carlos Eduardo Marques, Marisa B. Araújo, Sales Augusto, Ivonete Lopes e Márcia Fontes.

Aos colegas do mestrado, agradeço pela parceria e pelo apoio ao longo dessa caminhada, bem como aos funcionários do Departamento de Economia Doméstica e de Ciências Sociais da UFV, pelo acolhimento.

Aos amigos de Viçosa, Florestal e Mauá-SP, que tornaram essa trajetória mais leve e significativa, meu sincero agradecimento.

Em especial, registro minha gratidão aos amigos que partiram cedo demais, mas que permanecem vivos em minhas memórias e em minha caminhada.

À Universidade Federal de Viçosa, agradeço pela oportunidade de realizar a graduação e a pós-graduação.

Por fim, meu agradecimento mais profundo é dedicado à minha família, em especial aos meus pais, Cleivan e Gisleine, aos meus irmãos e ao meu sobrinho, pelo amor, apoio e compreensão incondicionais ao longo de toda essa trajetória.

RESUMO

PEREIRA, Layla Aparecida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2025. **Quilombo, Identidade e Território: uma revisão sistemática das pesquisas de pós-graduação na Universidade Federal de Viçosa**. Orientadora: Daniela Leandro Rezende.

Esta dissertação analisa criticamente como as categorias “quilombo”, “identidade” e “território” são mobilizadas na produção acadêmica em nível de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no período compreendido entre 2007 e 2023. A pesquisa busca compreender de que maneira essas categorias aparecem e são articuladas nas teses e dissertações analisadas. Por meio da análise temática, foram examinadas 13 produções acadêmicas que abordam direta ou indiretamente a realidade de comunidades quilombolas. Os resultados indicam que as categorias analisadas não operam de forma isolada, mas encontram-se profundamente entrelaçadas, compondo um sistema simbólico, político e epistemológico compartilhado. As subcategorias identificadas ampliam os sentidos atribuídos às categorias centrais, evidenciando uma densa trama de significados, disputas e tensionamentos. A investigação também aponta desafios e limites da universidade enquanto espaço de produção de conhecimento comprometido com os direitos territoriais e identitários das comunidades quilombolas. Conclui-se que quilombo, identidade e território devem ser compreendidos como categorias mutuamente constitutivas, atravessadas por processos históricos, políticos e sociais.

Palavras-chave: quilombo; identidade; território; pós-graduação; análise temática ; teses; dissertação

ABSTRACT

PEREIRA, Layla Aparecida, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2025. **Quilombo, Identity and Territory: a systematic review of postgraduate research at the Federal University of Viçosa**. Adviser: Daniela Leandro Rezende.

This dissertation critically analyzes how the categories “quilombo,” “identity,” and “territory” are mobilized in academic production at the postgraduate level at the Federal University of Viçosa (UFV) between 2007 and 2023. The research seeks to understand how these categories appear and are articulated in the theses and dissertations analyzed. Through thematic analysis, 13 academic works that directly or indirectly address the reality of quilombo communities were examined. The results indicate that the categories analyzed do not operate in isolation, but are deeply intertwined, composing a shared symbolic, political, and epistemological system. The subcategories identified expand the meanings attributed to the central categories, revealing a dense web of meanings, disputes, and tensions. The research also points to challenges and limitations of the university as a space for the production of knowledge committed to the territorial and identity rights of quilombo communities. It concludes that quilombo, identity, and territory should be understood as mutually constitutive categories, traversed by historical, political, and social processes.

Keywords: quilombo; identity; territory; postgraduate studies; thematic analysis ; thesis; dissertation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de levantamento e organização dos dados 76

Gráfico 1 – Frequência das categorias por trabalho/ano 90

Gráfico 2 – Frequência Observada por PPG e Palavra-Chave 92

Gráfico 2 – Frequência Observada vs Esperadas 93

Figura 2 – Diagrama Sankey: Categoria principal e subcategoria 98

Figura 3 – Diagrama Sankey: Código do Trabalho + Categoria Principal + Subcategoria 101

Figura 4 – Diagrama Sankey: Autor (Ano) + Categoria Principal 116

Figura 5 – Relação das categorias analíticas 119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Protocolo de Revisão Bibliográfica 75

Tabela 2 – Caracterização das Produções Acadêmicas sobre Quilombos, Identidade e Território 78-80

Tabela 3 – Processo de Codificação 81

Tabela 4 – Distribuição Observada, Esperada e Contribuição ao Qui-Quadrado das Palavras-chave por PPG 93

Tabela 5 – Análise das Categorias e Subcategorias por Programa de Pós-Graduação (PPG) 107-109

Tabela 6 – Mapeamento teórico das categorias: citações fundamentais sobre identidade, quilombo e território 112-114

Tabela 7 – Classificação Metodológica Dominante dos 13 Trabalhos Analisados 124-125

Tabela 8 – Predominância dos Métodos Qualitativos nos Programas Analisados 126

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas.
UFV Universidade Federal de Viçosa
PPG´s Programas de Pós Graduação
LOCUS Repositório Institucional da Universidade Federal de Viçosa
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
SISU Sistema de Seleção Unificada
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RUF Ranking Universitário Folha
ESAV Escola Superior de Agricultura de Viçosa
ECOA Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia da Rede Raízes da Mata

LISTA DE SÍMBOLOS

%	Porcentagem.
χ^2	Estatística do teste qui-quadrado.
O_{ij}	Frequência observada na célula *i, j.*
E_{ij}	Frequência esperada na célula *i, j.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **13**
2. REVISÃO DE LITERATURA **21**
2.1 Colonização, raça, racismo e quilombismo 22
2.2 A interconexão entre quilombo, identidade e território 41
2.3 Quilombo, território e identidade: uma revisão sistemática da produção acadêmica recente 61
3. MATERIAIS E MÉTODOS **73**
3.1 Percurso metodológico 74
3.2 Processo de codificação e construção dos códigos 81
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO **83**
4.1. A sociologia das ausências e os silêncios na produção acadêmica 84
4.2 Frequência das categorias e a emergência em se pensar as subcategorias de análise 89
4.3 As subcategorias a partir das categorias principais da produção acadêmica sobre quilombos na ufv 105
4.4 As produções acadêmicas como dispositivos de racialidade 120
4.5 Quem fala sobre quilombo, identidade e território: sujeitos, lugares e (r)existências na produção acadêmica 123
5. CONCLUSÕES **132**
REFERÊNCIAS **135**
APÊNDICE A - Referências dos textos analisados na revisão de literatura **145**
ANEXO B - Trabalhos analisados na pesquisa (2007-2023) **148**

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação constrói-se a partir de atravessamentos, experiências e deslocamentos que me afetam e me mobilizam enquanto sujeito e pesquisadora. A percepção de como as relações raciais conformam trajetórias individuais e coletivas, bem como os territórios e as formas de viver neles, foi determinante para a escolha do tema e para a condução desta pesquisa. Ao longo do processo investigativo, fui levada a refletir sobre quilombo, identidade e território, não apenas como categorias analíticas, mas como dimensões que atravessam a minha própria história e pertencimento.

Nesse movimento, a escuta de narrativas, o contato com outros cotidianos e a convivência em diferentes territórios tornaram-se elementos centrais para a construção deste trabalho. Essas experiências abriram espaço para a composição de novas leituras e narrativas em diálogo com sujeitos negros, especialmente com mulheres negras que, ao romperem barreiras historicamente impostas ao acesso ao Ensino Superior, constroem hoje suas trajetórias acadêmicas na Universidade Federal de Viçosa (UFV). É a partir desse lugar, situado e implicado, que se desenvolve a reflexão apresentada a seguir.

Durante o desenvolvimento desta dissertação, um aspecto fundamental emergiu de forma inesperada e profundamente transformadora. Ao aprofundar minha pesquisa sobre comunidades quilombolas, descobri que minha mãe nasceu e viveu parte da infância em Tucum, uma comunidade quilombola no interior da Bahia. Essa revelação ressignificou minha própria trajetória e me conectou, de maneira afetiva e política, a uma história que até então não era contada na minha família – mas vivenciada nas dinâmicas culturais e simbólicas do dia a dia em casa. Cresci em um bairro periférico do ABC Paulista/São Paulo e em 2016, aos dezenove anos de idade fui para Minas Gerais – sem pai, mãe ou qualquer outro parente próximo e/ou perto dali – cursar Tecnologia em Gestão Ambiental, em Florestal. Lá conheci o movimento agroecológico, as mulheres do campo e a parte social e política, alinhada à uma perspectiva de vida ambiental e de luta, que me intrigou – e me reconectou a mim mesma. Permaneci pouco tempo, e durante uma transferência interna da Universidade Federal de Viçosa, passei a cursar no segundo período de 2017 o curso de Ciências Sociais no campus Viçosa. Nesse percurso, morei em um território quilombola urbano, onde tive e estive em contato direto com experiências de

resistência, memória, identidade e luta coletiva. Foi nesse espaço e nesse tempo que questões antes teóricas ganharam corpo, nome e voz.

Além disso, participei de um projeto de pesquisa vinculado à FAPEMIG, coordenado pela professora Ivonete da Silva Lopes, que investigava o acesso e a apropriação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) por mulheres negras, especialmente aquelas residentes em quilombos e favelas. Essa experiência foi decisiva para que eu compreendesse as múltiplas formas de resistência cotidiana, os atravessamentos de raça, gênero e classe, e os modos como as mulheres negras constroem redes, narrativas e tecnologias a partir dos seus territórios.

Essas vivências coincidiram com o aprofundamento da minha pesquisa e me levaram a perceber que minha própria história familiar dialogava com os temas que eu estudava. Esse reconhecimento não veio de uma origem assumida de antemão, mas foi sendo construído e compreendido ao longo do processo, revelando como ciência e experiência podem se entrelaçar, mutuamente implicadas.

Esse movimento constante reflete o que Patricia Hill Collins (2019) denomina de *outsider within* – a posição liminar que me coloca ao mesmo tempo dentro e fora desses ambientes. Estar nesse lugar significa ocupar uma margem, mas também transformar essa margem em um ponto de observação crítico e privilegiado. A condição de *outsider within* não é apenas uma posição de vulnerabilidade, mas um lugar que me confere uma perspectiva diferenciada para questionar normas e desafiar práticas que, muitas vezes, silenciam vozes como a minha.

Pra mim, já não se tratava apenas de expandir a presença de narrativas negras na academia, mas de subverter estruturas e garantir que as histórias das comunidades quilombolas fossem valorizadas, estudadas e, sobretudo, narradas sob nossa ótica. Ao trazer a visão de quem ocupa a margem para o centro do debate (bell hooks, 2013), busco não só ampliar vozes, mas provocar rupturas e abrir caminhos para a visibilidade e o reconhecimento dessas narrativas. Diante disso, o uso de um ponto de vista “situado” (Haraway, 1988) para analisar essa temática se torna imperioso, visto que a produção do conhecimento é também situada, a partir da interseccionalidade das relações de classe, raça, etnia, gênero, poder e sexualidade. O conhecimento desde muito é questionado em seus pilares de neutralidade. Não é possível mais falarmos em um conhecimento neutro, ou em conceitos como racionalidade e universalidade antes tidos como sinônimos de

verdade, pois tratamos de um discurso, ou narrativa, que se constrói dentre outras possíveis. É preciso entender como os epistemes são formatados e carregam consigo a visão de mundo dos seus criadores. É dessa perspectiva que proponho o desafio de olhar como a produção científica e acadêmica trata as questões territoriais e identitárias das comunidades quilombolas.

Assim, a pesquisa propõe identificar como os temas "quilombos", “identidade” e "território" são abordados nas dissertações e teses produzidas na Universidade Federal de Viçosa. A então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), concebida em 1921 com o objetivo de contribuir para a modernização do interior e o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, foi estabelecida na cidade de Viçosa, na Zona da Mata Mineira. Sua criação foi inspirada nos moldes dos *Land–Grant Colleges* dos Estados Unidos, que integravam ensino, pesquisa e extensão para resolver problemas práticos do campo (Baêta, 2016; Azevedo, 2005). Essa abordagem visava qualificar profissionais capazes de aplicar novos conhecimentos científicos e técnicas agrícolas para melhorar a produção rural e promover o progresso econômico.

O cenário agrário brasileiro nas primeiras décadas do século XX era marcado pela necessidade de modernização. O país enfrentava pressões para melhorar suas práticas agrícolas e aumentar sua produtividade. Segundo Baêta (2016), a ESAV desempenhou um papel central ao oferecer cursos pioneiros em Agronomia e Veterinária, com o primeiro curso de Agronomia iniciado em 1928. Esses cursos formaram uma geração de profissionais que, armados com novos conhecimentos técnicos, levaram inovações ao campo, aumentando a eficiência e a produção agrícola em diversas regiões do Brasil.

A expansão da instituição continuou com a criação do curso de Economia Doméstica em 1952, o primeiro do gênero no Brasil. Este curso foi estabelecido em um período de crescente demanda por modernização das áreas rurais e visava formar mulheres capacitadas para aplicar novas técnicas de administração do lar e cuidados familiares, em sintonia com as transformações sociais e econômicas do campo. Para Lopes (1995), a Economia Doméstica, inspirada no conceito norte–americano de *Home Economics*, uniu práticas científicas e saberes populares para melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, complementando as atividades produtivas masculinas no campo. Nesse sentido, o curso representou um esforço da UFV em inserir as mulheres nas transformações do setor agrícola, ao

mesmo tempo em que reforçava os papéis tradicionais de gênero, já que foi estruturado para atender às demandas do desenvolvimento agrícola brasileiro, contando com forte influência da política de fomento agrícola empreendida pelo Governo Federal e pelo Governo Americano. Sua proposta inicial estava centrada na educação das mulheres e na modernização da vida doméstica, alinhando–se ao ideário higienista e ao projeto de disciplinamento da população rural.

Durante as décadas seguintes, a UFV ampliou sua oferta de cursos e programas, incluindo Zootecnia e Engenharia Florestal, sempre atenta às demandas do setor agrário. A criação desses cursos refletia a importância de uma formação diversificada e especializada para apoiar o desenvolvimento do setor rural brasileiro. O cenário acadêmico da época era marcado pelo esforço de promover uma agricultura moderna e produtiva, colocando o Brasil em sintonia com os avanços tecnológicos globais. De acordo com Baêta (2016), ao longo desse processo, a UFV consolidou-se como uma das principais instituições de ensino e pesquisa em ciências agrárias no Brasil, fornecendo suporte técnico e científico para o desenvolvimento rural.

A criação da ESAV ocorreu em um contexto histórico em que o Brasil rural era amplamente descrito como negligenciado em termos sanitários e educacionais. Esse cenário permitiu o avanço de políticas higienistas voltadas para o controle e regeneração da população rural (Hochman, 2012; Lima e Hochman, 1996). As práticas higienistas, que emergiram fortemente no final do século XIX e início do século XX, tinham como objetivo melhorar a saúde pública e a higiene, mas também visavam disciplinar e moralizar grupos sociais considerados perigosos ou atrasados, como camponeses e trabalhadores rurais. Neste caso, estudos historiográficos apontam para a incorporação desses saberes higienistas na ação formativa no campo desenvolvida pela UFV (Milagres, 2022; Paes, 2017; Azevedo, 2005), na adoção de práticas que visavam não apenas à modernização agrícola, mas também à transformação dos comportamentos dos habitantes rurais. A partir da década de 1930, ações médico-higiênicas foram implementadas, integrando atividades físicas e práticas corporais como parte de um repertório higienista que visava garantir a robustez física e moral dos trabalhadores do campo (Milagres, 2022).

As comunidades quilombolas, ao contrário da visão higienista e modernizadora, possuem práticas agrícolas sustentáveis e coletivas que foram historicamente marginalizadas. A introdução de técnicas agrícolas modernas e o

avanço de políticas produtivistas, promovidas por instituições como a ESAV/UFV, podem ter resultado em tensões sobre o uso da terra e a preservação de suas tradições culturais. A luta dessas comunidades pelo reconhecimento de seus territórios e a manutenção de suas práticas tradicionais representa uma resistência a políticas modernizadoras e higienistas, tais como aquelas que se esperava que fossem desenvolvidas a partir de aportes científicos.

Mas, embora a UFV tenha, nas últimas décadas, incorporado políticas de inclusão e promovido alguns projetos de extensão que buscam o diálogo com as comunidades tradicionais, tais como Café com Agroecologia[1], Feira de Agricultura Familiar Quilombola Buieié[2] e projetos desenvolvidos pelo ECOA – Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia do Rede Raízes da Mata[3], ainda assim o legado das práticas higienistas e produtivistas permanece como um desafio no diálogo entre a modernização agrícola e o respeito aos direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas e tradicionais (Queiroz, 2015; De Lima, 2020). A instituição ainda carrega um histórico que limita o acesso pleno e a valorização dos saberes quilombolas. No contexto da UFV e da modernização da própria cidade de Viçosa, o processo de invisibilização da população preta parte de uma idealização de um projeto higienista, implementado a partir do final do século XIX e ainda em vigor. Nesse sentido, olhar para os trabalhos da pós–graduação desenvolvidos na UFV pode explicitar essas tensões, materializadas na produção de conhecimento científico mas também, em formas de subverter a uma norma empregada nos primórdios da criação da instituição.

Diante do exposto, a universidade se configura como um primeiro tópico de debate, sendo ela um território que, embora historicamente tenha marginalizado indígenas, quilombolas, negros e outros segmentos sociais, vem se transformando

---

[1]O Café com Agroecologia é um projeto de extensão, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia iniciado em janeiro de 2015, onde são realizados encontros mensais, que visam discutir temas multidisciplinares relacionados à Agroecologia e socializar com a comunidade acadêmica e viçosense, de forma gratuita. Fonte: https://posagroecologia.ufv.br/cafe-com-agroecologia/. Acesso em 29 jul. 2025.

[2]A Feira de Agricultura Familiar Quilombola Buieié teve início com uma atividade de extensão do curso de Licenciatura em Educação do Campo (Licena), na comunidade quilombola Buieié, localizada na zona rural do município de Viçosa-MG. Ver o perfil @feiraquilombolabuieie na rede social Instagram. Acesso em 29 jul. 2025.

[3]O Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOA) da UFV atua na Zona da Mata mineira, conectando iniciativas de agroecologia e educação do campo. Por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, busca fortalecer ações coletivas na região. Entre os par–eiros do ECOA estão o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA-ZM), o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LICENA), Movimentos Sociais, e a Rede de Saberes dos Povos Quilombolas (Rede Sapoqui), entre outros. Ver: https://ecoa.ufv.br/. Acesso em 29 jul. 2025.

nos últimos anos. Pela primeira vez, a Lei de Cotas, que antes reservava vagas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência nas universidades, incluiu quilombolas no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2024. Ainda assim, das 106 universidades públicas espalhadas pelo país, apenas 20% oferecem cotas para ingresso de quilombolas, concentradas em apenas oito estados: Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Tocantins[4].

A entrada de estudantes quilombolas nas universidades pode também trazer uma mudança significativa na dinâmica acadêmica. Esses estudantes, ao se inserirem nesse espaço majoritariamente branco e elitizado, trazem consigo novas perspectivas e temas que até então não eram considerados relevantes pelos pesquisadores brancos, o que remete à discussão anterior sobre a figura da *outsider within*. Os quilombolas nas universidades públicas ocupam uma posição semelhante à descrita por Collins (2016), sendo "estrangeiros de dentro", que, apesar de fazerem parte da instituição, carregam uma visão crítica e diferenciada que pode questionar e enriquecer o ambiente acadêmico. Embora não seja possível estabelecer uma causalidade direta, uma hipótese importante é que a presença desses *outsiders within* pode estimular mudanças institucionais, desafiando as normas e práticas existentes e contribuindo para um ambiente universitário mais inclusivo e diverso.

Considerando os processos apresentados, o estudo pretende responder à questão: *de que maneira as dissertações e teses produzidas pela Universidade Federal de Viçosa têm abordado e mobilizado os conceitos de quilombo, identidade e território?* Em linhas gerais, esta dissertação emerge a partir de uma inquietação percebida pela autora no contexto dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), reconhecida nacional e internacionalmente por sua excelência nas áreas de Agricultura e Ciências Florestais. A UFV figura entre as melhores universidades do país, conforme rankings nacionais recentes, com 26 cursos de graduação avaliados com cinco estrelas, segundo o Estadão Guia da Faculdade, além de ocupar posições de destaque no Ranking Universitário Folha (RUF) em critérios como inovação, pesquisa e ensino (UNIVERSIDADE FEDERAL

[4]Esses dados são do levantamento feito pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemaa), ligado ao Instituto de Estudos Sociais–e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), com informações disponíveis até 2019.

DE VIÇOSA, 2024). Trata-se, portanto, de uma pesquisa que ultrapassa o caráter meramente descritivo, ao propor uma análise crítica da produção acadêmica relacionada à temática quilombola.

Assim, veremos que território e identidade são categorias imateriais historicamente construídas no interior do projeto colonial e mobilizadas, em grande medida, como instrumentos de dominação sobre outros povos. Tratam-se, portanto, de categorias marcadas por um pretérito colonial que demanda problematização crítica. Nesse sentido, este trabalho dialoga com autores e autoras que desconstroem leituras essencialistas dessas categorias, ancorando-se em uma literatura que as compreende como processos históricos, políticos e, sobretudo, revolucionários.

Para tanto, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão. O Capítulo 2, intitulado Revisão de Literatura, estabelece as bases teóricas e conceituais que sustentam a pesquisa. Inicialmente, discute-se o processo de colonização, a construção social da raça, o racismo estrutural e o quilombismo, situando historicamente as relações de poder que atravessam a formação social brasileira. Em seguida, o capítulo aborda a interconexão entre quilombo, identidade e território, compreendendo essas categorias como construções históricas, políticas e simbólicas indissociáveis. Por fim, apresenta-se uma revisão sistemática da produção acadêmica recente sobre esses temas, permitindo mapear tendências, lacunas e recorrências nas pesquisas desenvolvidas.

O Capítulo 3 descreve os materiais e métodos que orientaram a investigação. Nele, detalha-se o percurso metodológico adotado, bem como o processo de codificação e construção dos códigos analíticos utilizados na análise das teses e dissertações. A pesquisa foi concebida a partir de uma postura reflexiva, atenta às escolhas teóricas, metodológicas e epistêmicas presentes nos trabalhos analisados, reconhecendo que o processo de produção do conhecimento não se dá de forma linear, mas é atravessado por revisões, deslocamentos e tensionamentos constantes. Assim, o delineamento metodológico buscou garantir rigor, transparência e coerência com os objetivos propostos, permitindo a replicabilidade e a consistência analítica do estudo.

O Capítulo 4 apresenta os resultados e a discussão da pesquisa. Inicialmente, discute-se a produção acadêmica a partir da perspectiva da sociologia das ausências, evidenciando os silêncios, apagamentos e invisibilizações presentes

nas teses e dissertações analisadas. Em seguida, são examinadas a frequência das categorias analíticas e a emergência das subcategorias, bem como as articulações entre elas no conjunto da produção acadêmica sobre quilombos na Universidade Federal de Viçosa. Por fim, o capítulo analisa quem fala sobre quilombo, identidade e território, destacando sujeitos, lugares e formas de resistência e (r)existência que tensionam, em diferentes graus, a lógica acadêmica hegemônica.

O Capítulo 5, por sua vez, apresenta a conclusão do trabalho, retomando os principais achados da pesquisa, dialogando com as questões que orientaram o estudo e apontando suas contribuições teóricas, metodológicas e políticas. Ao evidenciar as dinâmicas de produção do conhecimento sobre quilombos, identidade e território na UFV, esta dissertação busca contribuir para o fortalecimento de uma reflexão crítica sobre o campo acadêmico e para a ampliação do reconhecimento de epistemologias negras e quilombolas como produtoras legítimas de conhecimento.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Antes de adentrar os capítulos que compõem este eixo teórico, faz-se necessário explicitar o posicionamento conceitual e político que orienta esta pesquisa. As categorias de território e identidade, centrais ao debate proposto, são compreendidas aqui como construções imateriais historicamente produzidas no interior do projeto colonial. Longe de serem neutras, tais categorias foram mobilizadas como instrumentos de dominação, classificação e controle de povos racializados, o que exige uma leitura crítica e descolonizadora de seus usos e significados.

Diante disso, este trabalho dialoga com autores e autoras que se dedicam a desconstruir interpretações essencialistas dessas categorias, compreendendo-as como processos históricos, relacionais e em permanente disputa. Trata-se de uma escolha teórica que se insere em uma literatura comprometida com leituras críticas da colonialidade, do racismo e das formas hegemônicas de produção do conhecimento, aproximando-se de uma perspectiva que reconhece o caráter político e revolucionário dessas categorias quando reapropriadas pelos sujeitos subalternizados.

Veremos que, embora a categoria de “pertencimento” apareça de forma recorrente na produção acadêmica analisada, frequentemente utilizada como sinônimo da própria identidade, optou-se, nesta pesquisa, por trabalhar prioritariamente com a categoria de identidade. Essa escolha não ignora a centralidade do pertencimento nos processos de construção coletiva, mas parte do entendimento de que a identidade permite apreender, de forma mais incisiva, as disputas políticas, históricas e simbólicas que atravessam a constituição dos sujeitos quilombolas.

> A reivindicação pública do estigma “somos quilombolas” funciona como alavanca para institucionalizar o grupo produzido pelos efeitos de uma legislação colonialista e escravocrata. A identidade se fundamenta aí. No inverso, no que desdiz o que foi assentado em bases violentas. (Almeida, 1996, p.17)

Tal compreensão sustenta a ideia de que a identidade, ainda que produzida no interior das estruturas coloniais, não se limita a elas. Trata-se de uma categoria dinâmica, capaz de tensionar esse sistema, ultrapassar seus limites e se recriar ao longo do tempo, produzindo novos sentidos e possibilidades de existência coletiva.

O quilombo, portanto, é entendido simultaneamente como um direito constitucional e como uma experiência anticonstitucional. Constitucional, por seu reconhecimento jurídico no ordenamento brasileiro; anticonstitucional, na medida em que tensiona e rompe com as bases do próprio modelo estatal vigente e com as racionalidades hegemônicas que sustentam suas formas de organização territorial, jurídica e política. É a partir desse enquadramento que se estruturam os capítulos seguintes: o primeiro dedicado às relações entre colonização, raça, racismo e quilombismo (2.1); o segundo voltado à interconexão entre território, quilombo e territorialidades (2.2); e, por fim, a revisão sistemática da produção acadêmica recente sobre quilombo, território e identidade (2.3).

2.1 Colonização, raça, racismo e quilombismo

Proponho neste caminho, realizar uma análise das relações raciais e do racismo estrutural a partir de diferentes abordagens teóricas que, interligadas são usadas para compreender como o racismo no Brasil opera de forma estrutural e, muitas vezes, institucional. As discussões sobre racismo estrutural, conforme expostas por Silvio Almeida (2019), relacionam-se não apenas com as políticas de identidade e resistência negra, mas também com a formação histórica do Brasil e os impactos duradouros do colonialismo, especialmente no contexto das comunidades quilombolas. Essa análise interdisciplinar revela a complexidade das lutas quilombolas e destaca a importância de reconhecer o território como uma dimensão fundamental para a justiça social e a preservação cultural, conforme apontam autores contemporâneos engajados na reflexão sobre as relações étnico-raciais no Brasil.

O contexto histórico brasileiro foi marcado pela interseção de diversos processos que se consolidaram ao longo do período colonial e continuam a moldar as estruturas sociais contemporâneas. Dentre esses processos, quatro deles se destacam segundo Quijano (2002);

> 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-Nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como

> forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento (Quijano, 2002, p. 4)

Esse contexto de exploração colonial a partir do qual se formou o território brasileiro, em que o modo de produção capitalista europeu se expandia por meio da acumulação de riquezas e da exploração de terras e pessoas, manifestava-se principalmente pela economia agroexportadora, baseada em grandes latifúndios que produziam açúcar, café e outros bens para o mercado europeu. Nesse estágio inicial de formação do capitalismo, os meios de produção (como terra, recursos, força de trabalho e, sobretudo a escravização de africanos) foram concentrados nas mãos de uma pequena elite por meio de métodos violentos e coercitivos. Mesmo após a abolição da escravidão, o sistema econômico continuou marcado pela desigualdade, com a manutenção de elites agrárias e empresariais que se beneficiaram do trabalho explorado:

> Não eram somente as riquezas da África que interessavam à Europa Moderna, os seres humanos também eram necessários aos colonizadores para o cultivo e a exploração das minas. Instaura-se assim um novo período de escravidão humana, associada à acumulação de capitais, estruturado num sistema político, jurídico e econômico que vai permitir o desenvolvimento de uma gigantesca empresa comercial, possibilitando a expansão do capitalismo. O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades dos negociantes europeus, a ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem injustamente incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. Entre 12 milhões e 13 milhões de seres humanos africanos transportados é uma referência, apesar de as pesquisas divergirem, ainda atualmente, sobre os registros quantitativos nessa diáspora africana. (Anjos, 2013, p.140)

Como propõe Quijano (2002), a colonialidade do poder representa a imposição de uma lógica eurocentrada, que naturaliza a desigualdade racial como justificativa para a dominação capitalista. A colonialidade deu continuidade às práticas e estruturas de poder mesmo após o fim formal da colonização. A persistência de hierarquias sociais baseadas em raça e etnia, que foram construídas durante o período colonial para justificar a escravização e a exploração de africanos e indígenas, impôs um sistema de classificação racial que perpetuou sua subordinação, enquanto os brancos (especialmente os de origem europeia) ocupavam o topo da hierarquia social. O processo de racialização foi central para essa dominação, em que categorias raciais foram construídas como uma forma de

justificar a desigualdade e manter o controle das elites coloniais sobre a mão de obra e os recursos.

Na colonização, a ideia de raça passou a ser associada a diferenças fenotípicas (aparência física) entre os europeus (conquistadores) e os povos nativos e africanos (conquistados), criando identidades sociais que ganharam conotação racial. Ou seja, essas designações não se referiam mais apenas à origem geográfica, mas passaram a definir hierarquias raciais. Essas hierarquias estabeleceram papéis sociais e posições de poder, sendo usadas a fim de justificar e/ou legitimar as relações de dominação impostas pelos colonizadores sobre os povos nativos e africanos.

A raça passou a ser o critério central de diferenciação social, criando uma divisão permanente entre europeus (ou seus descendentes) e os povos colonizados, que foram desumanizados e excluídos do poder. A expansão capitalista foi profundamente interligada à colonialidade, pois a partir dela se estabeleceu como padrão universal a exploração. Os colonizadores europeus usaram o trabalho forçado, como a escravidão e outras formas de coerção, para acumular capital, estabelecendo a partir do controle sobre o trabalho, dos recursos naturais e do mercado global, uma divisão internacional do trabalho, na qual os povos colonizados eram relegados a atividades de extração e exploração, enquanto a Europa se beneficiava da acumulação de riqueza. Assim, o capitalismo, como sistema econômico, se solidificou sobre as bases da exploração racial e colonial.

Essa estrutura de exploração se manteve mesmo após as independências das colônias na América Latina. Quijano (2005) observa que, em muitos países da região, ao iniciar o processo de Independência, principalmente aqueles que eram demograficamente e territorialmente extensos no início do século XIX, aproximadamente 90% da população era composta por negros, índios e mestiços. No entanto, mesmo durante a formação dos novos Estados, a esses grupos foi negada qualquer participação nas decisões políticas e sociais (Quijano, 2005, p.134). Isso perpetuou a marginalização dos povos colonizados, consolidando o domínio das elites brancas sobre os recursos e o poder político, em continuidade com o sistema colonial.

Para Quijano (2002), o eurocentrismo também reforçou esse domínio ao estabelecer padrões de racionalidade e ciência que desvalorizam outras formas de conhecimento e epistemologias, especialmente as oriundas das sociedades

colonizadas. A Europa se posicionou como o centro do saber universal, definindo o que é considerado objetivo ou científico, ao mesmo tempo em que descartava os conhecimentos ancestrais e as cosmologias não ocidentais. Isso não apenas excluiu outras formas de produção de conhecimento, mas também contribuiu para a marginalização contínua de grupos não europeus.

> No Brasil, essa marginalização teve um impacto direto sobre a estrutura socioeconômica. A colonização estabeleceu as bases para a distribuição desigual da terra e a marginalização de comunidades nativas e quilombolas, sendo esse processo um indicador atual de exclusão e pobreza das pessoas negras no país. Como destaca Anjos (2013), a manutenção dessa estruturação política, econômica e territorial por quase quatro séculos, e o tráfico de africanos até 1850, mesmo sem quantificação precisa, revelam como a sociedade escravagista brasileira conseguiu se consolidar e desenvolver, mesmo diante de conflitos políticos e contradições econômicas e sociais. (Anjos, 2013, p.141)

Esse cenário se tornou ainda mais complexo com a institucionalização da escravidão, que, conforme analisado por Nascimento (2021), foi organizada de forma a maximizar lucros e perpetuar hierarquias raciais. A abolição da escravidão, embora formalmente reconhecida em 1888, não trouxe as mudanças significativas esperadas, uma vez que as estruturas sociais e econômicas de opressão e exclusão permaneceram intactas.

No contexto do sistema escravista, a população negra, considerada propriedade, enfrentou diversas formas de coerção, domínio e controle, marcadas por uma desumanização constante. A reprodução da subalternidade, seja no âmbito cultural ou intelectual, foi um dos pilares para a construção da noção de nação, fundada sobre o apagamento da experiência desse grupo social como protagonista de lutas e resistências, conectadas à memória ancestral, conforme explica Gonzalez (2020).

De acordo com o Censo de 1872, o único levantamento que registrou a população escravizada no Brasil, da população total da época 9.930.478, 1.510.806 ainda eram escravizados (Oliveira, 2003). A abolição oficial do Brasil foi assinada no dia 13 de maio de 1888 pela regente Princesa Isabel. No entanto, o que muitos livros de História não contam é que essa conquista surgiu após uma grande luta social que envolveu todas as esferas da sociedade, desde o parlamento até o movimento abolicionista brasileiro, que “fizeram parte de um grande esforço social que redundou no processo de abolição” e que se postergou ao período da pós-abolição (Alonso, 2015, p. 11-12). Para os autores, mesmo que as lutas de escravizados e

ex-escravizados e os movimentos sociais da abolição nem sempre tenham caminhado juntos, “a movimentação da abolição deve ser compreendida em sua ligação profunda com a realidade das senzalas e dos esforços dos escravos e dos pobres em geral de se livrarem do cativeiro e suas mazelas” (Alonso, 2015, p. 14-15).

Após a abolição em 1888, as pessoas negras ficaram sem acesso à terra, indenização ou qualquer reparação pelo longo período de trabalho forçado. Muitas acabaram permanecendo nas mesmas fazendas onde trabalhavam, ainda submetidas a serviços pesados e informais. Como consequência, desde o início da colonização houve uma relação de exploração entre a sociedade colonizadora (ou seja, as sociedades europeias que expandiram seus territórios) e os territórios colonizados. Nesse processo, os "naturais" (os povos indígenas, depois os africanos escravizados e outros grupos marginalizados) foram vistos não como sujeitos com direitos, mas como atributos do espaço, ou seja, quase como se fossem parte dos recursos naturais disponíveis - algo a ser utilizado ou explorado da mesma forma que a terra, a madeira ou o minério.

Essa lógica de exploração não mudou com a independência do Brasil. Embora o país tenha se tornado formalmente independente, o projeto territorial e socioeconômico continuou sendo controlado por uma elite que mantinha as práticas dos colonizadores. Em outras palavras, o poder passou das mãos dos europeus para as elites nacionais, mas a lógica de apropriação e consumo dos recursos - inclusive das pessoas - continuou. Essa permanência significa que a independência foi mais simbólica do que uma verdadeira transformação das condições socioeconômicas da maioria da população, especialmente dos grupos marginalizados.

> O regime escravocrata, o latifúndio e a concentração de riquezas apenas fortaleceram-se. Muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e social gerado no período colonial. O negro, tornado escravo, foi coisificado e desumanizado. O europeu se auto outorgou a missão civilizadora e subtraiu aos povos “colonizados” sua história, cultura e identidade. Milhares morreram nas guerras de captura na própria África, outros milhares na insalubre travessia do Oceano Atlântico para que por fim milhões de outros negros africanos viessem a formar a fortuna dos conquistadores, mas, sobretudo a formar o que somos como povo brasileiro. (Da Silva, 1998, p. 4-5)

Nesse cenário, a percepção dos negros como “outros” foi amplamente perpetuada nos discursos políticos, científicos, jurídicos, estatais, religiosos, e instrumentalizada para legitimar a escravização dos povos africanos pelos europeus, e associa-los a esta imagem de raça inferior e selvagem que, segundo Munanga (2004), esteve presente por muitos séculos para diferenciar cientificamente a cor da pele e supor a cor branca como superior. O discurso científico foi utilizado como uma manipulação ideológica eurocêntrica com o objetivo de dominação. Os europeus tanto inventaram o racismo com o apoio de pressupostos pseudocientíficos, como produziram hierarquias sociais para desumanizar as pessoas negras e colocar a “raça branca” no topo da escala civilizatória.

> Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos”. (Munanga, 2004. p. 8)

Para Guimarães (1999), no contexto dos estudos raciais no Brasil, raça é uma construção social com implicações significativas para oportunidades individuais. O racismo é descrito como uma ideologia que naturaliza essas diferenças sociais, hierarquizando grupos humanos com base em suas características físicas, implicando na crença de que as desigualdades sociais são resultado de supostas diferenças biológicas entre os grupos, ignorando completamente o contexto histórico, político e econômico que molda essas diferenças.

Segundo Guimarães (1999), no contexto brasileiro, a narrativa da "democracia racial" representa uma transição do racismo biológico para uma suposta pacificação dos conflitos raciais por meio da mestiçagem. Este conceito, exemplificado por Gilberto Freyre (1933), fortalece-se na Era Vargas, coberto por influências do movimento modernista europeu, promovendo a cultura negra como um símbolo da cultura brasileira, buscando atenuar os problemas remanescentes e as consequências do período escravocrata. Ele é utilizado como política estatal para

enfatizar a miscigenação brasileira, Essa ideia, amplamente criticada por autores como Munanga (2004), sustenta que a miscigenação teria neutralizado os efeitos do racismo no Brasil - o que, na prática, mascara desigualdades estruturais (Ribeiro, 2015).

Esse discurso serve para negar a existência do racismo estrutural e sistemático no país, ao afirmar que não existe racismo ou que as desigualdades são apenas questões de classe, naturalizando as diferenças raciais, desviando o foco das estruturas e práticas que perpetuam a discriminação e a marginalização dos grupos racialmente minoritários. Durante a evolução da teorização sobre o racismo ao longo das décadas de 1970 e 1980, sociólogos enfrentaram dificuldades para definir de forma clara e distinta o conceito de raça, especialmente em relação a outras formas de hierarquização social, como gênero, etnicidade e classe social. A definição sociológica padrão de raça girava em torno de um grupo de pessoas socialmente diferenciadas por características físicas reais ou percebidas. Nota-se aqui que os teóricos da época, apesar de reconhecerem a flexibilidade na definição do conceito, não compreendiam plenamente que essa definição também abrangia outras formas de hierarquia social. Segundo Guimarães (1999), é por isso que se argumenta que as relações raciais e étnicas estavam subordinadas a outras relações sociais, especialmente as de classe econômica, o que justificaria um tratamento teórico diferenciado.

Para Collins (2015, p. 2), "raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas". Isso nos permite uma análise mais apurada das interseções entre diferentes formas de opressão social, reconhecendo que esses fenômenos não operam de forma isolada, mas sim interconectados, moldando desigualdades sociais complexas. Nesta sociedade, as relações de poder relacionadas a essas categorias não operam de forma isolada, mas se entrelaçam, se sobrepõem e se potencializam mutuamente (Collins; Bilge, 2021).

Para Munanga (2004), enquanto o racismo clássico se baseia nessa noção de raça, o racismo contemporâneo se fundamenta na noção de etnia, definida como um grupo cultural. Isso ocorre porque o termo etnia é muitas vezes considerado mais aceitável e “politicamente correto” que o termo raça, já que o conceito de etnia

deriva de “um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território” (Munanga, 2004, p. 12). No entanto, ambas as noções podem servir como bases para a discriminação e a marginalização desses grupos sociais, sendo importante reconhecer e abordar não apenas a essencialização biológica, mas também a essencialização histórico-cultural, para entender e combater efetivamente o racismo na sociedade contemporânea.

Para o autor, o conceito sociológico de raça foi criado e enraizado ao longo dos anos, relacionando-se a valores. Os africanos eram caracterizados como preguiçosos, enquanto os homens europeus como engenhosos, moldando nossos imaginários, reforçando a hierarquização branca frente à negra. Essa explicação ressalta que as raças são uma construção social, não possuindo base científica biológica. Portanto, estamos lidando com o campo da cultura, em que as raças são estabelecidas e reforçadas, através dos discursos. Isso significa que as categorias raciais são criadas e perpetuadas por meio de discursos sociais, narrativas e representações culturais sobre origem, pertencimento e diferença. Elas não têm uma existência objetiva ou biológica, mas são produtos da interação social e das estruturas de poder que moldam e mantêm essas categorias. Assim, Munanga desloca o debate sobre raça do campo da biologia para o campo da cultura e da ideologia, evidenciando como tanto a raça quanto a etnia podem ser mobilizadas como instrumentos de hierarquização e dominação social.

A literatura crítica sobre raça no Brasil, contudo, não constitui um campo homogêneo, mas um espaço marcado por tensões teóricas e políticas. Nesse sentido, os trabalhos de Munanga (2004) e Guimarães (2003), embora frequentemente mobilizados de forma conjunta, partem de problemas analíticos distintos, ainda que dialogáveis. Enquanto Munanga se dedica à desconstrução da noção de raça e à crítica de seus usos naturalizados e essencializantes, Guimarães parte do reconhecimento de que a raça, mesmo sendo uma construção social, produz efeitos materiais e políticos concretos. Tornar explícita essa diferença analítica é fundamental para evitar leituras que confundam a crítica à raça com a negação de sua centralidade nas dinâmicas de desigualdade e nas lutas antirracistas.

Partindo dessa outra chave analítica, Guimarães (2003, p. 96) afirma que,

para a sociologia, a raça corresponde aos “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)”. Esses discursos, longe de expressarem essências naturais, variam historicamente e se configuram de acordo com contextos sociais específicos, estruturando percepções sobre a diversidade humana e organizando hierarquias sociais. No contexto brasileiro, marcado pelo mito da democracia racial, o autor sustenta que o enfrentamento do racismo exige a admissão da raça como categoria política, uma vez que é a percepção racializada de si e dos outros que estrutura as desigualdades, as violências e as oportunidades sociais. Nesse sentido, a raça não é mobilizada como essência identitária, mas como linguagem política necessária à formulação de estratégias coletivas de resistência e reivindicação de direitos.

Nesse sentido, Carneiro (2005) apresenta o conceito de dispositivo de racialidade[5], que engloba leis, discursos, instituições e outros elementos, abrangendo tanto o que é explicitamente declarado quanto o que é subentendido, dentro de uma estrutura e agência, sociedade e identidade. Esse dispositivo “oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira” (Carneiro, 2005, p. 39). Assim, a noção de dispositivo de racialidade, de forma mais sistemática, assim como o dispositivo da sexualidade, não apenas impacta os corpos, mas também gera subjetivações e novos domínios de conhecimento, buscando estabelecer uma correspondência com sua proposição teórico-analítica. Ela destaca que esse conceito nos permite compreender “as relações raciais no Brasil como um domínio que produz e articula saberes, poderes e modos de subjetivação, conformando um dispositivo de racialidade” (Carneiro, 2005, p. 34).

Assim, as transformações e tensões nas dinâmicas de poder convertem a luta racial em confrontos de classes, embora a dimensão racial não seja descartada. A ressurgência assume a forma de um racismo institucional, dando origem a um novo tipo de poder, que de acordo com Carneiro (2005), permite que percebamos a influência do biopoder nesse contexto alterado, agora articulado em um racismo de

[5]O termo "dispositivo da sexualidade", inspirado na obra de Foucault (1979), é uma rede heterogênea de elementos (leis, discursos, práticas institucionais, normas sociais, etc.) que orientam e estruturam o comportamento e a subjetividade dos indivíduos. O dispositivo não apenas impõe regras ou repressões, mas também produz saberes e identidades.

Estado, revelando assim o dispositivo de racialidade/biopoder.

Em sociedades como o Brasil, onde a raça é um elemento estrutural, o dispositivo de racialidade contribui para a formação das classes sociais, transformando a pobreza em um lugar crônico para a população negra, sendo necessário superar estratégias individuais de ascensão em favor de uma abordagem coletiva de emancipação. O tratamento desumanizante dispensado à população negra na vida pública se reflete também em sua vida privada, em seus relacionamentos afetivos, familiares e comunitários.

A objetificação desses sujeitos, sob um comparativo inferiorizante, serve como justificativa para que sejam rejeitados nesses e em outros espaços. Ou seja, a categorização não se dá somente pela elite branca dominante, mas também transpassa suas relações pessoais. Isso significa que as atitudes e os preconceitos raciais são internalizados e reproduzidos por indivíduos em diferentes níveis da sociedade, independentemente de sua posição social ou econômica. Assim, a discriminação racial pode ocorrer não apenas de cima para baixo (da elite para as classes mais baixas), mas também horizontalmente, entre indivíduos comuns em suas interações diárias, incluindo amigos, familiares, colegas de trabalho.

Para Fanon (2008, p. 83), o racismo se revela como um instrumento de violência e desumanização, em especial contra os povos colonizados. Assim, o mesmo incide no dia a dia de homens e mulheres, neste ou em outro século, de todas as faixas etárias, e de diversas formas, atuando como “o elemento mais visível, mais cotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada” (Fanon, 1969, p.35). As instituições, por exemplo (incluindo instituições sociais, políticas, econômicas e educacionais), “são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (Almeida, 2019, p.31), que refletem a cultura e os valores de uma sociedade racista, e, como tal, podem reforçar discriminações, desigualdades e estigmas que afetam as populações afrodescendentes. A discussão sobre racismo e instituições sociais é fundamental para compreender que as desigualdades raciais se perpetuam independente do modelo da sociedade.

Segundo Almeida (2019, p. 32), "as instituições são racistas porque a sociedade é racista", o que indica que o racismo não é um produto isolado das instituições, mas uma reprodução de uma ordem social a partir delas. Assim, se

existem instituições cujos padrões de funcionamento privilegiam determinados grupos raciais, isso é um reflexo de uma estrutura social mais ampla. Isso implica que, em uma sociedade onde o racismo permeia a vida cotidiana, instituições que não tratam ativamente a desigualdade racial reproduzirão práticas racistas que já são consideradas "normais", assim essas instituições tornam-se "uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas" (Almeida, 2019, p. 32).

Ademais, Almeida (2019, p. 33) ressalta que o racismo não se limita à questão da representatividade. A simples presença de pessoas negras ou de outras minorias em posições de poder não garante que estas instituições deixem de atuar de forma racista. Portanto, "a liderança institucional de pessoas negras basta quando não se tem poder real, projetos e/ou programas que possam de fato incidir sobre problemas estruturais" (Almeida, 2019, p. 33). Isso nos leva a concluir que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, manifestando-se como desigualdade política, econômica e jurídica. Por ser um processo político e estrutural, inerente à organização da sociedade e refletido nas instituições, o racismo não poderia ocorrer sem o respaldo do poder político, tornando-o uma condição de perpetuação institucional (Almeida, 2019, p. 35), o que remete ao conceito de racismo de Estado desenvolvido por Carneiro (2005).

O Estado está diretamente ligado à reprodução dessas relações capitalistas, com suas contradições e conflitos, pois o Estado contemporâneo é uma forma política específica que se desenvolveu em conjunto com o capitalismo (Almeida, 2019). No capitalismo, a liberdade individual, a igualdade formal e a proteção da propriedade privada são centrais, mas essas liberdades são garantidas dentro de uma estrutura de dominação que protege os interesses do capital. O Estado, porém, é um produto das relações de classe e tem a necessidade de manter a ordem capitalista. Contudo, Almeida (2019) argumenta que as classes não são homogêneas e que as relações de opressão racial, sexual e cultural se entrelaçam com as relações de classe. Isso significa que, embora o capitalismo se organize em torno da exploração econômica, a dominação de classe é também racializada e sexualizada. Esses elementos, portanto, não são acessórios ou subprodutos do capitalismo, mas componentes fundamentais para sua compreensão.

Essa discussão é indispensável para podermos pensar no apagamento dos quilombolas dentro de sua própria comunidade. Essas micro agressões aparecem ao manipular as narrativas no próprio cotidiano desses sujeitos, silenciando e

imobilizando suas lutas e estratégias de sobrevivência, bem como a sua própria história e a busca de certificação territorial. No âmbito dessas comunidades, a negação ou distorção de suas narrativas históricas e culturais contribui para o apagamento de sua identidade e legado, dificultando o reconhecimento externo de suas reivindicações territoriais.

Esse processo de manipulação e silenciamento pode ocorrer tanto de forma explícita, através de negações diretas, quanto de maneira sutil, por meio da exclusão e minimização das vozes quilombolas nos processos de certificação de territórios e nas discussões sobre direitos territoriais. Assim, a reflexão sobre essas dinâmicas é fundamental para desvelar os mecanismos de poder que operam no contexto quilombola, evidenciando como a supressão das histórias e experiências dessas comunidades impacta diretamente sua capacidade de afirmar sua identidade, resistir à marginalização e reivindicar seus espaços de pertencimento e autonomia.

Considerando a dimensão estrutural do racismo, em publicação denominada *O Quilombismo*, Nascimento (1980) propõe uma visão afro-brasileira para o Estado nacional, promovendo a ideia de um Brasil caracterizado por sua diversidade étnica e cultural, oferecendo uma poderosa reflexão sobre o papel dos quilombos na construção da sociedade. Para Nascimento (1980), é necessário associar o racismo estrutural brasileiro ao projeto global de dominação colonial, no qual a ideia de raça foi central para legitimar a exploração e escravização de africanos. A perpetuação de desigualdades raciais no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade, é alimentada por essa estrutura capaz de invisibilizar as populações negras e indígenas, marginalizando-as de forma sistemática.

O racismo não é apenas uma ferramenta de dominação econômica, mas também um mecanismo de desumanização que associa os africanos e seus descendentes a uma condição de inferioridade (Nascimento, 1980). Essa construção racial foi habilmente sustentada pelo discurso científico eurocêntrico, que Munanga (2004) identifica como uma manipulação ideológica usada para justificar a superioridade branca. O conceito de raça, nesse contexto, não se baseava apenas na diferença de cor de pele, mas era uma forma de controle psicológico e cultural que buscava perpetuar a hierarquia racial e, consequentemente, a dominação europeia.

Para Guimarães (1995, p.43);

> [...] os afro-brasileiros, para aqueles que se chamam a si mesmos de 'negros', o anti-racismo tem que significar, entretanto, antes de tudo, a admissão de sua 'raça', isto é, a percepção racializada de si mesmo e dos outros. Isso significa a reconstrução da negritude a partir da rica herança africana — a cultura afro-brasileira do candomblé, da capoeira, dos afoxés etc. —, mas significa também se apropriar do legado cultural e político do 'Atlântico negro' — isto é, o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, a renascença cultural caribenha, a luta contra o apartheid na África do Sul etc.

Ao adotarmos essa perspectiva, estamos desafiando ativamente as estruturas coloniais que moldam as relações de poder e o racismo no Brasil. Essa reflexão nos impulsiona a examinar criticamente as narrativas construídas em torno do fortalecimento das identidades, território e da memória ancestral. Desta forma, as vozes e contribuições históricas dos afrodescendentes são fundamentais para reconstruir os sujeitos historicamente marginalizados pelo racismo, ressoando a luta ancestral como uma forma poderosa de resistência contemporânea.

Nesse sentido, a reconstrução da negritude enquanto categoria política, cultural e histórica - conforme discutido a partir de Nascimento (1980), Munanga (2004) e Guimarães (1995) - não se limita ao plano simbólico ou identitário, mas se materializa em experiências concretas de resistência coletiva. É justamente nesse ponto que a noção de território emerge como dimensão central da luta antirracista, pois a afirmação da identidade negra está profundamente ligada às formas de ocupação, pertencimento e defesa dos espaços historicamente construídos pelos afrodescendentes. Assim, ao deslocarmos a análise das estruturas abstratas do racismo para suas expressões territoriais, torna-se possível compreender os quilombos como uma das mais contundentes materializações da resistência ao sistema colonial e escravista, articulando memória ancestral, autonomia política e produção de modos de vida próprios.

A partir dessa perspectiva, a palavra "quilombo" ou "kilombo", de origem bantu, traz consigo um significado profundamente enraizado na história de resistência dos negros escravos trazidos ao Brasil. Almeida (2002) propõe que os quilombolas sejam entendidos não apenas pelo passado, mas como grupos sociológicos contemporâneos caracterizados por três elementos principais: a) indissociabilidade entre identidade e território; b) os processos sociais e políticos específicos, a partir dos quais os quilombolas desenvolveram autonomia, que permitiram a sobrevivência e manutenção de suas práticas e modos de vida e, por fim, c) territorialidade específica ligada ao vetor étnico, em resposta à trajetória

histórica desses grupos.

No senso comum, o termo quilombo muitas vezes é associado a uma visão histórica, quase congelada no tempo, que limita sua definição ao que eram os quilombos durante o período colonial. Nessa perspectiva, os quilombos são vistos como refúgios de escravizados fugidos, focando apenas no passado. Para além de ressignificar o termo, é importante atualizá-lo para o contexto presente, indo além de uma concepção puramente histórica. Isso permite que as comunidades que se identificam como remanescentes de quilombos participem ativamente da vida política e social como sujeitos de direitos reconhecidos pelo Estado.

Ao ressignificar o termo, reconhece-se que cada comunidade quilombola tem sua própria história, trajetória e especificidades. Ou seja, os remanescentes de quilombos não são todos iguais, e sua identidade e relação com o território variam conforme o grupo. Esse processo de ressignificação foi longo e envolveu um redirecionamento discursivo, ou seja, alterou-se a maneira como o termo é usado e entendido na sociedade.

Souza Filho (2013) destaca que a categoria quilombola vai ganhando força e importância em diferentes campos, incluindo o intelectual e político, a partir do reconhecimento social de suas questões fundamentais. Ele ressalta que o problema social subjacente à categoria quilombola a torna uma fonte de identidade e mobilização política. Mas, por outro lado, Santos (2021) nos traz o questionamento sobre a utilidade desses conceitos acadêmicos que não têm aplicabilidade prática, sendo importante entender não apenas o seu significado, mas também sua funcionalidade e operação. Ações político-militantes e o diálogo com o Estado têm utilizado essa perspectiva conceitual para aglutinar diferentes realidades sociológicas, preservando suas especificidades históricas e sociais. No entanto, a politização e naturalização desses conceitos podem ocorrer fora do campo intelectual, por meio de mediadores ou instituições, transformando-os em emblemas identitários genéricos, pois “o conceito quilombo é histórico, tem que ser lido em cada contexto, na verdade, tudo é histórico e processual” (Santos, 2021, p. 57).

Ambos os argumentos percorrem o mesmo caminho de diálogo: os autores reconhecem a necessidade de não apenas teorizar sobre categorias como *quilombo* e *quilombola*, mas também compreender sua aplicação e relevância no mundo real. Não é suficiente apenas teorizar um campo de conhecimento ancestral e vasto, é

necessário reconhecimento social desse território para resolver problemas reais enfrentados pelas comunidades quilombolas. Assim, os quilombos podem ser compreendidos como espaços fronteiriços, onde são preservadas formas de vida e modos de pensamento que foram desqualificados ou marginalizados pelo colonialismo histórico-geográfico e discursivo. Esses lugares representam reservatórios de saberes e experiências que desafiam a narrativa dominante e oferecem alternativas epistemológicas e culturais à visão eurocêntrica.

Até aqui, foi possível examinarmos de forma isolada o conceito de quilombo e como ele pode ser preenchido por princípios que caracterizam uma forma dinâmica de atividade e ação. Este conceito, enquanto signo dentro de uma linguagem específica, passa por uma generalização que o torna parte do contínuo processo histórico, como analisado por Nascimento (1980). Como afirma Nascimento (1980, p. 70), “o quilombo se forma mais na necessidade humana de se organizar de uma forma específica que não aquela arbitrariamente estabelecida pelo colonizador”.

> A importância dos “quilombos” para os negros na atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo. Entretanto, existem lapsos em termos da análise desse fenômeno em toda a historiografia brasileira. Esse lapso de conhecimento da história do negro no Brasil e da própria história do Brasil provoca uma ruptura dos negros com o seu passado, agravando o desconhecimento da sua situação hodierna. (Nascimento, 2021, p.104).

Inicialmente, essa abordagem nos ajuda a entender que o quilombo não surge como um fenômeno ligado à escravidão negra ou ao processo de diáspora, mas é uma instituição africana anterior a esse contexto (Nascimento, 2021, p. 153). Quilombos representam uma continuidade das estruturas sociais e culturais africanas, onde as tradições e a história são mantidas vivas e adaptadas às novas realidades. Destaca-se, então, que é fundamental observar a dificuldade em estabelecer um padrão único ao longo da história e em diferentes regiões do Brasil para todos os quilombos existentes em várias épocas (Nascimento, 1980, p. 133). Para desenvolver essa discussão, também é preciso considerar a africanidade como uma forma de resistência à escravidão nos tempos atuais. Isso envolve a diversidade cultural da africanidade (idiomas, estruturas sociais, religiosidade, cosmovisão) e sua unidade (ancestralidade, colonialismo, descolonização religiosa) como elementos formadores de identidade que não apenas resistiram à escravidão

em diferentes tempos e espaços, mas também serviram como base para a formação da identidade diaspórica.

Após a Constituição de 1988, grupos quilombolas começaram a se mobilizar politicamente em busca da regularização de seus territórios ancestrais. Essa interação com o Estado visava obter a titulação legal dessas terras, o que trouxe à tona diferentes situações sociológicas que contribuíram para ampliar as discussões conceituais sobre o que significa ser um quilombo e um quilombola atualmente (Hora, 2021). Paralelamente, houve um esforço intelectual para revisar os entendimentos tradicionais de quilombo e quilombola herdados da época da escravidão.

Esse trabalho reflexivo acabou gerando diferentes interpretações e significados atribuídos às categorias quilombo e quilombola por diversos atores sociais, em diferentes contextos institucionais. O resultado dessas transformações foi a “multiplicidade de sentidos” associados às categorias quilombo e quilombola na sociedade contemporânea, influenciando não apenas o debate acadêmico, mas também a prática política e social relacionada aos direitos territoriais e identitários dos povos quilombolas.

Como discutido por Marques (2009, p. 341), as definições de quilombo “são amplas e variáveis, alternando de acordo com a perspectiva de quem as elabora e com qual finalidade o faz”. Em vez de se limitar a um inventário exaustivo das publicações sobre o tema, o autor sugere que a compreensão do quilombo deve levar em conta a sua complexidade como uma unidade viva, que vai além de simples categorização. Ele argumenta que um quilombo deve ser visto como um “locus de produção material e simbólica”, estabelecendo-se como um sistema político, econômico, de parentesco e religioso que pode operar à margem ou como uma alternativa à uma sociedade maior (Marques, 2009, p.341).

Essa perspectiva desafia as definições tradicionais, muitas vezes anacrônicas, que veem o quilombo como um resquício do passado. Ele argumenta que o foco deve estar no que os quilombos são hoje, em suas práticas de resistência e como essas comunidades constroem sua autonomia em face da opressão histórica e contemporânea (Marques, 2009). Essa abordagem não apenas enriquece a definição de quilombo, mas também a torna um campo de estudo ativo e relevante para as questões sociais e raciais no Brasil.

Os antropólogos, nesse processo de nomear essa realidade, deram a si

mesmos a autoridade e legitimidade social (De Almeida, 2011; Leite, 1999; O'Dwyer, 1995; Gusmão, 1995; Paula Andrade, 2003; Arruti, 2006, Souza Filho; Paula Andrade, 2007; Figueiredo, 2011). Mais recentemente, pesquisadores (Nascimento, 1980, Nascimento, 2021 e Bispo, 2021), alguns deles de origem afrodescendente ou de grupos sociais minoritários, em consonância com os discursos decoloniais, contracoloniais e de valorização de diferentes saberes e cosmologias, passaram a adotar durante seus processos de pesquisas e escritas uma linguagem em que se busca considerar os quilombolas como co-pesquisadores ativos, contribuindo com seus conhecimentos e perspectivas.

Essa abordagem busca empoderar as comunidades quilombolas e garantir que suas vozes sejam centrais na pesquisa. Embora essas metodologias tenham sido fundamentais para garantir uma compreensão ampla e rica dos quilombos, respeitando a complexidade e a diversidade das experiências quilombolas, é crucial continuar avaliando e aprimorando as abordagens metodológicas para assegurar que as pesquisas sejam conduzidas de maneira ética e respeitosa, alinhadas com as necessidades e interesses dessas comunidades quilombolas. Outra fonte necessária e premente é a própria produção nativa dos quilombolas, com destaque, por exemplo, para o notável pensador quilombola (Nêgo) Bispo (2021).

A intersecção entre a mobilização política dos grupos quilombolas e a ressignificação dos conceitos de quilombo e quilombola é um processo dinâmico que nos revela também a evolução das identidades e das lutas sociais na contemporaneidade. Nesse contexto, Bispo (2021) e Nascimento (1980) tornam-se cruciais para que possamos entender a busca por autonomia e dignidade das comunidades afro-brasileiras. Enquanto Bispo (2021) destaca a necessidade de um espaço que não permita a colonização, mas que funcione como uma fronteira entre saberes orgânicos e sintéticos, Nascimento (1980) enfatiza a importância de um conhecimento científico que articule a experiência histórica dos afrodescendentes e promova a sua autodefinição enquanto processo de fortalecimento identitário.

É essencial destacar a relevância dessa alternativa como uma abordagem contracolonial, como uma corrente crítica latino-americana. A contracolonialidade contesta a hegemonia epistemológica eurocêntrica e os padrões de poder global estabelecidos pelo processo de colonização europeia. No contexto brasileiro, torna-se fundamental reconhecer o apagamento político dos povos originários como parte constituinte do povo brasileiro, mesmo diante do reconhecido legado africano

em nossa cultura (Castro, 2020). A narrativa eurocêntrica da história do Brasil tende a negar a significativa contribuição cultural, política e histórica dos negros da diáspora africana e dos povos indígenas na formação deste país. Compreender o racismo sob essa ótica contracolonial nos permite uma análise mais profunda das suas manifestações contemporâneas, incluindo formas de violência sistemática e estatal. Essa compreensão também revela as estratégias singulares de resistência adotadas pelas comunidades negras, frequentemente baseadas na tomada de consciência cultural e na construção de identidades culturais como processos coletivos e individuais de resistência.

Durante muito tempo o peso das narrativas eurocêntricas definiu a verdade e impôs uma visão distorcida da realidade como central. Mas, “não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes de sociedade capitalista e de classes” (Nascimento, 1980, p. 262) e sim desconstruir a ideologia que nega a humanidade, a identidade e a dignidade das populações negras. Isso abre uma nova perspectiva, o quilombismo,

> Um instrumento conceitual operativo, [...] o qual não deve e não pode ser fruto de uma maquinação cerebral arbitrária, falsa e abstrata. Nem tampouco um elenco de princípios importados, elaborados a partir de contextos e de realidades diferentes. A cristalização dos nossos conceitos, definições ou princípios deve exprimir a vivência de cultura e de praxis da coletividade negra. (Nascimento, 1980, p.263)

Não é apenas um movimento de resistência, mas também um convite à reflexão crítica sobre as narrativas eurocêntricas que, por séculos, tentaram deslegitimar as experiências e identidades negras. Ao abordar o quilombo como um espaço de resistência, Nascimento (1980) ressalta que, para além da noção adotada de local/refúgio de escravos, ele se constitui como uma forma de organização social que propõe novos modos de existência. Sendo assim, o quilombismo, uma codificação das experiências negras cuja finalidade é sistematizar e interpretar a vivência coletiva, moldando princípios que se opõem às práticas opressivas eurocêntricas, sugere uma ruptura com a ideologia capitalista e propõe a construção de uma sociedade baseada na solidariedade, na propriedade coletiva e na igualdade econômica. Além disso, destaca a importância de um conhecimento científico que seja relevante e útil para as comunidades negras, permitindo que elas articulem suas experiências de séculos de opressão.

> O conhecimento científico que os negros necessitam é aquele que os ajude a formular teoricamente - de forma sistemática e consistente - sua experiência de quase quinhentos anos de opressão. Haverá erros ou equívocos inevitáveis em nossa busca de racionalidade do nosso sistema de valores, em nosso esforço de autodefinição de nós mesmos e de nosso caminho futuro. Não importa. Durante séculos temos carregado o peso dos crimes e dos erros do eurocentrismo 'científico', os seus dogmas impostos em nossa carne como marcas ígneas da verdade definitiva. Agora devolvemos ao obstinado segmento 'branco' da sociedade brasileira as suas mentiras, a sua ideologia de supremacismo europeu, a lavagem cerebral que pretendia tirar nossa humanidade, a nossa identidade, a nossa dignidade, a nossa liberdade. Proclamando a falência da colonização mental eurocentrista, celebramos o advento da libertação quilombista (Nascimento, 2019, pp.287-288)

Para Nascimento, o quilombismo deve ser uma codificação da experiência negra, na qual se possa "sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas", de acordo com "a perspectiva exclusiva dos interesses das massas negras" (Nascimento, 1980, p.263). Para ele, o "quilombo não significa escravo fugido", mas sim "reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial" (p.263). Essa visão se traduz em uma forma de organização social que busca a igualdade econômica e a solidariedade entre os seus membros, desafiando o individualismo do capitalismo.

Nascimento ainda ressalta que "todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo", indicando um sistema econômico que se opõe à exploração do trabalho, caracterizando-o como uma forma de "libertação humana" (Nascimento, 1980, p. 264). Ele menciona que "os quilombolas dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX nos legaram um patrimônio de prática quilombista", em que essa herança deve ser preservada e ampliada pelos negros contemporâneos como forma de resistência e afirmação identitária. Assim, a construção de um "futuro de melhor qualidade para as massas afro-brasileiras" (Nascimento, 1980, p.264) depende da organização e mobilização coletiva, essencial para enfrentar a opressão e o genocídio que ainda persiste.

A necessidade de os descendentes negro-africanos compreenderem o comportamento e as motivações da sociedade branca é fundamental. É de suma importância para "impedir por todos os meios[...] que a confusão e a falência das bases do chamado mundo ocidental branco derroguem aquilo que há de mais valioso e profundo em nossa natureza, cultura e experiência" (Nascimento, 1980, p.165). Portanto, o quilombismo, fundamentado na resistência e na luta pela autonomia, propõe-se a transformar as estruturas sociais e econômicas que

perpetuam a desigualdade.

Para Nascimento, o impacto da colonização nas vidas de pessoas negras evidencia a permanência das desigualdades raciais que ainda marcam as sociedades pós-coloniais (Nascimento, 1980), devendo o legado dos quilombos servir como referência essencial na construção de uma proposta afro-brasileira no atual Estado nacional. Enquanto prática contracolonial, ele nos revela sua capacidade de questionar as narrativas dominantes e oferecer novas perspectivas sobre a organização social e a justiça para os povos afrodescendentes uma vez que faz uma chamada à ação para que as comunidades afrodescendentes se mobilizem em busca de seus direitos, inspiradas pela força e pela organização que caracterizavam os antigos quilombos.

2.2 A interconexão entre quilombo, identidade e território

A questão do reconhecimento jurídico dos quilombos exemplifica os resquícios da colonização que ainda hoje resultam em situações de marginalização para essas comunidades. Desde a primeira definição jurídica de quilombo em 1740 até a promulgação da Constituição de 1988, o Estado brasileiro manteve uma postura ambígua. Embora a Constituição tenha representado um avanço ao reconhecer os direitos quilombolas, a efetivação desses direitos esbarra em obstáculos significativos, como a resistência institucional e a ausência de políticas públicas eficazes (Araújo e Silva, 2022). Segundo Araújo e Silva (2022, p. 40), a violência contra quilombolas se acentuou nos últimos cinco anos, agravada pela invisibilização midiática, que frequentemente deixa de reconhecer a identidade quilombola nas notícias, dificultando a identificação precisa das causas e contextos dessa violência.

Os conflitos fundiários, particularmente em áreas rurais, estão no centro das violências enfrentadas por estes sujeitos, revelando a conexão entre a luta pelo território e a contínua exclusão jurídica e social. Esses fatores demonstram que, apesar do reconhecimento constitucional, as práticas de invisibilização e exclusão permanecem presentes, afetando diretamente a segurança e a sobrevivência dessas comunidades.

A pesquisa *Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil,* uma iniciativa da

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), em parceria com a organização Terra de Direitos, identifica e analisa as diversas formas de violência que atingem as populações quilombolas em todo o país. Em sua segunda edição, o estudo traz um levantamento dos assassinatos ocorridos em quilombos entre 2018 e 2022, evidenciando o agravamento das desigualdades e violências historicamente sofridas por essas comunidades. Entre 2018 e 2022, foram registrados 32 assassinatos de quilombolas no Brasil, um número alarmante que reflete o agravamento das violências e desigualdades. A pesquisa evidenciou o aumento significativo da média anual de assassinatos, que passou de 3,8 por ano (entre 2008 e 2017) para 6,4 na última edição (2018 a 2022), quase duplicando a incidência de homicídios.

Os conflitos fundiários estão entre as principais causas da violência contra quilombolas, sobretudo em territórios que ainda não possuem a titulação definitiva de suas terras. Dados indicam que cerca de 70% dos homicídios registrados têm relação direta com essas disputas, e, mesmo em comunidades tituladas ou parcialmente tituladas, a violência persiste, ainda que em menor grau (Araújo e Silva, 2022). A titulação, portanto, representa um passo relevante para a proteção dos territórios quilombolas, mas revela-se insuficiente quando isolada de outras políticas públicas. A superação da violência exige uma abordagem ampla, que reconheça o território como espaço de vida, cultura e resistência, articulando a garantia da terra a direitos fundamentais como segurança, saúde e educação.

Observando os dados acima, vemos como o controle sobre territórios e corpos consolidou-se como parte da estratégia de poder dos Estados, resultando na naturalização da violência e da exclusão de grupos racializados e marginalizados. O racismo, portanto, não surgiu de forma espontânea, mas tem sido ativamente construído e reforçado pelas práticas de poder, consolidando-se como elemento estruturante das sociedades modernas. Essa análise revela que, no Brasil, o racismo se converteu em uma tecnologia de poder (Foucault, 1996), internalizada através das instituições estatais e do pensamento social, tomados como dispositivos de racialidade (Carneiro, 2005).

A compreensão das dinâmicas de poder que envolvem os territórios quilombolas nos remete a uma reflexão mais ampla sobre o papel do racismo na construção e manutenção dessas desigualdades. A naturalização da violência e da exclusão social que atravessam essas comunidades está profundamente enraizada

em processos históricos e políticos de racialização. Assim, ao discutirmos a titularidade dos territórios e a busca pela justiça social, é necessário reconhecer que a luta quilombola não se limita à terra, mas envolve também a desconstrução de estruturas de opressão racial que moldaram o Brasil. Nesse sentido, a análise do racismo e suas implicações históricas, sociais e ideológicas se torna fundamental para entender como essas formas de violência foram construídas e legitimadas, preparando o terreno para a discussão sobre raça e racismo no contexto brasileiro, como foi feito no capítulo anterior.

O processo histórico de resistência negra no Brasil, principalmente através da formação de quilombos, representa uma luta contínua pela liberdade diante da opressão colonial. A escravidão africana no Brasil, que se intensificou a partir de 1550, constituiu o cerne da economia colonial e gerou uma resistência constante, que já era registrada desde 1597, conforme relato do Padre Pero Lopes sobre os negros que fugiam para organizar quilombos.

De acordo com a cartilha criada por Dayse Porto, comunicadora popular da organização Terra de Direitos[6], o comércio de escravos foi oficializado em 1568 e, ao longo dos séculos XVI e XVII, a violência colonial impôs a exploração de milhões de africanos, originando também formas de resistência nascentes, como os quilombos. A organização dos quilombos, especialmente o Quilombo dos Palmares, é símbolo dessa resistência. Fundado na Serra da Barriga (AL) no final do século XVI por cerca de 45 escravos fugitivos, Palmares tornou-se um dos maiores focos de insurgência. A trajetória de Palmares revela o caráter multifacetado da resistência quilombola, que envolvia a criação de comunidades autônomas e uma luta armada constante contra o governo colonial.

Para Nascimento (2018), o Quilombo dos Palmares resistiu por quase um século, acolhendo não apenas escravos, mas também indígenas e brancos marginalizados, numa demonstração da capacidade de integração e adaptação dessas comunidades à realidade colonial brasileira. Mas os quilombos não se restringiram a Palmares. A pesquisa de Nascimento (2021) aponta para a existência de outros grandes quilombos, como o de Sergipe, que se formaram após a queda de Palmares em 1695, dando continuidade à migração quilombola rumo ao sul. Esses

[6]A Terra de Direitos é uma organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca). A organização surgiu em Curitiba (PR), em 2002, para atuar em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios rural e urbano" (Terra de Direitos, [s.d.]).

quilombos, como Cumbe e outros, se tornaram refúgios de resistência para aqueles que fugiam do sistema colonial de exploração. Essa migração e a formação de novas comunidades estão diretamente relacionadas ao processo de exploração econômica, como a mineração no século XVIII, que contribuiu para a criação de quilombos em Minas Gerais e Mato Grosso.

A liderança de Zumbi dos Palmares cristalizou essa resistência. Mesmo após sua morte, em 1695, Zumbi permanece como uma figura central na história da resistência negra no Brasil. Para Nascimento (2021, p.101), “o quilombo exerce um papel fundamental na consciência histórica dos negros”, pois consolidou o principal elemento de união dessas comunidades: a identidade operando como força motriz. O legado de Zumbi e Palmares transcende a luta armada e é um marco na construção de uma consciência coletiva negra, que se opõe à dominação colonial e à exclusão social. A análise histórica de Palmares revela a profunda conexão entre o quilombo e o território. Palmares não era apenas uma comunidade de escravos fugidos, mas um território autônomo, que desafiava a lógica colonial. Como salienta Quijano (2002), a “colonialidade do poder” consolidou-se na exploração racial e no controle dos territórios indígenas e africanos. No entanto, os quilombos, e Palmares em particular, ressignificaram a noção de território, criando espaços de autonomia e resistência que subverteram a narrativa colonial de dominação.

Os territórios quilombolas ocupam 3,8 milhões de hectares, o que corresponde a 0,5% do território brasileiro, segundo dados sistematizados no censo de 2022 do IBGE[7]. O direito das comunidades quilombolas de permanecerem em seus territórios está garantido pela Constituição Federal[8] e os territórios quilombolas são considerados áreas protegidas de acordo com o plano estratégico de conservação territorial (Brasil, 2006). No entanto, desde 2019, a capacidade desses territórios de atuar como barreiras contra o desmatamento foi significativamente prejudicada pelo enfraquecimento intencional das regulamentações ambientais promovido pelo governo federal sob a condução do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), resultando em uma maior degradação e apropriação ilegal de terras nessas áreas tradicionais (Conceição et al., 2021).

[7] Dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis em: https://www.ibge.gov.br/censoquilombolas

[8]Para as comunidades quilombolas, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garante o direito de propriedade definitiva aos remanescentes dessas comunidades que estejam em posse de suas terras, cabendo ao Estado a emissão dos títulos de propriedade. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que esse artigo tem caráter permanente, e não transitório.

> Historicamente, os Territórios Quilombolas (TQs) têm enfrentado pressões internas e externas provenientes de múltiplas ameaças ambientais com diferentes níveis de gravidade, o que contribui para a degradação e a redução da integridade ambiental dessas áreas. As pressões mais significativas que afetam os TQs estão relacionadas à diminuição da cobertura florestal, como desmatamento, degradação florestal e incêndios, além da facilidade de acesso criada por estradas e das atividades econômicas, como extração de madeira, mineração, agricultura e pecuária. (Oviedo; Lima, 2024, p. 2)

Como visto anteriormente, o conceito de território passou por transformações significativas na primeira década do século XXI, impulsionado por novas interpretações sociológicas e pela atuação governamental. O objetivo por trás dessa re-conceituação e flexibilização era de atender às demandas de um crescimento econômico focado em bens, especialmente minerais e agrícolas. Isso reflete uma mudança de prioridade em que a expansão econômica, baseada na exploração de recursos naturais, ganha mais importância que a proteção dos direitos territoriais tradicionais. Embora os novos critérios pareçam reeditar velhas formas de classificação territorial, há uma diferença importante em relação às políticas de zoneamento ecológico-econômico[9] e proteção da natureza que prevaleceram nas últimas décadas do século XX, especialmente durante o período neoliberal.

> A reconceituação de território, conforme as interpretações sociológicas sobre as transformações sociais na primeira década do século XXI, está sendo marcada por novos critérios de classificação, que aparentam empreender uma volta ao passado, refletindo uma conhecida e dúbia combinação entre fatores ambientais e econômicos. (Almeida, 2016, p.29)

Essa flexibilização permitiu, entre outras coisas, a exploração predatória das terras indígenas e quilombolas. Como bem observam Sousa e Moraes (2021), a usurpação destas terras reflete um objetivo claro de esvaziamento territorial, resultando em graves consequências para a sustentabilidade e preservação cultural dos povos quilombolas e indígenas.

Nas últimas décadas, o reconhecimento das comunidades quilombolas rurais e urbanas tem sido fundamental para ampliar a compreensão da resistência negra e sua ocupação territorial. Por exemplo, os quilombos urbanos surgem em contextos de luta pela moradia, pelo direito à cidade e pela preservação de práticas culturais e

[9] O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente conforme no inciso II do artigo 9º da Lei n.º 6.938/1981, e regulamentado pelo Decreto Federal Nº 4.297/2002. Busca equilibrar desenvolvimento sustentável com conservação ambiental, delimitando zonas para usos específicos. No entanto, esse instrumento muitas vezes negligencia as necessidades e direitos das comunidades quilombolas. A falta de participação ativa dessas comunidades no planejamento do ZEE pode resultar em conflitos com seus territórios tradicionais e impactos negativos em-sua cultura e direitos.

identitárias, especialmente em regiões metropolitanas e capitais. A presença de quilombos em áreas urbanas desafia as visões tradicionais sobre a territorialidade quilombola, uma vez que os direitos territoriais nessas áreas são marcados pela complexidade das dinâmicas urbanas, incluindo especulação imobiliária, gentrificação e conflitos de uso do solo. Ao contrário dos quilombos rurais, onde a terra é vista como um espaço de produção coletiva e reprodução cultural, nas cidades o quilombo precisa resistir à pressão do mercado imobiliário e às políticas urbanas excludentes.

Essa realidade afeta diretamente a luta das comunidades quilombolas urbanas por reconhecimento e regularização fundiária. Muitas vezes, esses territórios urbanos são fragmentados, o que dificulta a articulação coletiva e a proteção do patrimônio cultural. Além disso, a invisibilidade dessas comunidades dentro das políticas públicas urbanas gera desafios no acesso a direitos básicos, como saneamento, habitação digna e preservação de suas tradições. Assim, quilombos urbanos simbolizam uma continuidade da luta negra pela permanência em territórios históricos, ao mesmo tempo em que demandam novas abordagens de políticas públicas que levem em consideração as especificidades da vida urbana, os direitos à cidade e a preservação cultural.

A esse respeito (Marques, 2015) em sua tese de doutoramento, trabalha o caso de um quilombo urbano em Belo Horizonte -MG, que também é um Terreiro de Candomblé. O autor argumenta que pensar os territórios em um contexto urbano ultrapassa o caso particular por ele estudado, e remete à necessidade de se pensar a relação entre a cidade, enquanto locus do poder e de uma série de medidas tomadas

> pelo poder público em nome de um discurso que se vale da tecnicidade, da ordem e de um modelo de bem-estar tem funcionado na prática como um processo de negação a diferença. Em nome de uma política dita participativa, democrática e cidadã o que se vê na prática da cidade nua e densa (Agier, 2011) é um modelo de (re)ordenação do espaço público e privado que, aprofundando a forma-dominação do poder financeiro e das elites fundiárias urbanas e seus entrepostos no poder público, reforçam o discurso normativo do Estado (p.35).

Para o autor, os quilombos urbanos são o que ele denomina de “cidade fora do lugar” ou entre dois, ou seja, um projeto emancipatório das resistências afrobrasileiras nas cidades:

> Os entredois, os lugares de fora que o projeto ordenador da nova capital quis eliminar, são as trocas e caminhos cruzados que tornam possível, a transformação do espaço em um fluxo de des-re-territorialização e por consequência buscou-se eliminar as diferenças, a política em sua dimensão potencial de palavra na polis. Quilombo Manzo é a exemplificação da continuidade deste projeto, mas é ao mesmo tempo uma de suas principais denúncias (p.53) .

O termo *aquilombar*, que tem ganhado destaque dentro dessa discussão, simboliza a luta coletiva e a resistência das comunidades quilombolas na defesa de seus direitos à terra e à preservação de suas tradições culturais. Aquilombar-se é visto como um ato de (re)existência e uma frente de lutas por reparações históricas, refletindo a busca por políticas públicas reparatórias e a importância da garantia de direitos para as comunidades quilombolas.

Diversos estudos e autores (Almeida, 2002; Araújo & Silva, 2019; Malcher, 2009; Schmitt et al., 2002; Little, 2002; Eugenio & De Lima, 2014; De Matos & Eugenio, 2018) compreendem que “as identidades são constituídas a partir do território” (Eugenio; De Lima, 2014, p.204), refletindo a diversidade social, cultural e ancestral de cada comunidade. Desses, cada grupo/comunidade apresenta características distintas contempladas pela teoria antropológica da territorialidade que argumenta que "todo território é um produto histórico de processos sociais e políticos" (Little, 2002, p. 3). O território que vemos hoje é resultado de uma combinação complexa de fatores históricos e das relações de poder ao longo do tempo. Ele é mais do que um espaço geográfico; é um reflexo de processos humanos contínuos profundamente ligados à luta pela identidade. Qualquer ameaça ao território é vista como uma ameaça à própria sobrevivência da comunidade, sendo considerado um tecido de relações que sustenta a vida e a identidade coletiva. Quando o território é alterado ou perdido, essas identidades também são impactadas e, frequentemente, essas mudanças levam a processos que aqui chamaremos de recriação identitária. Portanto, “a relação com o território é uma relação que mediatiza em seguida as relações com os homens, com os outros” (Raffestin, 1993, p. 160), mas ouso dizer aqui que não apenas media as interações com outros indivíduos, mas também desempenha um papel significativo na construção e no desenvolvimento da relação que o sujeito quilombola tem consigo mesmo, porque a identidade individual é mediada por processos coletivos.

Segundo Castells (2003), as identidades são formadas por meio da interação de uma série de elementos, como história, geografia, biologia, instituições produtivas

e reprodutivas, memória coletiva, fantasias pessoais e estruturas de poder. Esses elementos são processados pelos indivíduos e grupos sociais, que irão reorganizar seus significados com base em tendências sociais e culturais enraizadas, em que a terra, no caso dos quilombos, se torna uma extensão do próprio corpo coletivo. Essa visão se conecta diretamente à ideia de que o território é uma construção social e histórica, moldada por processos sociais, culturais e políticos (Malcher, 2009).

Segundo nota da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2021)[10];

> O território tem uma dimensão histórica, sendo formado por uma variedade de processos e critérios que definem a forma de ocupação ou organização dos espaços produtivos. Identidade cultural e território tradicional são indissociáveis. São heranças recebidas de antepassados, que devem/precisam ser transmitidas às novas gerações.

Para avançarmos na discussão, há uma tendência errônea em afirmar que vivemos em uma era dominada pela desterritorialização, com o desaparecimento dos territórios (Haesbaert, 1999). Embora haja mudanças nas formas de relação com o espaço, os territórios não desaparecem; eles mudam. A desterritorialização pode estar ligada à perda de poder ou controle sobre um espaço físico, mas a reterritorialização surge como uma resposta, em que grupos sociais recriam seus territórios, muitas vezes atribuindo a eles uma dimensão simbólica. No caso das populações marginalizadas e despossuídas, a reterritorialização se torna um processo fundamental para a sobrevivência, tanto física quanto cultural. A reterritorialização ocorre quando esses grupos voltam a se "apegar à terra", não apenas como fonte de recursos materiais, mas também como um espaço de recriação de suas identidades.

Para entendermos melhor a reterritorialização, é importante trazermos ao debate o conceito de territorialidade (Raffestin, 1993), que vai além do simples controle de uma área geográfica, pois é entendida como um conjunto de relações que os sujeitos (indivíduos, grupos, instituições) estabelecem com o espaço que ocupam ou controlam. Para compreender esse processo, é fundamental também considerar a formação de uma territorialidade que se desenvolve em paralelo a um processo de desterritorialização.

---

[10]Segundo a manifestação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) sobre o Processo nº 1035763-30.2021.4.01.3400, "a Ação Anulatória da Certificação Administrativa de Remanescentes de Comunidade Quilombolas emitida pela Fundação Cultural Palmares à Comunidade Conceição de Salinas (BA)" (2021)

A territorialidade está associada ao exercício do poder e envolve tanto aspectos materiais quanto simbólicos, sendo um meio pelo qual se organizam as relações sociais e econômicas em um determinado território. A identidade quilombola, então, é construída a partir de diversos elementos - memória coletiva, cultura, história, resistências - que se entrelaçam no território, e a perda ou alteração desse território pode levar à necessidade de ressignificação identitária, ou seja, reterritorialização. Ele afirma que "um recurso não é uma coisa" (Raffestin, 1993, p.8), ou seja, o que definimos como recurso depende das relações e do contexto histórico. Um território, então, não é simplesmente uma área com fronteiras, mas uma área dotada de valor, seja ele econômico, simbólico, político ou cultural, conforme os usos e significados que esses sujeitos atribuem a ela.

A *terra de preto* ou *território negro*, conforme discutido por Schmitt et al. (2002), é o espaço onde essas práticas culturais são mantidas e transmitidas, gerando uma territorialidade que não se limita à ocupação física, mas também se constitui por meio de uma identidade compartilhada (Schmitt et al., 2002, p. 444). Esse território é simultaneamente um espaço de resistência, uma forma de criar modos de viver e dar-lhe significado. Através do controle e organização do próprio território, os quilombolas conseguem estruturar suas vidas, desenvolver relações sociais e econômicas, e produzir significados culturais que lhes ajudam a interpretar o mundo em que as práticas cotidianas de trabalho e a organização social se opõem às tentativas históricas de expropriação e marginalização.

> Se o território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte diferentes formas de apropriação e domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial (Haesbaert, 1999, p. 14)

O artigo 68 da Constituição Federal de 1988 evidencia como o território é o palco onde as identidades quilombolas são reafirmadas. Conforme Malcher (2009), a aplicação do artigo 68 transformou a autoidentificação como quilombola em uma estratégia de resistência, por meio da qual as comunidades reconstroem seus laços com a terra, redefinindo suas narrativas de pertencimento e autonomia (Malcher, 2009, p. 17). Mas, vimos também que ao longo da história se originaram diversos processos que não somente limitaram essas identidades, como as suprimiram e subalternizaram, especialmente em tempos de globalização. Stuart Hall (2006) afirma que as velhas identidades que costumavam estabilizar o mundo social estão

em declínio, dando lugar a novas identidades, o que provoca a fragmentação do indivíduo moderno, antes considerado um sujeito unificado.

Essa definição dada por Hall (2006) nos indica que o indivíduo não está mais no centro de uma identidade fixa, unificada e estável. Ao longo da história, a sua identidade era frequentemente entendida como algo essencial, ligada à natureza ou à cultura de uma pessoa ou grupo. Porém, nas sociedades contemporâneas, as transformações sociais, culturais e econômicas resultaram na fragmentação desse conceito. Em vez de uma identidade estável, o sujeito contemporâneo vivencia identidades múltiplas e fluidas. Isso significa que o indivíduo se encontra em um constante processo de negociação entre diferentes papéis, valores e pertencimentos. Nesse sentido, é importante estabelecer que, para essas comunidades, a sua relação com o território não é imutável.

Essa crise de identidade (Hall, 2006) surge como parte desse processo mais amplo de mudança social e cultural, que abala as estruturas tradicionais e os quadros de referência que ofereciam estabilidade a esses indivíduos. O indivíduo contemporâneo enfrenta uma multiplicidade de identidades que coexistem, resultando em novos arranjos identitários, muitas vezes híbridos ou interconectados, em que “a identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico. Não se pode entendê-la como algo dado, definido plenamente desde o início da história de um povo” (Christóvão, 2017, p.108). Pelo contrário, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 2006, p. 13), em que a modernidade tende a impor processos homogeneizantes, que buscam padronizar culturas e identidades em prol de uma economia e sociedade mais integrada globalmente. Isso leva a uma relativização das identidades locais e tradicionais, que passam a ser influenciadas por elementos culturais globais.

Uma das ideias centrais nessa crise de identidade é o "descentramento do sujeito", ou seja, o deslocamento da visão de um "eu" essencial e coerente para uma concepção de identidade mais fluida e fragmentada (Hall, 2006). O indivíduo não possui mais uma identidade central e fixa, mas sim várias identidades que coexistem e são negociadas dependendo do contexto. Esse processo pode ser especialmente desafiador, pois "ver as contradições nas ideologias possibilita abri-las a desmistificação" (Collins, 2019, p. 182), - ou seja, torná-las vulneráveis a questionamentos e críticas. Isso significa retirar o caráter naturalizado e

inquestionável que muitas ideologias adquirem ao longo do tempo. Desmistificar uma ideologia é expor sua natureza construída, revelando que ela não é neutra ou objetiva, mas sim produto de relações de poder e interesses específicos.

A crítica de Collins (2019), que vê a identificação das contradições nas ideologias como um caminho para desmistificá-las, complementa a visão de Hall. Se, como Hall (2006) sugere, as identidades contemporâneas são fragmentadas e constantemente negociadas, isso ocorre em grande parte porque as ideologias que antes impunham identidades fixas estão sendo desmistificadas. As contradições internas dessas ideologias - sejam elas raciais, de gênero, de classe, ou culturais - tornam-se visíveis em um mundo globalizado e diversificado, levando os indivíduos a questionar e reformular suas próprias identidades. Por outro lado, a modernidade capitalista também gera reações de resistência, com o fortalecimento de identidades locais em contraposição à lógica global dominante.

Nesse sentido, muitas comunidades reafirmam suas identidades territoriais como forma de resistência cultural, criando espaços de preservação de tradições e valores locais, mas também, no engajamento em movimentos políticos para garantir direitos sobre suas terras. Isso implica uma negociação entre o papel de resistência cultural e as demandas por reconhecimento formal dentro da estrutura do Estado.

Os quilombolas adaptam suas identidades em resposta a essas novas realidades, como processos de urbanização, novas legislações e pressões externas, o que pode gerar uma reconfiguração da identidade subjetiva, mas não territorial. Mesmo com o descentramento do sujeito, ou seja, com a perda de uma identidade fixa e unificada, há uma contínua reafirmação da identidade quilombola. Isso não significa que a identidade original se perde, mas sim que ela se transforma de acordo com as demandas e pressões externas, mantendo uma base cultural quilombola enquanto adota novos elementos. Isso aponta para um processo em que identidade coletiva e individual se articulam e se produzem mutuamente.

A luta das comunidades quilombolas está centrada no reconhecimento e na afirmação de sua identidade, buscando superar estereótipos negativos e construir uma imagem positiva de si mesmos. Historicamente marginalizadas, essas comunidades têm sido erroneamente rotuladas com termos pejorativos como "invasores" e "posseiros" (ABA, 2021), o que intensifica a intolerância e o preconceito. Dessa forma, quando usado como ferramenta contra a população negra, esses estereótipos afetam também a maneira como estes sujeitos se veem.

Essas designações desrespeitam princípios constitucionais e internacionais e obscurecem as causas da opressão contínua que enfrentam, pois “numa comunidade quilombola, a percepção de identidade étnica é importante para definir as fronteiras do que é inerente da comunidade e o que é influência externa e pode ser ou não relevante” (Lima, 2014, p.7).

De acordo com Collins (2019), a persistência de estereótipos impostos externamente continua a validar, a desumanizar e a subalternizar vidas negras, limitando-as a papéis restritos ao corpo, à sociedade pública, ao trabalho doméstico e à sexualidade. Para ela, as chamadas imagens de controle se tornam produtos da objetificação promovida por instituições sociais e refletem a visão da sociedade branca e patriarcal em relação aos corpos negros. O conceito de imagens de controle não apenas permite uma compreensão aprofundada de como as representações contribuem para as relações hierárquicas de poder, mas também destaca a resistência histórica dos quilombolas contra as lógicas de desumanização. Collins (2019, p. 35) define essa ideologia como "um corpo de ideias que reflete os interesses de um grupo de pessoas", sendo este grupo hegemonicamente branco.

Os esforços desses indivíduos em desafiar as imagens de controle constituem uma forma de conhecimento subordinado, passível de mobilização por grupos que enfrentam formas semelhantes de subordinação. Além de sua relevância teórica, o conceito de imagens de controle também se revela uma ferramenta prática e útil para a vida cotidiana na medida em que a compreensão do conteúdo e do funcionamento dessas imagens se torna uma forma essencial de conhecimento, capacitando-os a questionar as naturalizações e inevitabilidades frequentemente impostas em suas vidas, visando suprimir suas subjetividades.

As imagens de controle, portanto, não são meras representações inofensivas; elas servem a um propósito político e social, sustentando as estruturas de poder que perpetuam a desigualdade, mas sobretudo, suprimem as identidades territoriais desses sujeitos. Ao fixar neles posições de subalternidade, essas imagens legitimam tanto a violência cotidiana quanto às políticas de Estado que buscam controlá-los ou eliminá-los através das estratégias de opressão utilizadas pelo Estado brasileiro, servindo como justificativa para a opressão do “outro”. É importante trazermos a este debate que as imagens de controle não se limitam somente aos meios de comunicação, elas perpassam fronteiras para além destas redes, minando campos de conflitos identitários. Essas imagens de controle podem ser entendidas como as

representações e ideias que definem como vemos e entendemos um território ou uma população, sempre em função de relações de poder e interesses políticos.

Historicamente, essas imagens foram usadas para legitimar a ocupação de terras, a criação de fronteiras e a definição de a quem pertence ou não a determinados espaços. Elas organizam o território de acordo com visões específicas, como as de Estado, economia ou colonialismo, estabelecendo limites, normas e hierarquias. Assim, o que vemos como território é o resultado de práticas e discursos que foram construídos e reproduzidos ao longo do tempo para atender a objetivos políticos e sociais - ou seja, território somente enquanto espaço, nulo de significações, herança ancestral e simbologias. Esses processos também influenciam a maneira como as comunidades se relacionam com o território. Através das imagens de controle, certas populações são marginalizadas ou excluídas do direito à terra e ao espaço. Nessa direção, Marques (2015) a partir do diálogo com o Quilombo de Manzo, e o que ele denomina de “teoria nativa”, argumenta que o

> pertencimento não está congelado, pois é vivido e vivenciado cotidianamente. Processo social complexo, que foge das definições dogmáticas e formalistas. Vivido e vivenciado é o que se apresenta como multiplicidade, potência, diferença, fluxos, agenciamentos metamórficos, nômade; em oposição às categorias dogmáticas e formalistas - demasiado ocidental e colonialistas - como os conceitos de norma e seus correlatos: unidades, uniformidades, sistemas fechados, sedentarizados. Por outro lado, vivido e vivenciado é a celebração da agência, feito e fato da e na prática, feito e fato da e na ação e (rel)ação social. (p. 162)

bell hooks (2019) escancara que a dor que as pessoas negras experimentam ao perceberem que não têm controle sobre suas imagens e como são vistas é amplificada quando essas imagens não são descolonizadas, ou seja, quando permanecem carregadas de preconceitos e estereótipos coloniais. Para hooks (2019, p.31);

> [...] para as pessoas negras, a dor de aprender que não podemos controlar nossas imagens, como nos vemos (se nossas visões não forem descolonizadas) ou como somos vistos, é tão intensa que isso nos estraçalha. Isso destrói e arrebenta as costuras de nossos esforços de construir o ser e de nos reconhecer.

É fundamental compreender que as várias dimensões do racismo, associadas à questão do território quilombola, influenciam o campo das identidades, que são constantemente construídas e desconstruídas dentro desses territórios. Essas representações e a perpetuação da ideia de subalternização dos corpos negros se aprofundam no imaginário coletivo. Isso é corroborado por Fanon (2008, p. 90), que

destaca que "o mito do negro-ruim faz parte do inconsciente coletivo".

Para Francisco Ferreira (2008), o conceito de identidade apresenta diversos desafios tanto no campo teórico quanto prático. No plano teórico, a dificuldade se deve à variedade de definições que pesquisadores contemporâneos atribuem à identidade; no prático, o conceito está relacionado ao processo de auto-identificação dos sujeitos. A identidade, quando construída através do resgate dos territórios, influi no coletivo e no individual. Do cruzamento do território e identidade, transitam variáveis como tempo, espaço e movimento, ocorrendo a construção de múltiplas possibilidades do estudo dos grupos sociais na contemporaneidade.

Autores como Stuart Hall (2001), Frederick Barth (1997) e Michael Pollak (1992) oferecem diferentes perspectivas sobre a construção da identidade. Segundo Pollak, três elementos são essenciais nesse processo: o físico, relacionado à percepção de limites corporais; o coletivo, que reflete o pertencimento a um grupo; e a coerência, que ocorre quando os diferentes aspectos de um indivíduo se integram. Pollak afirma que "a memória é um componente essencial da identidade" (Pollack, 1992, p. 205), sendo que a interação social e a necessidade de aceitação influenciam diretamente a formação dessa identidade.

Por sua vez, Barth (1997) discute a identidade étnica como um processo dinâmico, onde as categorias de pertencimento são escolhidas pelos próprios grupos. Ele afirma que a "identidade étnica é situacional", sendo construída a partir da interação dos indivíduos com o mundo externo e com os próprios membros da comunidade (Villar, 2004).

Para Barth, os grupos étnicos se organizam com base em processos de auto-atribuição e atribuição por outros, em que as identidades são construídas e mantidas pela interação social. Da mesma forma, o conceito de quilombo reflete um processo de auto-reconhecimento e resistência coletiva, onde o grupo se identifica e se organiza em torno de um território, tanto material quanto simbólico, em resposta às opressões históricas. Barth destaca que os grupos étnicos são formados e mantidos por essas dinâmicas de interação social e categorização (Barth, 2005, p. 32).

No contexto das comunidades quilombolas, a identidade é construída politicamente na interação do grupo com o território, tanto material quanto simbólico. Desde a promulgação do decreto nº 4.887/2003, que garante o direito à terra às comunidades que se auto-reconhecem como quilombolas, a resistência dessas

comunidades não se limita mais à manutenção do território, mas também envolve a afirmação de um modo de vida e de uma memória ancestral (Teixeira, 2010, p. 51). O território representa essa interseção entre passado, presente e futuro, e se molda tanto através das histórias, ancestralidades e tradições quanto a partir dos processos de apropriação externa.

Ao analisar um processo social, é possível entender as várias formas complexas que ele gera. Isso é relevante para a compreensão da identidade étnica, que emerge através dessas dinâmicas. Barth (2005) trabalha o conceito de relações étnicas como um sistema de oposições e contrastes em que a identidade de um grupo étnico não se forma de maneira isolada, mas sim em relação com outros grupos, o que gera fronteiras. A ideia é que, embora a busca pela unidade exista, as diferenças continuam a aparecer, porque o "contato" entre grupos acaba por ressaltar essas diferenças.

No caso dos quilombos, a resistência à ordem escravista não pode ser vista como um conjunto de eventos isolados. Esses quilombos desempenham um papel central na negação dessa ordem. Entretanto, quando se isola geográfica ou fisicamente, os quilombos formam limites, que podem ser entendidos como "unidades étnicas" no sentido de Barth. Isso desafia a visão tradicional de que uma unidade étnica é definida apenas pela raça, língua ou sociedade. Barth propõe que a identidade étnica é formada por uma rede mais complexa de contrastes e interações, não por uma simples equação entre raça e sociedade (Ferreira, 2008, p.81).

O objetivo desta reflexão é destacar que, ao considerarmos as subjetividades, desejos e aspirações das comunidades quilombolas, o território assume um papel essencial na constituição da identidade quilombola. Mais do que uma delimitação geográfica, ele é atravessado por sentidos políticos, econômicos, históricos e simbólicos. A formação de identidades culturais e políticas se intensifica nos momentos em que grupos sociais se organizam para reivindicar elementos considerados centrais à sua existência. A terra, nesse contexto, torna-se um símbolo que articula dimensões culturais, sociais e materiais fundamentais.

Reconhecer a identidade quilombola implica compreender o vínculo profundo com o território - tanto no plano material quanto simbólico. Como argumenta Da Silva (1998), o ato de se territorializar representa a negação do espaço historicamente imposto e a afirmação de um pertencimento que desafia estruturas

de poder estabelecidas. Esse processo se intensifica quando comunidades quilombolas enfrentam a presença de empresas ou intervenções estatais que disputam seus territórios ancestrais, como plantações de monoculturas ou áreas legalmente protegidas.

A história dos territórios quilombolas é, portanto, expressão de um movimento político que ressignifica o pertencimento racial e territorial, projetando novas formas de existência e resistência. Territorializar-se é afirmar um projeto de vida coletiva, garantir a reprodução material e simbólica de um modo de vida próprio e, ao mesmo tempo, disputar poder. A luta pela terra é, nesse sentido, também uma luta pelo direito de ser e viver segundo princípios próprios, ancestrais e comunitários.

O território quilombola, é o que Collins (2019) chama de “espaço seguro”, um território de pertencimento negro, surgido no contexto da diáspora africana, como espaço de convivência coletiva e de resistência frente às opressões históricas impostas pelo colonialismo e pela escravidão. Sua presença se mantém viva e resistente até os dias atuais. Ao longo da história, foi um espaço de resistência contra o colonialismo, a escravidão e, mais recentemente, contra as ameaças do agronegócio e das políticas de desenvolvimento que desconsideram as necessidades locais. Os espaços seguros “não foram feitos para ser um estilo de vida”, ao contrário, “eles constituem um mecanismo dentre muitos destinados a promover o empoderamento” e “nos capacitar para participar de projetos de justiça social” (Collins, 2019, p. 198).

Essa formulação aproxima-se da ideia de *quilombismo*, como propõe Nascimento (1980), enquanto projeto político de reconstrução coletiva da liberdade e de reorganização da vida negra sob princípios de solidariedade, autonomia e ancestralidade. Da mesma forma, conecta-se à noção de aquilombamento como prática ativa de resistência e de construção de alternativas contra-hegemônicas, seja na organização territorial, seja na afirmação identitária e epistêmica. Assim, a identidade quilombola é também política: ela se constrói na intersecção entre as memórias de resistência e as disputas contemporâneas por reconhecimento e território. Portanto a identidade quilombola é também política e “está relacionada às variadas forças históricas, estratégias de dominação e relações de poder que incidem sobre seu território, sua comunidade e seu grupo” (Fernandes et. al, 2020, p.5).

Nesse movimento de retomada quilombola das identidades, de acordo com Santana (2008, p. 8);

> [...] o ser quilombola é re-elaborado no processo político, no qual, direitos são construídos e ampliados. O crescente número de comunidades que auto-identificam como quilombolas e a diversidade destas apontam a inexistência de uma identidade moldurada.

Stuart Hall (2006) destaca esse fenômeno como uma forma de produção de novas identidades ou de fortalecimento das existentes. Uma resposta ao sentimento de perda de singularidade e pertencimento gerado pelos processos globais, uma amostra do contracolonialismo (Bispo, 2015), reflexo da luta pela permanência e pela continuidade da própria identidade quilombola. Isso permite que as comunidades quilombolas se diferenciem de outros grupos (um "nós" versus "eles"), mas também fortalece a coesão interna, criando um forte senso de pertencimento - um aquilombamento que é ao mesmo tempo memória, política e futuro.

Para Gusmão (1999), a relação dos quilombolas com a terra é marcada pela memória de seus antepassados, que transmitiram as histórias de luta e resistência. Essa memória é "o que define o negro não como um sujeito genérico, mas como parte de uma comunidade que ocupa um território específico, uma terra que lhe pertence" (Gusmão, 1999, p. 145). Assim, ao rememorar a trajetória de resistência de seus antepassados, os quilombolas criam uma narrativa que reafirma sua identidade étnica e territorial. Conforme Malcher (2009), essa narrativa está sempre ligada à luta pela permanência na terra, que, por sua vez, garante a continuidade dos valores e modos de vida quilombolas (Malcher, 2009, p. 8). A luta pela terra, portanto, é simultaneamente uma luta pela preservação da memória coletiva e da identidade étnica. Como Malcher (2009) observa, o processo de construção do território é simultaneamente uma construção de identidade: "a construção do território produz uma identidade, e a identidade produz o território, este processo é produto de ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais" (p. 67).

A luta pela posse da terra é uma dimensão essencial na definição da identidade quilombola. A terra é vista como um direito ancestral, um legado dos antepassados que precisa ser protegido e preservado. Segundo Malcher (2009, p.13), "a construção de uma identidade quilombola a partir da necessidade de luta pela permanência na terra [...] levou comunidades a se auto-declararem como negras e quilombolas". O sistema de parentesco e a transmissão de terras por herança são elementos fundamentais na organização social das comunidades

quilombolas. Paoliello (1998) destaca que "o acesso à terra é garantido pela via hereditária, onde alguém tem direito virtual de dono sobre a terra não simplesmente porque é um indivíduo, mas porque o é enquanto filho e herdeiro" (p. 158).

Esta interdependência significa que o território não pode ser dissociado da identidade quilombola, pois é nele que se consolidam as práticas culturais, as tradições e os modos de vida específicos dessas comunidades. Pode-se dizer que ele é a mola que dá impulso à construção de subjetividades, mas que também permite que se reconheçam enquanto comunidade. A defesa do território é uma defesa da vida. Movimentos sociais contemporâneos enfatizam a importância da cosmovisão e da identidade cultural na luta contra a modernidade capitalista. A crise ecológica e social atual é vista como uma crise de modelo civilizatório, exigindo uma transição para modos de vida mais sustentáveis e plurais.

O território é um espaço onde se inscrevem as memórias de resistência e as narrativas de luta. É nele que se celebram as vitórias e se lamentam as perdas. Gusmão (1999) sublinha a importância da terra como um espaço de memória: "a terra (território) torna-se um valor de vida, um espaço de relações vividas, fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada". Essa memória coletiva é crucial para a coesão da comunidade e para a perpetuação de sua identidade. Essa compreensão do espaço-território como dimensão simbólica e afetiva encontra ressonância em Bonnemaison (2002), ao defini-lo como um "espaço cultural" impregnado de geo-símbolos, isto é, marcas materiais e imateriais que carregam significados compartilhados e afetuosos para o grupo. Nessa perspectiva, o território não é apenas uma base física, mas também um espaço onde se atualizam relações históricas, culturais e identitárias.

Para Santos (1994) essa visão compreende o espaço enquanto categoria filosófica que exige atenção às camadas temporais que o compõem, considerando as dinâmicas históricas e os agentes que o transformaram. Assim, o território quilombola não é compreendido apenas pela dimensão geográfica, mas sob o locus de experiências, narrativas e disputas que configuram sua territorialidade. Nestes espaços-território - aqui chamados, a etnicidade assume papel central, como também ocorre em territórios indígenas, em que a territorialidade é marcada pelas especificidades culturais e pela ancestralidade dos povos que os habitam. Diferente de outras formas de apropriação espacial, o componente étnico é estruturante na configuração desses espaços sociais, pois essas identidades se constituem como

uma resposta coletiva a processos históricos de invisibilização, exclusão e desvalorização cultural.

De acordo com De Valentim (2011), essa identidade cumpre funções fundamentais: reorganiza estruturas cognitivas, especialmente aquelas relacionadas ao espaço e ao tempo; atualiza elementos da cultura tradicional, como a ladainha, a farinheira, a mesa dos santos e as festas comunitárias; e permite a construção de uma autoimagem mais positiva frente a uma sociedade que frequentemente associa os quilombolas à marginalização.

Ainda segundo a autora, há também uma forte associação entre as representações de quilombo e os eixos simbólicos de terra, resistência e ancestralidade. Esses elementos reforçam o sentimento de pertença e delimitam fronteiras sociais e identitárias, fundamentais para a sobrevivência tanto do sujeito quanto da coletividade. A identidade quilombola, portanto, articula memória, cultura e território como pilares de sua existência e de sua resistência contemporânea.

O resgate da memória por meio do espaço-território vai além de uma simples celebração de feitos passados; trata-se de um exercício de resistência contra o apagamento histórico que frequentemente marginaliza as experiências negras. Essa narrativa deve incluir não apenas os horrores da escravidão, mas também as conquistas e as contribuições quilombolas em diversos campos, como a música, a literatura, a política e as ciências. Reconhecer essas conquistas é vital para reforçar a autoestima da comunidade e desmantelar estereótipos prejudiciais.

Ao entender o território como um símbolo de resistência e um espaço dinâmico em constante transformação, podemos perceber que a luta quilombola não é apenas pela terra, mas pela preservação de modos de vida, tradições e a própria existência enquanto comunidade. Mesmo diante das pressões globais e das novas realidades que desafiam essas identidades, os quilombolas continuam a se reorganizar e ressignificar, reafirmando seu papel enquanto sujeitos históricos e protagonistas de suas próprias narrativas. Assim, o território se torna não apenas um espaço geográfico, mas a base de uma identidade política e cultural que se perpetua através do tempo e da resistência

Ao nos voltarmos para a compreensão da identidade quilombola contemporânea, observa-se que suas raízes se ancoram na terra, que ultrapassa a condição de meio de subsistência e se configura como elemento fundamental para a continuidade das tradições, da memória coletiva e do patrimônio cultural. Neste

espaço, a identidade é tratada como uma expressão dos atributos étnicos, culturais, econômicos ou políticos apropriados pelas pessoas. Ou seja, a identidade é formada pelos processos históricos que determinam a construção do território, manifestando-se como traços diferenciadores e distintivos da população pertencente a um espaço.

> A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc. (Munanga, 1996, 177-178).

Sendo o território construído e moldado pelo sentido de identidade que “é um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais” (Gomes, 2005, p.41), a sua dimensão política do espaço, reconhecimento e identificação se dão como unidade de uma gestão política relacionada com a forma como esses territórios são reconhecidos, administrados e regulamentados pelo Estado. Pois, “reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência” (Gomes, 2005, p.42). Este grupo pode ser constituído por delimitações naturais, institucionais, econômicas, culturais ou políticas, e pode até ser um espaço descontínuo. Mas, como veremos, também se torna uma força motriz que guia o desenvolvimento territorial e que também surge a partir da manifestação social e coletiva.

O território é composto de elementos materiais organizados no espaço geográfico, segundo certas leis da natureza. No entanto, considerá-lo apenas como um fenômeno físico seria inadequado já que os componentes naturais de qualquer território se delimitam pela ação humana e são utilizados por grupos específicos por razões determinadas, sendo esses usos e intenções parte de um processo político (Gottmann, 2012). Território é um conceito criado por indivíduos que organizam o espaço conforme seus objetivos. Os movimentos de reocupação de territórios expropriados por grandes empresas são esforços para preservar modos tradicionais de uso da terra, como o cultivo de roças e a preservação de nascentes e vegetações nativas. O território se torna um espaço ação - simbólico, onde a existência quilombola se reconstrói por meio de práticas culturais e da reafirmação de saberes tradicionais. Assim, o território não é apenas um local físico, mas um elemento essencial da identidade quilombola, moldado pela memória e pela re-existência.

Como destacado por Oliveira (2022), "nas disputas pelas expropriações dos territórios, dos patrimônios culturais e das memórias estão implicados outros bens como saberes e cosmologias sobre a construção do ser e do modo de existir dos quilombolas e suas formas de uso e apropriação dos territórios" (p. 8).

As comunidades quilombolas, ao retomar suas terras, visam não apenas a reconquista de espaço, mas a restauração de suas práticas ancestrais, reforçando a relação com a terra e seus modos de vida.

> “Essas ações das comunidades têm por objetivo aumentar o tamanho das áreas cultivadas e, consequentemente, a produção de alimentos orgânicos, pois as famílias têm entendido que é necessário se precaver em relação ao aumento dos preços dos alimentos e reconstruírem seus costumes e saberes tradicionais acerca do cultivo de suas roças, da produção dos alimentos, dos hábitos alimentares e preservação de vegetações nativas, nascentes, córregos e rios” (Oliveira, 2022, p. 8-9).

O território, portanto, se torna o centro dessas práticas culturais, onde a produção de alimentos e a sustentabilidade ecológica se entrelaçam com a manutenção da identidade. Compreender o território nos permite aprofundar a análise sobre como diferentes grupos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados, como as comunidades quilombolas, se apropriam e redefinem esses espaços. É essencial investigar como as identidades construídas através de relações familiares se manifestam e se entrelaçam com a luta pelo território nas comunidades quilombolas.

Nas comunidades quilombolas, a luta pelo território não é apenas uma questão de reivindicação de espaço físico, mas também de preservação e afirmação das identidades culturais e familiares. Essa construção é dinâmica e se dá através de ações coletivas e recíprocas entre os sujeitos sociais e o espaço que ocupam. As relações familiares desempenham um papel crucial na configuração dessas identidades, influenciando as formas como os indivíduos e os grupos se relacionam com o território que habitam, estando ligadas às práticas de transmissão de conhecimento, às tradições e aos laços afetivos que formam a base da vida comunitária, ou seja, a organização territorial é um aspecto essencial da afirmação identitária e da resistência às opressões múltiplas.

2.3 Quilombo, território e identidade: uma revisão sistemática da

produção acadêmica recente

As discussões teóricas apresentadas neste trabalho encontram respaldo em uma produção acadêmica recente que tem se debruçado sobre a realidade das comunidades quilombolas, especialmente no que se refere às categorias de identidade e território. Para fundamentar essa abordagem, foi realizada uma revisão sistemática da literatura com foco em estudos publicados nos últimos cinco anos. A busca foi conduzida por meio do software *Publish or Perish*, utilizando os descritores “quilombo or quilombolas” AND “identidade” AND “território” AND “família”. A partir de um conjunto inicial de 200 documentos, foram aplicados critérios de seleção que resultaram na exclusão de 17 duplicatas, totalizando 187 artigos únicos. Dentre esses, apenas 19 foram selecionados por atenderem aos requisitos estabelecidos, como a relevância acadêmica dos autores, o número de citações e a aderência dos títulos às temáticas centrais da pesquisa.

A leitura detalhada dos resumos desses artigos revelou que as análises empíricas identificadas reforçam a centralidade das categorias de identidade e território, além de evidenciarem sua constituição mútua no contexto das comunidades quilombolas, corroborando, assim, as premissas teóricas que sustentam esta investigação.

Para compreender a complexidade das questões enfrentadas pelas comunidades quilombolas no Brasil, é essencial explorar diversas abordagens que destacam desde a preservação da identidade cultural e do território até a implementação de políticas públicas eficazes e a resistência a desafios contemporâneos[11]. Numa primeira perspectiva, é importante enfatizarmos que há uma ideia equivocada, amplamente disseminada, de que, para que uma comunidade quilombola atual seja reconhecida como tal, ela precisaria ter uma conexão direta e linear com os quilombos formados por negros fugitivos da escravidão durante o período colonial.

> O primeiro passo para avançar nesse debate é desconstruir essa visão reducionista de que os territórios quilombolas contemporâneos devem, necessariamente, ter uma continuidade linear com os territórios de resistência de negros no passado. Essa perspectiva, comum, é muitas vezes usada para deslegitimar a luta do povo negro pelo direito à terra e ao território como espaços de vivência e trabalho. Para aqueles que almejam a incorporação produtiva dessas áreas, como empresários, políticos ou cientistas alinhados ao capital, a ausência de uma descendência direta de

[11]SANTOS, Adalberto. Tradições populares e resistências culturais: políticas públicas em perspectiva comparada. **Salvador: Edufba**, 2011.

> um quilombo clássico ou a falta de correspondência exata entre o território atual e a terra ocupada por seus ancestrais seria suficiente para negar o direito dessas comunidades às suas terras (Da Silva e Gonçalves, 2020, p.134-135).

Esses interesses econômicos procuram enfraquecer a luta quilombola ao impor critérios rígidos de linearidade histórica e ancestralidade direta, desconsiderando que os territórios quilombolas atuais são o resultado de processos históricos complexos de resistência, mobilidade e adaptação. Portanto, é fundamental entender a luta pelos territórios quilombolas de forma mais abrangente, reconhecendo a legitimidade desses espaços como lugares de vivência, cultura e trabalho, independentemente de uma conexão linear com os quilombos do passado. Isso é, para garantir o reconhecimento e a proteção dos direitos dessas comunidades em contextos atuais, marcados por narrativas que divergem ao longo do tempo, mas que ainda perpetuam desigualdades.

Os autores Duque et al. (2019), Ferreira et al. (2020), Silva e Souza (2019) e De Oliveira (2022) abordam a importância do território na formação da identidade cultural das comunidades quilombolas. Para eles, a memória e a história dos quilombos são preservadas através da luta pelo território e da resistência cultural. Duque et al. (2019) destacam a importância do território para a memória e a identidade cultural dos quilombos do semiárido piauiense, mostrando como a preservação do patrimônio é essencial para a identidade desses povos. A memória, nesse processo, é um elemento vital na preservação da identidade e da continuidade territorial.

O racismo atua, muitas vezes, pelo apagamento das memórias dessas comunidades, num processo descrito como *memoricídio,* da qual segundo De Oliveira (2022, p. 10)

> é possível demonstrar o quanto o racismo é perverso, pois trabalha com a lógica do memoricídio através da produção da invisibilidade da memória dessas pessoas. Omitir, ocultar e invisibilizar essas memórias é uma forma de exterminar as pessoas, personagens de referências dessas comunidades".

Essa invisibilização não busca apenas a destruição física dos corpos, mas também a erradicação das referências culturais e identitárias dessas comunidades. Os textos identificados na revisão[12] destacam a importância da preservação da identidade cultural e do patrimônio imaterial das comunidades quilombolas,

[12] Ver **Anexo A**.

apontando como esses elementos são fundamentais para a resistência contínua e a manutenção das tradições culturais desses grupos. Os autores analisados, Duque et al. (2019) e Ferreira et al. (2020), enfatizam que a luta quilombola vai além de uma questão histórica, mantendo-se relevante atualmente, em que a identidade e o patrimônio cultural desempenham um papel central na defesa de direitos e na valorização das heranças culturais. Assim,

> No passado a fuga construiu a liberdade. Contemporaneamente, a força da identidade quilombola e o patrimônio cultural aparecem como elementos necessários na luta das comunidades negras. Estas entendidas como tradicionais e detentoras de um patrimônio imaterial caracterizado por um conjunto de conhecimentos e valores transmitidos do passado ao presente, mas com uma carga de significados e valor simbólico e prático. (Duque; Vieira e Souza, 2019, p. 5)

Para Silva e Souzas (2019), o pertencimento ético e a formação do sujeito quilombola têm relação com a terra, identidade e resistência. Em sua análise, identidade é vista como um fenômeno interativo, construído e reconstruído dentro dos símbolos e representações de cada nação. Ao analisarem a formação da identidade étnica e social dos quilombolas na comunidade de Barra do Brumado, notam que ela é construída não apenas a partir de uma herança cultural, mas também através de processos políticos e sociais contemporâneos - como a luta territorial, direito à saúde e ao acesso ao saneamento básico, educação de qualidade e que respeite a cultura quilombola etc. Isto nos dá a possibilidade de transformar o que entendemos como identidade em algo mais interativo, que possa ser “construído e reconstruído no interior dos símbolos e das representações de cada nação” (Silva e Souzas, 2019, p. 126).

Estas comunidades preservam práticas culturais ancestrais, vivem em terras herdadas e possuem uma organização social marcada pela coletividade e centralidade da terra,

> Portanto, compreende-se que as transformações no modo de viver e a maneira com que essas comunidades lidam com as mudanças também é pensar a questão da identidade social do grupo e a realidade na qual estão inseridos em decorrência do reconhecimento e titulação de suas terras, por parte de instâncias governamentais. (Silva e Souzas, 2019, p. 125)

Para Da Costa (2021, p.12) “a não identificação e o não reconhecimento da identidade cultural do povo quilombola pela sociedade e pelo Estado brasileiro é um agravante que reflete na educação escolar”, pois a educação escolar quilombola é vista como uma ferramenta de fortalecimento da identidade cultural e territorialidade. A conexão entre educação e território aparece como uma forma de resistência

cultural e política como forma de "preservar, valorizar, estudar e divulgar seus saberes" (idem, p.9).

Para além disso, a maneira como as comunidades quilombolas preservam e (re)significam suas tradições, mesmo diante dos desafios contemporâneos, como a modernidade e a ausência de apoio do poder público nos mostra que essas práticas culturais e saberes tradicionais se constituem enquanto um patrimônio imaterial que se vincula profundamente à luta pelo reconhecimento e manutenção do território. Segundo Silva e Souzas (2019), o entendimento de pertencimento étnico e a formação da identidade quilombola estão intrinsecamente ligados à terra, funcionando como um elemento de resistência cultural e política.

> Portanto, pode-se observar que o entendimento sobre pertencimento étnico e identidades tem se tornado uma questão importante nos últimos anos no Brasil, principalmente por meio de grupos que se organizam e reivindicam o reconhecimento de seus territórios. (Silva e Souzas, 2019, p. 128)

As lutas pelo reconhecimento das terras quilombolas, analisadas por Silva e Souzas (2019), refletem não apenas uma reivindicação de espaço físico, mas também a afirmação de uma identidade cultural construída ao longo de gerações. Em contextos como o de Barra do Brumado, na Bahia, a intersecção entre etnicidade e territorialidade revela como a preservação da terra é central para a manutenção das práticas culturais e para a continuidade das tradições quilombolas. A identidade, nesse sentido, emerge não só de uma herança histórica, mas também de processos políticos contemporâneos que transformam os símbolos e as representações culturais em instrumentos de luta pela dignidade e pelos direitos coletivos.

Para Ferreira et al. (2020), a luta e resistência no Quilombo Saco das Almas, revelou como a memória e a identidade são vitais para a defesa dos direitos quilombolas. A luta e a resistência dessa comunidade na busca por reconhecimento e direitos sobre suas terras fornecem um contexto rico que ilustra não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também a resiliência e a determinação dessa comunidade em manter sua identidade e memória vivas. É notável como o texto conecta a luta dos quilombolas com a necessidade de ferramentas jurídicas adequadas para combater a exclusão social e as desigualdades econômicas, uma vez que “o que chamamos de patrimônio cultural também é uma ferramenta poderosa que os quilombolas possuem na sua luta pela posse da terra” (Ferreira et. al, 2020, p.697).

Em seu trabalho, Ferreira et. al. (2020) estruturam as lembranças e registros históricos dos moradores do quilombo, que são passados de geração em geração, como um espaço de preservação de sua história e identidade. A inclusão de narrativas e testemunhos dos próprios moradores do quilombo dá uma dimensão humana e pessoal à pesquisa, e dialoga diretamente com as questões levantadas sobre novas formas de resistir ao agronegócio e às pressões capitalistas, sublinhando a tensão entre o desenvolvimento econômico e a preservação das culturas tradicionais, uma vez que são um grupo distinto, com uma história, cultura e tradições próprias.

> A ausência de cuidado com o patrimônio faz com que a cultura, a memória e a identidade enfraqueçam cada vez mais. A memória, que é um campo tão importante para a revisitação de uma identidade histórica, se torna ameaçada pelo esquecimento por não existirem revisitações e rememorações constantes. (Ferreira et al, 2020, p. 695)

Segundo Pires (2022, p.4);

> O vínculo com a terra está diretamente relacionado com as tradições que se mantém vivas pela memória, ancestralidade, oralidade, modos de fazer e saber, mas que também se movimentam junto com a sociedade brasileira na produção de resistências e resiliência desses espaços. É na coletividade e pertencimento que enfrentam uma histórica luta contra a opressão, o racismo e a violência no campo e na cidade. Nos tempos da escravidão essa luta se dava em relação ao regime escravista e colonizador. Na atualidade, essas opressões permanecem e são incrementadas por crimes de ódio e ao esbulho sobre as terras quilombolas, praticado por grupos com grande poder político e econômico, fortalecidos pelo racismo estrutural e institucional e pela invisibilização de sua cultura e de seus direitos.

Portanto, a memória é fundamental para a identidade social e coletiva, representando a luta pelo domínio da recordação e da tradição. Ela se manifesta na forma como a comunidade preserva suas histórias e tradições, muitas vezes em contraponto à narrativa dominante imposta pelas classes hegemônicas. Para Dias (2007, p. 52) “de modo geral, pela memória das famílias foi possível percorrer diversas experiências sociais, em que aqueles moradores assumiram as identidades”, pois é nela que a preservação e reconstrução das identidades afrodescendentes ocorrem. O que passa de mãe para filha, de filho para filho ou dos avós aos netos, contadas pelas tantas histórias e experiências familiares, que constroem e reafirmam suas identidades. Essa construção identitária se baseia na resistência histórica contra a escravidão e na luta contínua pela preservação cultural e territorial.

Melo (2019) discute a formação e resistência da comunidade quilombola dos Candendês, enfatizando que a identidade quilombola não se limita a um passado distante, mas continua a se manifestar como um elemento central na luta por justiça social e territorial. Ao tratar dos quilombos, ele destaca que se refere a um "território quilombola, forjado na luta pelo espaço vivido e pelo domínio do tempo da memória coletiva, para fazer justiça com direito" (Melo, 2019, p. 189). Essa perspectiva mostra que a identidade quilombola é continuamente (re)construída por meio da resistência à opressão tanto históricas quanto atuais, reafirmando o vínculo inseparável entre identidade, memória e território na trajetória dessas comunidades.

Ao longo da discussão, vimos que a história das comunidades quilombolas é marcada pela firme resistência ao regime escravocrata e pela luta pela liberdade. Embora muitas vezes consideradas como originadas de refúgios, é essencial reconhecer que os quilombos não surgiram apenas como resposta à escravidão no Brasil. Isso implica que os quilombos representam uma continuidade de tradições africanas, e não apenas um fenômeno reativo ao contexto colonial e escravocrata (Nascimento, 2021; Nascimento, 1980).

Para Grossi et al. (2019), o racismo institucional enfrentado pelas mulheres quilombolas e suas formas de resistência, inclusive a luta pela igualdade de gênero, está profundamente conectado à resistência contra o racismo. Eles mostram que, o racismo não apenas atravessa as instituições sociais e as estruturas do Estado, mas também afeta diretamente o acesso ao território e a consolidação da identidade quilombola: “ele perpassa as diferentes instituições sociais, a começar pelas próprias estruturas do Estado, e diz respeito às ações e políticas institucionais que produzem vulnerabilidade e criam barreiras e obstáculos” (idem, p. 6).

As formas sistemáticas e institucionalizadas de discriminação perpetuam a desigualdade racial, dificultando o acesso a direitos fundamentais, incluindo a titulação de terras e a preservação do território quilombola. O racismo, elemento estruturante dessas violências, manifesta-se tanto de forma institucional - que se reflete na história de negação do acesso à terra ao povo negro e seus descendentes - quanto epistêmica, que desvaloriza os saberes e práticas culturais quilombolas, comprometendo a identidade coletiva dessas comunidades (Grossi et al., 2019, p. 10).

A relação com o território é reforçada através de estratégias de resistência que incluem a agricultura familiar e outras formas de economia sustentável, as quais

não só garantem a subsistência, mas também afirmam a identidade quilombola ao valorizar o uso tradicional e a gestão coletiva da terra. Assim, a defesa do território se torna um componente essencial na luta pela manutenção da identidade e pelos direitos dessas comunidades.

Os autores Ferreira et. al (2020), apontam que a subsistência e agricultura familiar na Comunidade Quilombola África são de suma importância para a autonomia econômica, uma que vez que essas práticas agrícolas e extrativas, assim como as mudanças nos hábitos alimentares, ilustram a complexidade da relação dessas comunidades com a terra e com a sociedade.

A luta pela terra continua sendo um dos principais eixos de resistência das comunidades quilombolas (Ferreira et. al, 2020). As dificuldades enfrentadas, como a marginalização social e a falta de recursos, são cruciais para entender os desafios contemporâneos dos quilombos:

> Neste cenário, pode-se afirmar que as atividades tradicionais, como os roçados, estão gradativamente sendo substituídas pela compra de alimentos, o que significa, além de mudança nos hábitos alimentares dos moradores, a perda significativa dos etnoconhecimentos e da cultura desse povo". (Ferreira et. al, 2020, p. 90).

Assim como a urbanização e industrialização, a pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios para as comunidades quilombolas, exacerbando desigualdades existentes e criando vulnerabilidade. Silva e Souza (2021) afirmam que a luta contra o racismo durante a pandemia de COVID-19 complicou ainda mais a situação das comunidades quilombolas, evidenciando a omissão do Estado em garantir direitos fundamentais. Eles destacam a urgência de ações governamentais para mitigar os impactos da pandemia nessas comunidades e abordam como essa crise sanitária afetou de maneira desproporcional as comunidades quilombolas no Brasil:

> A emergência na saúde pública tem apresentado resultados bastante preocupantes em todo o mundo. No Brasil, a situação é grave, pois o país está em segundo lugar no número de mortos, em escala global, assim como no quantitativo de casos. São mais de 146 mil pessoas que faleceram em decorrência da Covid-19, e um quantitativo de indivíduos superior a 4,9 milhões foi infectado. A forma como ocorre a incidência da pandemia sobre as pessoas no Brasil, contudo, também reflete a desigualdade estrutural existente. Segundo o Ministério da Saúde, em dados publicados em seus boletins epidemiológicos, têm havido o crescimento percentual de pretos e pardos entre internados e entre mortos pela Covid-19. Há registros preocupantes do crescimento da doença em quilombos, somando mais de 165 mortes e mais de 4.590 infectados. Esse crescimento se reflete, também,

> em terras indígenas, evidenciando o racismo estrutural que opera em desfavor de negros e indígenas. (Silva; Souza, 2021, p. 87)

Em um país onde as principais causas de morte incluem doenças cardiovasculares, infecções respiratórias, doenças pulmonares crônicas, diabetes mellitus e doenças hepáticas, além de violência no trânsito, interpessoal e institucional - afetando principalmente jovens negros das periferias e mulheres negras vítimas de assassinato (IPEA, 2019) - agora acrescentamos à essa carga histórica o adoecimento e a morte decorrentes da COVID-19. É notável que a primeira morte registrada no país tenha sido de uma trabalhadora doméstica, mulher, negra, de 63 anos - empregada doméstica desde os 13 anos - que contraiu o vírus enquanto trabalhava em um bairro de elite no Rio de Janeiro.

Durante a pandemia de COVID-19, o racismo estrutural expôs e ampliou as vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades quilombolas, revelando um sistema de desigualdades profundamente enraizado nas estruturas sociais e institucionais. A situação se tornou ainda mais crítica para grupos raciais e minorias, como homens e mulheres negros, indígenas e quilombolas. A pandemia exacerbou as barreiras no acesso a políticas públicas fundamentais, como saúde e educação, além das iniciativas voltadas para a regularização fundiária de seus territórios tradicionais. As barreiras enfrentadas pelas comunidades quilombolas, historicamente presentes e reforçadas por gerações, revelam um profundo quadro de vulnerabilidade, que tende a se agravar em contextos de crise, como o vivido atualmente. Entre os fatores centrais desta situação, destaca-se a frágil efetivação dos direitos territoriais dessas comunidades, conforme observam Silva e Souza (2021, p. 85).

Assim, vê-se que, embora as comunidades quilombolas tenham seus direitos garantidos pela Constituição Federal - incluindo o direito à terra e à cultura -, frequentemente vivenciam a omissão do Estado em protegê-los. Mesmo com a produção de estudos que apontam essas desigualdades, “as maiores vítimas” continuam sendo “os segmentos mais vulneráveis de nossa sociedade” (Silva; Souza, 2021, p. 88). Assim, o impacto da pandemia não apenas reforçou as desigualdades existentes, mas também expôs a necessidade urgente de políticas efetivas e inclusivas que atendam às especificidades e demandas das comunidades quilombolas.

Para Medeiros e Garvey (2021) a pandemia intensificou conflitos e resistências em torno da exploração de recursos naturais. Em seu trabalho, eles

analisaram o impacto da expansão do dendê nas comunidades quilombolas do Alto Acará, mostrando a resistência dessas comunidades frente às mudanças econômicas e ambientais.

> As falas dos moradores revelam a profunda relação afetiva dos quilombolas em suas relações familiares com a terra e com toda a biodiversidade existente em seu território. Isso é ilustrado por uma relação de acentuado respeito e cuidado com suas florestas, rios, animais e plantações" (Medeiros e Garvey, 2021, p.37).

A resistência das comunidades contra a expansão do agronegócio, especificamente da monocultura do dendê como estudadas por Medeiros e Garvey (2021), revela uma realidade de conflitos sociais e ambientais complexos por justiça e sustentabilidade, em que a terra não é apenas um recurso econômico, mas um elemento vital da identidade e cultura quilombola. Quando o agronegócio avança sobre territórios quilombolas, essa omissão estatal é novamente visível, ao não garantir a proteção adequada e a segurança jurídica dessas áreas.

Segundo Sobreira e Silva (2019), a persistência das desigualdades vivenciadas pelas comunidades quilombolas está fortemente vinculada ao racismo estrutural e à negligência do Estado, especialmente em contextos críticos, como o da pandemia de COVID-19. Essa realidade se articula com a resistência ao avanço do agronegócio, já que ambas envolvem disputas por reconhecimento e pela efetivação dos direitos territoriais. As comunidades quilombolas continuam enfrentando "barreiras no acesso a políticas públicas fundamentais, como as de saúde, educação e as voltadas à regularização fundiária de seus territórios tradicionais" (Sobreira; Silva, 2019, p. 69), o que se torna ainda mais relevante diante do impacto crescente do modelo agroexportador sobre seus modos de vida.

A falta de regularização das terras quilombolas facilita a expansão de grandes empreendimentos agrícolas que frequentemente desconsideram os direitos territoriais dessas comunidades, afetando diretamente a qualidade de vida dos quilombolas, uma vez que "a agricultura familiar é elemento preponderante na definição da identidade do território, seguido do meio ambiente" (Da Silva Ribeiro; Da Silva Souza; Azerêdo, 2022, p.928). Quando as terras quilombolas não são devidamente regularizadas, as comunidades ficam mais vulneráveis à apropriação de suas terras por grandes empreendimentos agrícolas, o que afeta diretamente a segurança alimentar e a qualidade de vida. Os quilombolas, muitas vezes, perdem acesso a áreas de cultivo tradicional, o que compromete a produção de alimentos

para consumo próprio e para a geração de renda.

De acordo com Da Silva Ribeiro; Da Silva Souza; Azerêdo (2022), o Programa Nacional de Alimentação Escolar ou PNAE, se configura como uma política pública destinada a apoiar a agricultura familiar, incluindo as comunidades quilombolas, ao reservar uma porcentagem das compras de alimentos para produtos provenientes dessas comunidades. No entanto, a expansão do agronegócio e a ausência de regularização fundiária apresentam obstáculos consideráveis. Embora o PNAE ofereça oportunidades, a plena participação das comunidades quilombolas é prejudicada quando suas terras são invadidas ou apropriadas por grandes empreendimentos agrícolas, comprometendo a preservação das práticas agrícolas tradicionais e a sustentabilidade ambiental e social. Nesse contexto, "a escassez dos alimentos típicos do território desencadeou um aumento da dependência do comércio externo à comunidade e, consequentemente, do consumo de produtos industrializados" (idem, p. 926).

A literatura abordada neste capítulo revelou como os conceitos de identidade, território e consequentemente memória são dialogados dentro das produções encontradas. A identidade quilombola é um conceito dinâmico, continuamente moldado pelas lutas por reconhecimento e direitos. Segundo Melo (2019) e Nascimento (1980), essa identidade não é estática, mas resulta de um processo de (re)construção que ocorre em resposta a opressões históricas e contemporâneas. As comunidades quilombolas afirmam sua identidade cultural por meio de práticas e expressões que refletem sua herança africana, resiliência e resistência. Essa construção identitária é um aspecto central na luta por justiça social e territorial, enfatizando a necessidade de reconhecimento das especificidades culturais e sociais dessas comunidades.

O território, por sua vez, é um elemento crucial na definição da identidade quilombola. Ele é compreendido não apenas como um espaço físico, mas como um lugar carregado de significados, memórias e práticas culturais. A luta pela titulação das terras é, assim, uma extensão da luta pela afirmação da identidade. Como evidenciado pela literatura, o território serve como um repositório da memória coletiva, que articula as vivências e as tradições dos quilombolas. A relação com a terra é vital, pois assegura a continuidade das práticas culturais e a autonomia das comunidades. A interconexão entre identidade e território é fundamental para entender as dinâmicas das comunidades quilombolas. Estudos de Grossi, Oliveira e

Almeida (2019) mostraram que as barreiras no acesso à terra e os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas são elementos que afetam tanto a formação da identidade quanto o reconhecimento dos direitos territoriais.

Como observado, a memória coletiva desempenha um papel central na construção dessas identidades. É dela que parte a força construtiva das práticas culturais e as narrativas compartilhadas, funcionando como um pilar na luta contra a discriminação e a marginalização. A memória, de acordo com Melo (2019), é um aspecto fundamental na luta por reconhecimento e justiça social, pois permite que as comunidades preservem e transmitam seus saberes, práticas e valores culturais às novas gerações. Essa continuidade cultural é crucial, uma vez que a memória coletiva ajuda a reforçar o sentido de pertencimento e a resistência às opressões enfrentadas ao longo da história. A memória é, portanto, um instrumento que articula as vivências passadas com as lutas atuais por direitos e reconhecimento. Vimos que a relação entre memória, identidade e território é uma dinâmica complexa, onde a memória não apenas sustenta a identidade, mas também reafirma a conexão com o território.

Em suma, a discussão realizada revela que a interconexão entre identidade, território e memória é essencial para compreender as lutas das comunidades quilombolas. A identidade é continuamente (re)construída por meio da luta pelo território e das memórias coletivas que a sustentam. A proteção dos territórios quilombolas é crucial para garantir a continuidade das práticas culturais e a autonomia das comunidades, destacando a urgência de políticas públicas que reconheçam e respeitem essas interrelações em suas especificidades.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta pesquisa, a abordagem metodológica está intimamente ligada à trajetória da pesquisadora como mulher filha de quilombola e cientista social, o que confere à investigação um caráter situado, reflexivo e engajado. O campo empírico não se constitui a partir da presença física em comunidades, mas da análise crítica de teses e dissertações produzidas na Universidade Federal de Viçosa (UFV), compreendidas como espaços de disputa simbólica, epistemológica e política.

Ao analisar essas produções acadêmicas, o estudo busca compreender como os conceitos de quilombo, identidade e território são mobilizados e (re)significados no interior da universidade. Inspirada na noção de *outsider within* (Collins, 2016), assumo uma posição de pesquisadora que, embora inserida institucionalmente na UFV, carrega um olhar atravessado por vivências e epistemologias que historicamente foram marginalizadas. Isso não apenas orienta as perguntas que faço, mas também estrutura os caminhos metodológicos escolhidos.

O percurso investigativo adotou uma abordagem qualitativa, orientada inicialmente por categorias analíticas previamente construídas a partir da literatura, como q*uilombo, identidade* e *território*. Contudo, o processo de análise evidenciou que tais categorias não se apresentavam de forma estável ou homogênea nos trabalhos analisados, exigindo revisões constantes e deslocamentos teóricos ao longo da pesquisa. Assim, a metodologia não se configurou como um roteiro linear previamente definido, mas como um processo em constante reelaboração, no qual método e análise se construíram de forma articulada.

Nesse sentido, a pesquisa exigiu a construção de uma tecnologia metodológica própria, na qual a revisão bibliográfica e a sistematização dos autores não foram etapas iniciais e estanques, mas processos analíticos permanentes. A elaboração de uma planilha a partir dos trabalhos analisados constituiu uma ferramenta central desse percurso, permitindo identificar recorrências autorais, sobreposições conceituais, escolhas metodológicas e diferentes formas de mobilização das categorias analíticas. Esse movimento evidenciou que identidade, território e quilombo não aparecem como categorias fixas, mas como campos de disputa teórica, política e epistemológica no interior da produção acadêmica.

A Análise Temática, conforme proposta por Braun e Clarke (2006), foi

adotada por sua capacidade de revelar padrões de sentido e estruturas narrativas que expressam concepções, ausências e disputas nos textos acadêmicos. O processo de análise não foi linear, mas implicou revisões constantes, deslocamentos teóricos e escuta atenta aos dados. A escrita metodológica reflete esse percurso: busca conciliar rigor analítico com sensibilidade política, respeitando a complexidade dos temas abordados e a responsabilidade ética de tratar das experiências quilombolas no campo acadêmico. Nos tópicos a seguir, são detalhados os procedimentos adotados, a delimitação do corpus, os critérios de seleção e as etapas da análise.

3.1 Percurso metodológico

A etapa de coleta de dados foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica sistemática, orientada por um protocolo próprio de busca e seleção (Gil, 2002; Lakatos e Marconi, 2012), com o objetivo de mapear as dissertações e teses produzidas na Universidade Federal de Viçosa (UFV) utilizando operadores booleanos que determinamos ser “quilombo” e “quilombolas”. Mais do que uma etapa técnica, a revisão bibliográfica constituiu um movimento analítico central desta pesquisa, uma vez que permitiu observar como o tema quilombola vem sendo (ou não) incorporado na produção acadêmica da UFV.

A revisão bibliográfica, segundo Cervo e Bervian (2002, p. 55), busca “explicar um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”. Utilizada como etapa autônoma ou articulada a outros métodos, essa modalidade de pesquisa tem como foco o levantamento de contribuições acumuladas sobre determinado objeto, possibilitando ao pesquisador identificar lacunas, contradições e potencialidades ainda pouco exploradas.

Conforme destacam Prodanov e Freitas (2013), a revisão bibliográfica não se limita à coleta de dados, mas implica em um exercício analítico que exige do pesquisador a verificação da veracidade e da coerência interna das obras, sobretudo quando se trata de temas sensíveis, como o pertencimento quilombola.

A **Tabela 1** a seguir, apresenta o protocolo metodológico elaborado, com etapas detalhadas do processo de revisão:

Tabela 1 - Protocolo de Revisão Bibliográfica

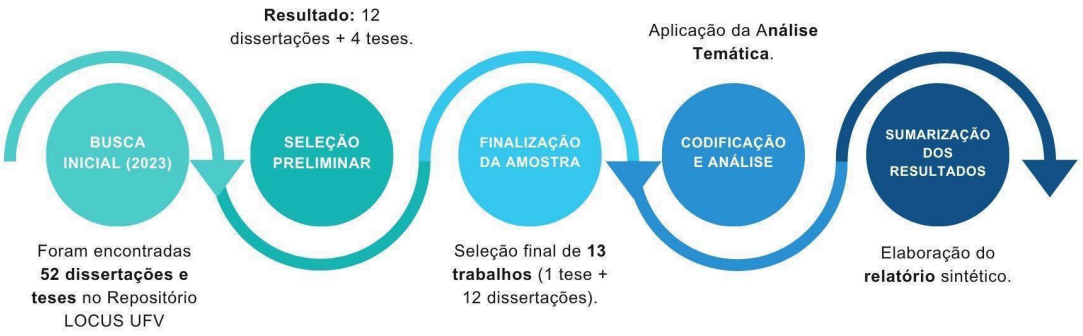
ETAPA	EXECUÇÃO
1.Objetivo	Identificar estudos sobre quilombos, quilombolas, identidade e território na pós-graduação da UFV.
2.Questão de pesquisa	Como dissertações e teses da UFV abordam os conceitos de quilombo, identidade e território?
3.Critérios de seleção	Trabalhos disponíveis no Locus Repositório Institucional da UFV.
4.Fonte e método de busca	Busca com os termos-chave/ operadores booleanos “quilombo AND quilombolas” na plataforma LOCUS (https://www.locus.ufv.br/).
5.Tipo de material	Dissertações de mestrado e teses de doutorado, em língua portuguesa.
6.Critérios de inclusão	a) Trabalhos defendidos na UFV; b) Aprovados por banca de mestrado ou doutorado; c) Foco nos temas quilombo/quilombolas; d) Acesso irrestrito via LOCUS.
7.Critérios de exclusão	a) Trabalhos de graduação, especialização ou artigos; b) Trabalhos que não tratam diretamente dos temas; c) Produzidos em outras instituições ou bases; d) Com acesso restrito; e) Escritos em língua estrangeira.
8.Processo de seleção	1) Busca inicial; 2) Leitura de resumos e seleção preliminar; 3) Leitura integral e avaliação rigorosa.
9.Sumarização dos resultados	Elaboração de relatório analítico com base na revisão e na análise temática dos dados coletados.

Fonte**:** Elaboração própria, com base em Gil (2002) e Lakatos e Marconi (2012).

O repositório institucional da UFV, denominado de LOCUS, foi utilizado como fonte primária, por reunir de forma sistematizada as produções acadêmicas da universidade em acesso aberto, sendo considerado um importante instrumento de

democratização do conhecimento. Para saber mais sobre o processo, observe a **Figura 1**:

Figura 1 - Processo de levantamento e organização dos dados



Fonte: criação própria, 2025.

A coleta foi realizada entre novembro e dezembro de 2023, contemplando todas as dissertações e teses defendidas até aquele momento e disponíveis publicamente. Inicialmente, foram identificados 52 trabalhos, sendo eles 44 dissertações e 8 teses. Após leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e instituição de origem, a amostra foi reduzida a 16 trabalhos, dos quais 13 (12 dissertações e 1 tese) compuseram o corpus final após leitura integral e avaliação dos critérios de elegibilidade.

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a Análise Temática (AT), conforme proposta por Braun e Clarke (2006), e posteriormente adaptada por Drummond, Costa e Gonçalves (2022) para contextos das Ciências Sociais. Essa técnica permitiu identificar, examinar e interpretar padrões de sentido nos dados textuais de forma rigorosa e sistemática. No presente estudo, a AT foi conduzida a partir de uma abordagem dedutiva, uma vez que as categorias principais: quilombo, identidade e território, foram previamente definidas com base na fundamentação teórica da pesquisa. Essas categorias orientaram a leitura e a codificação dos dados, funcionando como eixos interpretativos centrais.

Para sistematizar o processo analítico, foi construída uma planilha de codificação como instrumento central da organização e tratamento dos dados. Essa planilha foi desenvolvida de forma a contemplar tanto as informações bibliográficas e

contextuais de cada trabalho analisado, quanto os elementos interpretativos extraídos das leituras. As variáveis contempladas na planilha foram: ID do trabalho, título, autor(a), programa de pós-graduação, nível (mestrado ou doutorado), ano de defesa, palavras-chave e a unidade de análise, esta última composta por trechos selecionados dos textos que expressam, de maneira direta ou indireta, conceitos e experiências relacionados às categorias centrais do estudo.

Além dessas variáveis contextuais, a planilha incorporou dimensões analíticas essenciais ao processo interpretativo: os autores ou autoras referenciados(as) nos trechos, a categoria principal à qual cada trecho foi associado, a subcategoria, o código analítico (uma síntese conceitual do conteúdo), notas de codificação (comentários interpretativos e justificativas analíticas), a data de codificação e a frequência de ocorrência da categoria na totalidade dos dados. Essa estrutura permitiu uma leitura transversal e comparativa, articulando a produção dos sentidos à área de conhecimento, ao contexto institucional e ao recorte temático de cada trabalho.

O uso dessa ferramenta possibilitou não apenas a organização sistemática dos dados empíricos, mas também a identificação de padrões discursivos, sub-temas recorrentes e articulações conceituais entre os diferentes campos do saber. Por meio de análises de frequência e cruzamentos por área (PPG), foi possível visualizar como as categorias analíticas se desdobram em subcategorias específicas e como essas, por sua vez, se organizam de maneira diferenciada conforme o enfoque disciplinar dos trabalhos. Esse método possibilitou, portanto, um aprofundamento na complexidade dos discursos produzidos sobre as comunidades quilombolas, revelando tanto convergências quanto singularidades no modo como quilombo, identidade e território são tratados nas pesquisas acadêmicas.

Tabela 2 - Caracterização das Produções Acadêmicas sobre Quilombos, Identidade e Território

Autoria	Título	Programa	Nível	Ano
Dias, Ana Luiza Fernandes de Oliveira	Terra, trabalho, parentela e fé: Uma abordagem sobre o espaço social e a herança afro-descendente na comunidade rural de Nogueira, Ponte Nova-MG	Economia Doméstica	Mestrado	2007
Matos, Laudiceio Viana	Conhecimentos na análise de ambientes: a pedologia e o saber local em comunidade quilombola do norte de Minas Gerais	Solos e Nutrição de Plantas	Mestrado	2008
Carvalho, Ícaro Trindade	O Quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos: entre o processo de reconhecimento e a construção cultural	Extensão Rural	Mestrado	2009
Cupertino, Maria Cristina	Juventude Rural Quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas	Extensão Rural	Mestrado	2012
Matuk, Fernanda Ayaviri	Território, conhecimento local e uso do solo na comunidade quilombola de Malhada Grande Norte de Minas Gerais	Solos e Nutrição de Plantas	Mestrado	2012
Pasini, Isabela Leão Ponce	Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte - ES	Extensão Rural	Mestrado	2014

Marques, Pedro de Aguiar	Os processos do processo: (re)apropriações e (re)significações dos direitos pela comunidade quilombola de Córrego do Meio/MG	Extensão Rural	Mestrado	2016
Ciro, Amanda Cristina Santiago Silva	Memória, Identidade e Cidadania: Entre reflexões e diálogos com a comunidade remanescente de quilombo Buieié - Viçosa/MG	Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	Mestrado	2019
Alves, Isa Rafaela	Resiliência espacial em comunidades quilombolas: desafios relacionados ao uso e ocupação do solo em terras de uso comum	Extensão Rural	Mestrado	2020
Brito, Gleice Tamires Gomes de	O lugar e a identidade quilombola: uma abordagem sobre o processo histórico da Irmandade do Rosário, em Ribeirão das Neves (MG)	Geografia	Mestrado	2021
Siman, Frederico Magalhães	No Córrego dos Jorges: as conflitualidades agroambiental, étnico-racial e territorial na reprodução socioambiental de uma comunidade quilombola	Extensão Rural	Doutorado	2022
Maia, Emília Dias Quintão	Desafios na educação quilombola: os saberes populares aplicados ao ensino de ciências	Educação em Ciências e Matemática	Mestrado	2022

Jerônimo, Edilene de Cássia	Tecendo memórias: ancestralidade, cuidado e educação na Comunidade Quilombola do Buieié	Educação	Mestrado	2023

Fonte: dados coletados para análise.

3.2 Processo de codificação e construção dos códigos

No contexto da Análise Temática (AT), conforme delineado por Braun e Clarke (2006, 2012), o processo de codificação representa o momento em que a pesquisadora atribui significado interpretativo às unidades de dados, geralmente na forma de frases curtas, que sintetizam elementos relevantes em relação à pergunta de pesquisa. O código é uma etiqueta concisa e conceitualmente informada que expressa uma ideia-chave presente no dado empírico. Ele não é uma simples descrição do conteúdo textual, mas sim uma forma de redução interpretativa que visa capturar aspectos do significado latente ou explícito dos dados, onde podemos "identificar unidades de significado nos dados e atribuir-lhes rótulos que as descrevam e as tornem comparáveis." (Braun e Clarke, 2006).

A construção e aplicação dos códigos nesta pesquisa seguem os seguintes critérios:

Tabela 3 - Processo de Codificação

ETAPA	PERGUNTA NORTEADORA	RESULTADO
1. Leitura do trecho	O que está sendo dito aqui?	Unidade de significado
2. Checagem com categorias	Isso se relaciona com qual tema maior?	Categoria Principal
3. Refinamento temático	Há uma subcategoria que aprofunde esse tema?	Subcategoria

Fonte: criação própria.

Cada código é elaborado dentro de um campo semântico delimitado pelas categorias analíticas principais desta pesquisa: Quilombo, Identidade, Território**.** Essa delimitação garante que os códigos não se tornem excessivamente dispersos ou incoerentes com os objetivos do estudo. Os códigos formulados evitam descrições genéricas e procuram expressar relações, dinâmicas e processos sociais. Assim, em vez de utilizar termos genéricos, optei por códigos que expressassem uma síntese teórica, não apenas uma enumeração de elementos do dado.

Portanto, o processo de codificação é de certo modo iterativo pois, os códigos

são reformulados, fundidos ou reestruturados à medida que a análise avança. Além disso, é priorizada a coerência interna, ou seja, garantir que todos os trechos codificados com o mesmo código compartilhem uma lógica interpretativa comum. Essa abordagem permite uma leitura que respeita a densidade dos trabalhos, reconhecendo que os sentidos são contextuais, históricos e atravessados por relações de poder. Ao codificar, o objetivo não é enquadrar os dados em categorias pré-fixadas, mas permitir que a complexidade das experiências sobre quilombos e quilombolas emerja, mesmo em meio à sistematização. A codificação, portanto, é uma operação crítica e interpretativa, e não apenas técnica. Ela exige do pesquisador não neutralidade, mas um posicionamento ético, político e epistêmico diante dos sujeitos e das histórias codificadas.

Do ponto de vista ético, esta pesquisa respeita o caráter público das fontes analisadas. No entanto, reconhece-se que as produções acadêmicas que abordam comunidades quilombolas carregam marcas de memória, identidade e afetividade. Por isso, optou-se por uma leitura cuidadosa e comprometida com a valorização dos saberes e epistemologias quilombolas - compreendidos como insurgentes, territoriais e politicamente situados. Dessa forma, a Análise Temática não apenas se mostrou pertinente aos objetivos da pesquisa, como também possibilitou uma aproximação crítica das formas pelas quais as categorias “quilombo”, “identidade” e “território” são mobilizadas nas teses e dissertações da UFV. O mapeamento dos sentidos atribuídos a essas categorias nos textos acadêmicos também permitiu observar a emergência de novos eixos temáticos e tensões discursivas que merecem aprofundamento.

A seguir, serão apresentados os resultados da análise, com base nas codificações temáticas realizadas. A leitura crítica dos dados possibilitará compreender como essas categorias são construídas, tencionadas ou silenciadas no campo da pós-graduação, contribuindo para refletir sobre o papel da universidade na produção de conhecimento comprometido com os direitos e as lutas dos povos quilombolas, permitindo uma reflexão crítica sobre a produção acadêmica relacionada à temática quilombola na Universidade Federal de Viçosa. Os dados produzidos por meio desse percurso metodológico não foram analisados apenas em sua dimensão quantitativa ou descritiva, mas interpretados à luz de uma perspectiva crítica que considera também os silêncios e apagamentos presentes na produção acadêmica. Essa abordagem orienta as análises desenvolvidas no capítulo seguinte.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a análise permita identificar padrões entre programas de pós-graduação, é fundamental destacar que o ponto de partida desta pesquisa não foram os Programas de Pós-Graduação (PPGs) em si, mas as teses e dissertações selecionadas para compor o corpus analítico. Foram, portanto, os trabalhos analisados que conduziram à identificação dos programas aos quais estavam vinculados, e não o contrário.

Os resultados apresentados neste capítulo derivam da análise de treze trabalhos acadêmicos - doze dissertações e uma tese - defendidos no âmbito da Universidade Federal de Viçosa (UFV) entre os anos de 2007 e 2023. As produções analisadas estão vinculadas aos programas de pós-graduação em Economia Doméstica (ED), Solos e Nutrição de Plantas (SNP), Extensão Rural (ER), Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania (PCPC), Geografia (GEO), Educação em Ciências e Matemática (ECM) e Educação (EDU). Dessa forma, privilegiou-se a análise de produções que contribuíssem de maneira significativa para a construção da leitura interpretativa proposta, independentemente da área específica ou da linha de pesquisa às quais os trabalhos estavam formalmente vinculados.

Para fins de sistematização e rastreabilidade, cada trabalho foi identificado por um código composto pela sigla do curso, ano de defesa e tipo de trabalho (Dissertação= D ou Tese= T)[13]. Essa codificação permitiu organizar os trechos, identificar recorrências temáticas e construir categorias e subcategorias analíticas, em conformidade com a metodologia de Análise Temática proposta por Braun e Clarke (2006). A seguir, serão apresentadas as principais categorias identificadas na análise e suas articulações a partir dos dados codificados.

[13] Os trabalhos analisados, serão interpretados aqui por códigos criados. Sendo eles: ED_2007_D (Economia Doméstica, 2007, Dissertação); SNP_2008_D (Solos e Nutrição de Plantas, 2008, Dissertação); ER_2009_D (Extensão Rural, 2009, Dissertação); ER_2012_D (Extensão Rural, 2012, Dissertação); SNP_2012_D (Solos e Nutrição de Plantas, 2012, Dissertação); ER_2014_D (Extensão Rural, 2014, Dissertação); ER_2016_D (Extensão Rural, 2016, Dissertação); PCPC_2019_D (Patrimônio Cultural, 2019, Dissertação); ER_2020_D (Extensão Rural, 2020, Dissertação); GEO_2021_D (Geografia, 2021, Dissertação); ER_2022_T (Extensão Rural, 2022, Tese); ECM_2022_D (Educação em Ciências e Matemática, 2022, Dissertação); EDU_2023_D (Educação, 2023, Dissertação).

4.1. A sociologia das ausências e os silêncios na produção acadêmica

A cidade de Viçosa, que sedia o Campus da Universidade Federal de Viçosa é um município localizado na Zona da Mata Mineira, região historicamente marcada por intensos processos de ocupação colonial, exploração econômica e reorganização territorial. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município possui uma população residente de 76.430 habitantes, dentre os quais 133 pessoas se autodeclaram indígenas e 537 se autodeclaram quilombolas. Embora numericamente minoritários nos registros oficiais, esses dados evidenciam a presença contínua de povos e comunidades tradicionais no território viçosense, cuja história antecede a própria formação urbana da cidade (Sabino et al., 2025).

Conforme discutem Sabino et al. (2025), antes da consolidação do município, o território atualmente denominado Viçosa era habitado por diversos povos indígenas, com destaque para os Puri, Coroados e Botocudos. A ocupação colonial, intensificada a partir do século XVIII, esteve diretamente associada à exploração mineral e à utilização de mão de obra escravizada africana, processos que resultaram na desterritorialização, na violência e no extermínio de populações indígenas locais.

A localização da Universidade Federal de Viçosa na Zona da Mata Mineira reforça essa leitura crítica. Trata-se de uma região historicamente marcada pela exploração colonial, pela concentração de mão de obra escravizada africana e pela consolidação de modos de produção racializados, como o escravista e o camponês (Carrara, 1999). Conforme destaca Ladeira (2019, p. 13), esses elementos são fundamentais para compreender não apenas a dinâmica de criação da UFV, mas também sua atual composição racial. Assim, a escassez de estudos sobre populações quilombolas na produção acadêmica da instituição não pode ser dissociada do próprio processo histórico de formação do território e das hierarquias raciais que o estruturam.

Além da desterritorialização material, Sabino et al. (2025) evidenciam a existência de estratégias coloniais de apagamento simbólico e cultural. Um exemplo desse processo pode ser observado nos registros de batismo de crianças Puri na Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, datados de 1813, analisados por Bracali

(2024). Conforme a autora, esses registros atribuíam nomes portugueses às crianças indígenas com o objetivo de inseri-las nas normas sociais dos colonizadores, promovendo a falsa ideia de desaparecimento indígena, quando, na realidade, os sujeitos passavam a ser classificados sob categorias como pardos, mestiços ou caboclos (Bracali, 2024, p. 341; Sabino et al., 2025).

Esses processos históricos contribuíram para a consolidação de narrativas coloniais que naturalizam a ausência indígena no presente, desconsiderando as estratégias de resistência e sobrevivência desses povos. Conforme destacam Sabino et al. (2025), tais narrativas permanecem operando no imaginário social brasileiro, sustentando a ideia de que os comunidades tradicionais pertencem ao passado ou devem ser incorporados aos padrões considerados civilizados e higienistas, invisibilizando suas formas contemporâneas de existência e luta.

No contexto atual, a presença de povos quilombolas em Viçosa evidencia a continuidade dessas trajetórias históricas. Destaco a Comunidade Quilombola do Buieié, certificada pela Fundação Cultural Palmares, que se constitui como um espaço de resistência, organização comunitária e afirmação identitária no território viçosense (Sabino et al., 2025). Além disso, há as chamadas "terras de pretos", sendo estas, territórios característicos quilombolas mas que ainda seguem em processo de reconhecimento, como o

> [...] bairro do Romão dos Reis (localidade esta afastada da cidade de Viçosa). Aquele sítio se tornou um território praticado em modos de viver “alternativos” que sustentavam um agenciamento de práticas e saberes muitas vezes não reconhecidos pelas lógicas científicas da universidade. (Simonini, 2013, p.222).

Assim, trata-se, antes, de uma instituição que está inserida em modos de viver alternativos, em mundos que "enunciam produções e (des)articulações de conhecimentos que se dão em espaços de aprendizagem não contemplados nos currículos dos diferentes cursos" (Simonini, 2013, p.222).

A UFV, que recebe anualmente mais de três mil estudantes[14] e que, segundo dados institucionais divulgados pela própria universidade, conta atualmente com mais de 20 mil discentes matriculados nos diferentes níveis de ensino, do ensino médio e técnico à pós-graduação, é uma instituição reconhecida nacionalmente por sua política de assistência estudantil, aderida ao Programa Bolsa Permanência (PBP) em 2013, ano de sua criação pelo Ministério da Educação. Desde então, até o

[14] Dados disponíveis em: https://www.ufv.br/apresentacao . Acesso em: 07 nov. 2025.

período de elaboração desta dissertação, de acordo com os dados de Vianna (2025), a instituição contabiliza a participação de 132 estudantes indígenas e quilombolas no programa, sendo 18 indígenas e 114 quilombolas, todos regularmente matriculados em cursos presenciais.

No entanto, conforme destaca Vianna (2025), o histórico de implementação do Programa Bolsa Permanência na UFV não esteve isento de contradições e retrocessos. Na fase inicial do programa, em 2013, a universidade chegou a atender 298 estudantes, incluindo, além de indígenas e quilombolas, discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em cursos com carga horária elevada. Esse cenário foi profundamente alterado a partir dos sucessivos cortes orçamentários impostos às políticas de assistência estudantil, especialmente durante o governo Bolsonaro, período marcado pelo desmonte de políticas públicas voltadas à permanência de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados (Vianna, 2025).

Essas desigualdades dialogam com o que Carneiro (2023, p. 109) aponta ao afirmar que “os dados sobre as desigualdades presentes entre crianças negras e brancas em suas trajetórias educacionais antecipam o futuro que as aguarda na vida adulta”, indicando que os obstáculos enfrentados no ensino superior são antecedidos por um histórico de precarização da educação pública e de exclusão estrutural.

Para ela,

> “Mesmo quando o negro e indígena alcançam o domínio dos paradigmas da razão ocidental, ele está sujeito ao epistemicídio pela afirmação da incapacidade cognitiva inata dos negros e indígenas, pela ausência de alternativa a esse campo epistemológico hegemônico, pela aculturação promovida pelos paradigmas da razão hegemônica e pela destituição de outras formas de conhecimento” (Carneiro, 2023, p. 113).

Assim, entendemos que ao naturalizar a ausência e os empecilhos de entrada de sujeitos e de suas produções acadêmicas nas instituições, estamos contribuindo para a produção de inexistências no interior da própria universidade. É precisamente esse mecanismo que a sociologia das ausências busca desvelar, ao demonstrar que aquilo que aparece como inexistente é, na verdade, ativamente produzido como tal. Para Santos (2002), esta dinâmica denominada de racionalidade indolente, produz aquilo que não existe como verdade, produzido-o como uma não existência, não havendo nisto sequer alternativas para se encontrar novas formas de existir.

Como alternativa à racionalidade indolente, Santos propõe a razão cosmopolita, entendida como um horizonte epistemológico que se organiza a partir de três procedimentos meta-sociológicos fundamentais: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Esses instrumentos teóricos ampliam as possibilidades de leitura da realidade social, sobretudo em contextos atravessados por desigualdades históricas e identidades subalternizadas, ao tensionarem os limites do conhecimento legitimado e ao reconhecerem experiências que permanecem à margem dos cânones hegemônicos (Silva e Lage, 2019, p. 214).

No interior da racionalidade indolente, o presente é sistematicamente desqualificado. Inserido em uma lógica racional, capitalista e hegemônica, ele passa a ser percebido como incompleto, insuficiente ou provisório, enquanto o futuro assume o lugar de promessa redentora do progresso e do desenvolvimento. Essa dinâmica produz uma recusa do presente como espaço legítimo de experiência e conhecimento, operando a exclusão de práticas, saberes e sujeitos que não se conformam a esse modelo. Tal racionalidade encontra suas bases históricas e políticas no próprio processo de consolidação da modernidade ocidental, conforme aponta Santos (2002):

> “Subjaz, nas suas várias formas, ao conhecimento hegemónico, tanto filosófico como científico, produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos. A consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo constituíram o contexto sócio-político em que a razão indolente se desenvolveu. As excepções parciais, o romantismo e o marxismo, não foram nem suficientemente fortes nem suficientemente diferentes para poderem ser uma alternativa à razão indolente. Por isso, a razão indolente criou o quadro para os grandes debates filosóficos e epistemológicos dos dois últimos séculos e, de facto, presidiu a eles” (Santos, 2002, p. 240).

Assim, a razão indolente não pode ser compreendida apenas como uma formulação abstrata, mas como um modo historicamente situado de organizar o conhecimento, profundamente imbricado ao projeto político, econômico e cultural da modernidade. Essa racionalidade sustenta hierarquizações epistêmicas que produzem ausências, silenciamentos e desigualdades, em estreita articulação com as estruturas coloniais. Nesse sentido, Silva e Lage (2019) destacam que:

> “A razão indolente está intrinsecamente ligada ao pensamento da modernidade ocidental e bem articulado com as motivações pós-modernas numa aliança com as concepções do colonialismo.” (Silva e Lage, 2019, p. 215).

Questionar e desestabilizar esses pressupostos naturalizados constitui, portanto, uma tarefa simultaneamente epistemológica e política. A proposta cosmopolita defendida por Santos (2000) inscreve-se como uma alternativa emergente que compreende o conhecimento não como instrumento de dominação, mas como possibilidade de emancipação. Trata-se de um caminho marcado por tensões, no qual a relação entre sujeito e objeto é atravessada pela necessidade de um autoconhecimento crítico, capaz de reposicionar a humanidade como eixo central da produção científica. Nessa direção, Santos afirma que "o jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia do seu autor" (Santos, 2000, p. 94).

A imagem mobilizada pelo autor permite compreender o conhecimento como prática situada e implicada, na qual o texto deixa de operar como mecanismo de hierarquização para assumir um papel ativo na construção de processos emancipatórios. O palco, longe de ser neutro, é ocupado por múltiplas vozes, e o texto passa a expressar disputas, experiências e projetos de mundo.

Diante desse cenário, a superação de uma racionalidade científica e filosófica apresentada como verdade universal exige a construção de estratégias contra-hegemônicas. Santos (2002) propõe, nesse sentido, a constituição de uma cultura de razão cosmopolita como uma das vias possíveis para tensionar a ciência hegemônica, por meio de transformações culturais, educacionais e políticas:

> "Proponho uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajectória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Por outras palavras, só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos hoje em dia. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências (...) em vez de uma teoria geral, proponho o trabalho de tradução, um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade" (Santos, 2002, p. 239).

É a partir desse horizonte teórico que esta dissertação se inscreve. Ao acionar a sociologia das ausências, busca-se ampliar o campo do presente, evidenciando sujeitos, experiências e saberes historicamente produzidos como inexistentes, ao mesmo tempo em que se reconhecem as emergências que se manifestam nos territórios, nas narrativas e nas produções acadêmicas analisadas. Mais do que produzir dados, este trabalho propõe disputar os regimes de visibilidade e legitimidade que estruturam o conhecimento sobre as populações quilombolas.

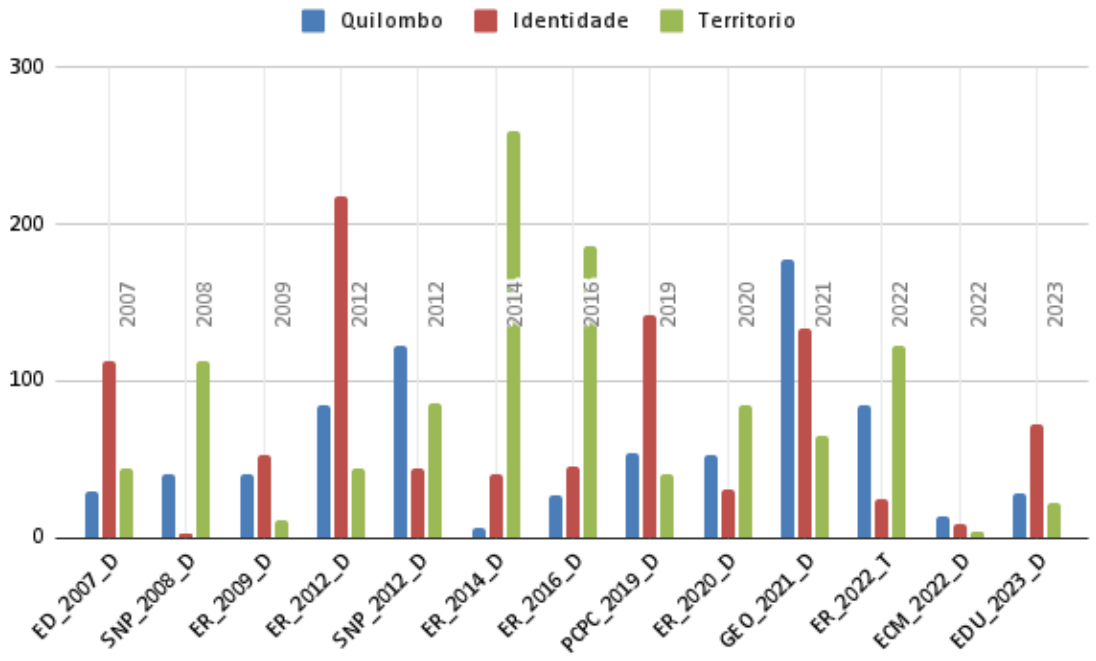
4.2 Frequência das categorias e a emergência em se pensar as subcategorias de análise

A análise dos resultados foi orientada pela Análise Temática, conforme delineado no percurso metodológico, e estruturada a partir das três categorias centrais que ancoram esta pesquisa: quilombo, identidade e território, a partir dos padrões de sentido identificados nos 13 trabalhos selecionados. Essas categorias, contudo, não foram tratadas como categorias dadas, neutras ou homogêneas. Ao contrário, a análise evidenciou que elas aparecem nos trabalhos com pesos distintos, sentidos variados e usos teóricos e políticos diferenciados, o que, por si só, já constitui um resultado analítico relevante.

A opção por iniciar a apresentação dos resultados pelas categorias não é meramente descritiva, mas estratégica. Busca-se explicitar como esses conceitos são mobilizados nas produções acadêmicas analisadas, quais sentidos lhes são atribuídos, de que maneira se articulam a projetos políticos e epistemológicos específicos e quais silenciamentos e tensões emergem desses usos. Ao abordar os sentidos atribuídos a cada categoria, procura-se iluminar tanto os consensos quanto os conflitos que atravessam a produção do conhecimento sobre quilombos na Universidade Federal de Viçosa.

Como etapa exploratória inicial, foi realizada uma busca pela frequência dos termos “quilombo”, “identidade” e “território” nos textos, utilizando o comando CTRL+F. Essa busca preliminar serviu para mapear a presença dessas categorias ao longo dos trabalhos e identificar, de forma quantitativa, sua distribuição nos diferentes programas de pós-graduação. Para compreendermos, abaixo no gráfico 1, podemos observar;

Gráfico 1 - Frequência das categorias por trabalho/ano



Fonte: criação própria pelo excel a partir dos dados levantados.

É fundamental destacar que a frequência não foi tomada como sinônimo de centralidade política ou analítica. O fato de uma categoria aparecer mais vezes em determinado trabalho ou área não implica, necessariamente, maior densidade teórica ou maior relevância política. A análise quantitativa foi utilizada, portanto, como um dispositivo de leitura, e não como um critério hierarquizante. Ela permitiu visualizar padrões, recorrências e deslocamentos, mas as análises mais densas foram construídas a partir da leitura qualitativa dos trechos nos quais essas categorias emergiram, sempre considerando seus contextos discursivos e os sentidos que lhes são atribuídos.

A frequência é apenas um início exploratório, e não pode, sozinha, sustentar as análises mais densas que desenvolvi ao longo da dissertação. A partir da codificação temática dos excertos selecionados, que foram fundamentadas na metodologia proposta por Braun e Clarke (2006), foi possível identificar padrões de sentido e construir as subcategorias analíticas que estruturam este capítulo. É importante ressaltar que essas subcategorias não estavam previstas no projeto inicial de pesquisa. Elas emergiram ao longo do processo analítico, a partir da leitura reiterada dos textos, da confrontação entre dados e teoria e da percepção de que a análise temática, tal como inicialmente concebida, não dava conta, sozinha, da

complexidade dos sentidos mobilizados nas pesquisas analisadas. Trata-se, portanto, de um percurso metodológico não linear, marcado por deslocamentos, ajustes e reelaborações analíticas.

Nesse sentido, dialoga-se com Bourdieu (1989, 1998), para quem as categorias não são instrumentos neutros de análise; elas contribuem para a formação do próprio mundo social e dos grupos que o compõem, integrando, assim, os conflitos políticos e epistemológicos. As frequências elevadas de termos como “identidade” e “território” em diferentes programas de pós-graduação (PPGs) e ao longo dos anos indicam não apenas uma escolha metodológica ou temática, mas também a inscrição dessas pesquisas em um campo mais amplo de lutas por reconhecimento e direitos.

No caso da categoria “quilombo”, que, como observa Arruti (2003), passou de um termo carregado de estigma para uma metáfora da resistência, o que também foi explorado anteriormente na discussão teórica, sua presença expressiva em diversas dissertações reflete um processo de reapropriação e ressignificação política e cultural, promovido tanto pelos movimentos sociais, especialmente o movimento negro, quanto pelo campo acadêmico. Por outro lado, a categoria “território” também apresenta variações de frequência entre os trabalhos analisados, o que dialoga com sua concepção como um locus étnico, não um espaço meramente físico, mas um território de memória, pertencimento e afirmação de direitos coletivos. É justamente a partir dessa centralidade do território na luta quilombola que se explica sua recorrência em PPGs mais ligados às Ciências Agrárias, à Geografia e ao Direito.

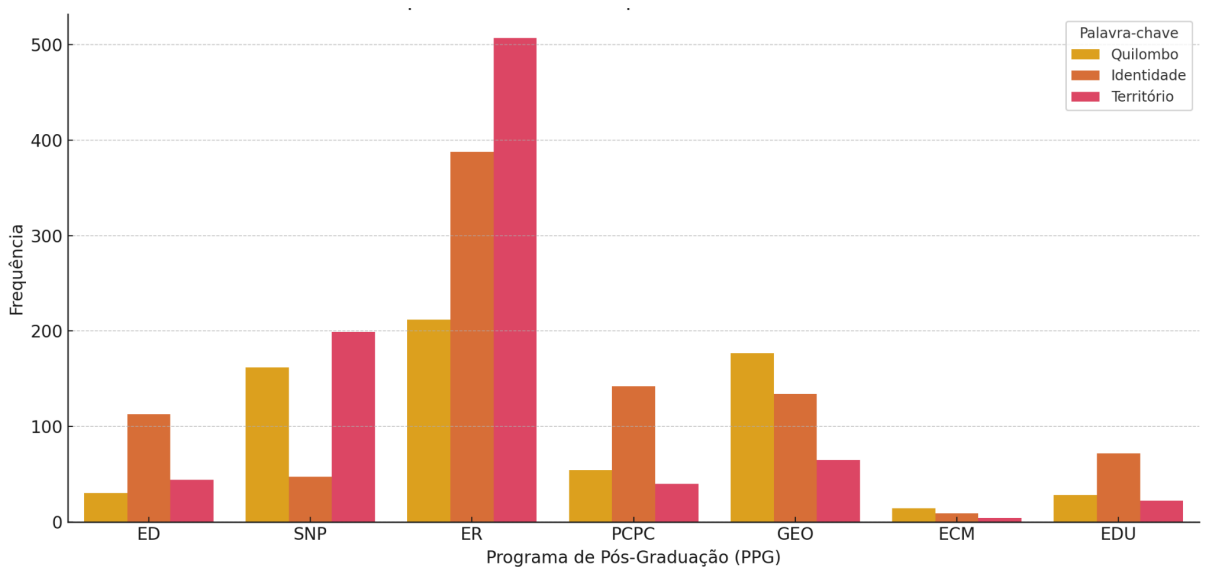
A categoria “identidade” está presente em todos os trabalhos analisados, revela-se como eixo transversal na abordagem dos quilombos, articulando-se diretamente às noções de pertencimento, memória coletiva, ancestralidade e territorialidade. Em vez de ser tratada como uma essência fixa, a identidade quilombola é compreendida nas dissertações como um processo dinâmico de afirmação étnico-racial, construído na relação com o outro, com o Estado e com os territórios ocupados. Essa concepção dialoga com os aportes da antropologia interpretativa, que entende a cultura (e, por extensão, a identidade) como uma trama de significados em constante produção, onde o pesquisadores, especialmente o antropólogo, que atua como mediador e co-criador desses sentidos (Geertz, 1989; Peirano, 1992). Nos trabalhos analisados, essa perspectiva se manifesta tanto na escuta das narrativas locais quanto na valorização das experiências históricas das

comunidades, evidenciando que a identidade quilombola é construída e reivindicada em contextos específicos de luta por reconhecimento e direitos.

Outra análise que buscou verificar se a distribuição das palavras-chave "Quilombo", "Identidade" e "Território" é homogênea entre diferentes Programas de Pós-Graduação (PPGs), deu-se através da investigação da presença desses termos a partir de frequências proporcionais nos resumos de dissertações e teses de cada programa, ou se há ênfases temáticas distintas entre eles. Para isso, foi aplicado o Teste Qui-Quadrado de Homogeneidade, que avalia se há diferenças significativas na distribuição de uma variável categórica (neste caso, as palavras-chave) entre diferentes grupos independentes (os PPGs), mostrando-nos: a Hipótese nula (H_0) e a Hipótese alternativa (H_1).

O gráfico 2 abaixo ilustra a frequência observada das palavras-chave "Quilombo", "Identidade" e "Território" entre os diferentes PPGs. É possível perceber variações claras, com alguns programas concentrando-se fortemente em determinados temas.

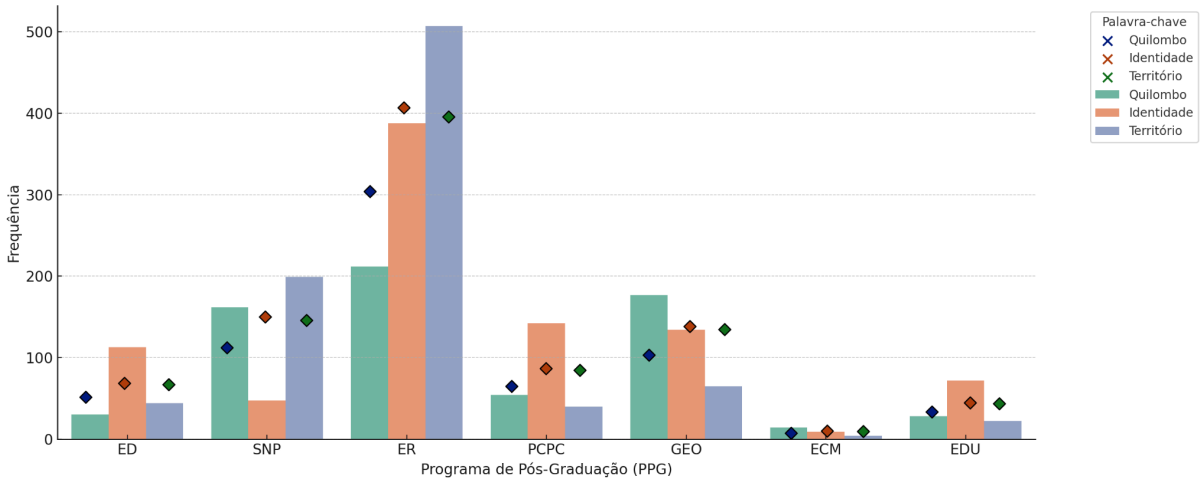
Gráfico 2 - Frequência Observada por PPG e Palavra-Chave



Fonte: realizada no excel a partir dos dados coletados.

Abaixo, gráfico 3 a seguir compara as frequências observadas (barras) com as esperadas (losangos) para cada combinação PPG-palavra. As discrepâncias evidenciam os principais desvios que contribuíram para o valor elevado da estatística χ^2.

Gráfico 3 - Frequências observadas vs esperadas



Fonte: realizada no excel a partir dos dados coletados.

Dado que o valor-p é extremamente inferior ao nível de significância convencional (α = 0,05), a hipótese nula é rejeitada. Isso significa que, as diferenças observadas entre frequências reais e esperadas não são aleatórias: há evidências estatísticas robustas de que os PPGs tratam as categorias de forma distinta, com ênfases específicas em cada uma. Para identificar os PPGs com maior divergência entre o uso real e o esperado das palavras-chave, calculamos a contribuição individual de cada célula à estatística total de χ^2:

$$\chi^2_{ij} = \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}}$$

As maiores contribuições, que mais impactaram a rejeição da hipótese nula, foram:

Tabela 4 - Distribuição Observada, Esperada e Contribuição ao Qui-Quadrado das Palavras-chave por PPG

PPG	Palavra Chave	Observado	Esperado	Contribuição χ
GEO	Quilombo	177	95,88	52,48
SNP	Identidade	47	149,72	70,65
ER	Território	507	360,72	31,13
PCPC	Identidade	142	86,51	35,25

Fonte: a autora.

A análise estatística da distribuição das palavras-chave “quilombo”, “identidade” e “território” entre os diferentes Programas de Pós-Graduação (PPGs) revelou diferenças significativas entre as áreas, conforme demonstrado pelo teste qui-quadrado de Homogeneidade visto acima. Os dados indicam que os programas analisados mobilizam essas categorias com ênfases distintas, o que reforça a ideia de que os campos disciplinares influenciam diretamente nas escolhas temáticas, metodológicas e epistemológicas das pesquisas.

Essas variações não são aleatórias. Por exemplo, a Geografia apresentou um número significativamente maior de ocorrências da palavra “quilombo” do que o esperado. Isso pode ser interpretado à luz da tradição da Geografia Crítica no Brasil, que tem se debruçado sobre a relação entre território, territorialidades específicas e populações historicamente marginalizadas, como os povos e comunidades tradicionais. A ênfase em “quilombo” pode refletir uma abordagem espacial e política que se dedica a pensar o território enquanto espaço de conflito, resistência e identidade coletiva.

Já o programa de Solos e Nutrição de Plantas (SNP) apresentou uma concentração atípica do termo “identidade”, mesmo sendo um programa das Ciências Agrárias. Esse dado, aparentemente contra intuitivo, pode indicar duas possibilidades: (1) a incorporação de abordagens interdisciplinares por parte de pesquisadoras e pesquisadores que, mesmo atuando no campo técnico, mobilizam discussões sociais em torno da identidade quilombola; ou (2) a presença de trabalhos com foco em comunidades específicas onde a identidade coletiva se impõe como categoria central, sobretudo nas relações com políticas públicas, práticas agrícolas tradicionais ou acesso à terra.

A Extensão Rural (ER) teve uma incidência muito acima da esperada do termo “território”, o que é coerente com a natureza do campo, que se volta para a mediação entre saberes técnicos e práticas sociais no meio rural. Nesse contexto, “território” é frequentemente mobilizado não apenas como delimitação física, mas como espaço simbólico, de pertencimento e de luta. A ênfase em “território” pode refletir um entendimento ampliado da Extensão Rural como prática que se dá no território e através dele, reconhecendo os conflitos fundiários e as territorialidades específicas dos quilombolas.

Os dados estatísticos, portanto, não apenas indicam a existência de variações, mas revelam como os programas se posicionam em relação ao objeto

“quilombo”. Em vez de ver essas categorias como blocos homogêneos ou neutros, a análise evidencia que elas são mobilizadas conforme os referenciais teóricos e políticos de cada área. Em termos mais amplos, os dados ajudam a compreender como os discursos sobre quilombos são institucionalizados de maneira diferenciada nos espaços da pós-graduação, sendo moldados por disputas epistêmicas, políticas e simbólicas.

É importante ressaltar que, embora a análise estatística revelou diferenças de ênfase, não se trata de categorias isoladas. A presença simultânea de “quilombo”, “identidade” e “território” na maior parte dos trabalhos analisados aponta para sua coexistência e articulação. Em outras palavras, as frequências analisadas evidenciam que, mesmo com variações de destaque, essas categorias não são tratadas como blocos estanques, mas dialogam entre si e estruturam conjuntamente as reflexões acadêmicas sobre as comunidades quilombolas. Assim, a análise estatística reforça a hipótese interpretativa de que “quilombo”, “identidade” e “território” constituem um conjunto articulado de categorias mutuamente constitutivas, cuja mobilização nos textos está profundamente relacionada a disputas por reconhecimento, memória e direitos.

No entanto, a natureza dessa articulação só pode ser aprofundada por meio da análise qualitativa dos trechos codificados. A abordagem aqui proposta busca articular os dados codificados com os referenciais teóricos mobilizados na revisão, com foco nas categorias centrais desta pesquisa: identidade, território e quilombo.

Para representar visualmente a relação entre os elementos centrais da análise, os trabalhos acadêmicos, as categorias principais (Identidade, Quilombo e Território) e suas respectivas subcategorias, optou-se pelo uso do diagrama Sankey[15]. Esse tipo de diagrama é especialmente útil quando o objetivo é ilustrar fluxos e conexões entre diferentes níveis de informação, permitindo compreender a densidade, a direcionalidade e a complexidade das articulações temáticas nos dados analisados.

Os diagramas Sankey são comumente utilizados em áreas como Engenharia, Economia e Ciências de Dados para representar fluxos de energia, dinheiro ou processos. No entanto, seu uso tem sido ampliado em pesquisas qualitativas e interdisciplinares justamente por sua capacidade de tornar visível, de forma clara e

[15]Todos os diagramas criados,foram gratuitos através da plataforma SankeyMATIC. O SankeyMATIC foi criado em 2014 por Steve Bogart. Maiores informações, acessar: https://sankeymatic.com/

organizada, como diferentes elementos se conectam, o que, neste caso, facilita a compreensão de como as categorias analíticas se distribuem e se desdobram ao longo das produções acadêmicas sobre comunidades quilombolas na UFV.

As subcategorias que compõem esta análise não foram previamente definidas, mas emergiram a partir dos dados empíricos, durante o processo de leitura e codificação das teses e dissertações. Ao examinar como os trabalhos abordavam as categorias, tornou-se evidente que essas noções eram mobilizadas por meio de diferentes expressões, termos e ênfases conceituais. Assim, por exemplo, a categoria "identidade" frequentemente aparecia articulada a conceitos como memória coletiva, pertencimento, autorreconhecimento, cultura, entre outros, revelando uma diversidade de sentidos atribuídos ao mesmo eixo temático.

Para captar essa riqueza semântica e interpretativa, foi adotada uma análise temática indutiva, conforme proposto por Braun e Clarke (2006), na qual as subcategorias foram construídas diretamente a partir dos padrões identificados nos dados. A leitura detalhada dos trechos permitiu o agrupamento de fragmentos que, embora não mencionasse diretamente os termos "identidade", "território" ou "quilombo", tratavam de aspectos conceituais vinculados a essas dimensões, com outras palavras e enfoques. Esse processo de codificação foi feito manualmente e registrado em planilhas, permitindo o rastreamento de cada unidade de análise com base em seu código (PPG/ano/tipo).

A validade das subcategorias foi verificada a partir de duas rodadas de leitura crítica, a primeira em que os agrupamentos foram refinados, reorganizados e, quando necessário, renomeados para garantir coerência temática e evitar sobreposição excessiva entre os códigos. E por fim, numa segunda rodada onde as subcategorias foram então associadas às suas respectivas categorias principais, com base em sua centralidade temática. Por fim, optou-se pela construção dos diagramas Sankey como forma de visualizar as articulações conceituais, revelando a densidade de ocorrências, os vínculos entre os trabalhos e a distribuição dos temas emergentes nas produções acadêmicas da UFV.

A cada ocorrência relevante, o trecho era destacado e registrado em uma planilha com três elementos: (i) o código do trabalho (PPG, ano, tipo), (ii) o excerto selecionado e (iii) uma proposta inicial de codificação livre. A partir da comparação entre os fragmentos, foi possível organizá-los por semelhança temática, formando núcleos de sentido provisórios. Essa etapa, que pode ser descrita como uma

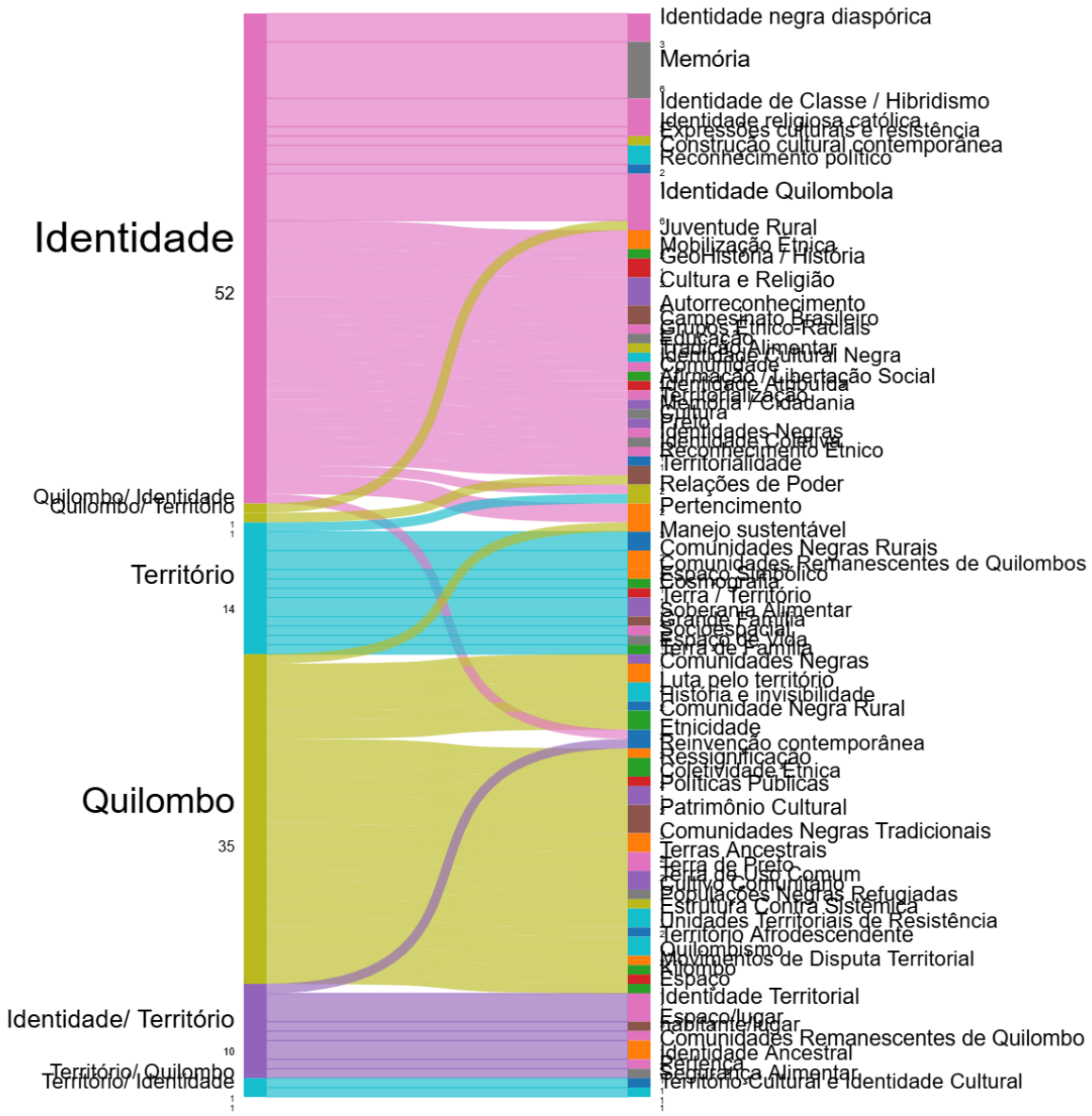
codificação aberta, resultou em um conjunto preliminar de subcategorias. Em seguida, essas subcategorias passaram por um processo de refinamento: leitura cruzada dos fragmentos agrupados, verificação de coerência interna e exclusividade mútua, renomeações e fusões quando necessário.

Dois exemplos ajudam a ilustrar esse processo. Em uma dissertação do PPG de Educação (ED_2007_D), foi identificado o seguinte trecho: “o reconhecimento de si enquanto negra se deu a partir do contato com a história oral da comunidade e dos rituais de matriz africana, que me ensinaram a importância de saber de onde eu venho”. Embora o termo "identidade" não estivesse presente, a ênfase na ancestralidade, no reconhecimento de pertencimento étnico e na construção reflexiva de si indicou forte relação com o campo temático da identidade quilombola. Esse trecho foi, portanto, codificado como “ID-IDQ”. Já em uma tese do PPG de Solos e Nutrição de Plantas (SNP_2008_D), um excerto mencionava: “a terra que cultivamos é a mesma onde nossos avós viveram e morreram, e cada pedaço dela guarda nossas histórias”. Ainda que não houvesse uso explícito do conceito de “território”, esse trecho revelava uma concepção simbólica, afetiva e relacional da terra, conectada à ancestralidade e à memória coletiva. Diante disso, foi classificado sob a subcategoria território simbólico (“T-ETE”).

Em uma segunda rodada, as subcategorias foram então realocadas de modo mais claro às categorias principais (Identidade, Quilombo, Território), conforme sua centralidade temática. Essa fase também permitiu identificar subcategorias compostas ou interseccionadas (como Identidade/Território), revelando a complexidade dos temas abordados. Como forma de visualização e análise, os resultados dessa codificação foram organizados em dois diagramas Sankey, que permitiram representar tanto a diversidade interna de cada categoria quanto a distribuição geral dos temas por trabalho.

Para a melhor compreensão da leitura, abaixo apresento na figura 2 as categorias principais, cruzadas as subcategorias de análise.

Figura 2 - Diagrama Sankey: Categoria principal e subcategoria



Fonte do arquivo: sankeymatic_20250626_140051_source.txt / Imagem 1

Ao estruturar os fluxos a partir do código do trabalho seguido pela categoria principal e subcategoria, o diagrama permite visualizar quais dissertações e teses se dedicaram com maior profundidade a determinados temas, bem como quais categorias concentram maior número de subcategorias, sugerindo densidade teórica e conceitual em determinados eixos. Esse diagrama representa o fluxo entre as categorias principais (Identidade, Quilombo, Território e variações interseccionadas como Identidade/Território) e suas respectivas subcategorias, com base na frequência agregada de ocorrências em 13 trabalhos acadêmicos da UFV (2007-2023). Observe que, a categoria "Identidade" aparece com 52 ocorrências,

sendo a mais expressiva em termos de desdobramentos temáticos. Já as subcategorias de destaque incluem: Memória (6), Identidade Quilombola (6), Identidade negra diaspórica (3), Pertencimento, Afirmação/Libertação Social, Autorreconhecimento e Cultura e Religião. Esse conjunto revela como as produções tratam a identidade quilombola de forma interseccional, vinculada à memória coletiva, cultura, ancestralidade e processos de resistência simbólica.

A categoria "Quilombo", com 35 ocorrências, ramifica-se para subcategorias associadas à luta política e simbólica: Luta pelo território, Patrimônio Cultural (3), Comunidades Negras Tradicionais, Terras Ancestrais, Ressignificação e Quilombismo. A presença dessas subcategorias demonstra que o conceito de quilombo é trabalhado não apenas como herança histórica, mas como categoria política ativa e contemporânea. Já quando observamos a categoria "território", identificamos 14 ocorrências, mobilizadas como conceito relacional: Espaço Simbólico, Cosmografia, Manejo Sustentável, Comunidades Negras Rurais, Terra/Território e Soberania Alimentar.

Apesar da complexidade visual e da grande quantidade de subcategorias emergentes apresentadas no diagrama Sankey, ele permite evidenciar algumas tendências analíticas muito importantes. Um dos aspectos mais relevantes é a densidade da categoria “Identidade”, que aparece como a mais recorrente entre os trabalhos analisados, desdobrando-se em uma variedade expressiva de subtemas como identidade quilombola, pertencimento, autorreconhecimento e ancestralidade. Isso sugere que, mesmo em programas tradicionalmente voltados a áreas técnicas, há uma mobilização significativa de dimensões subjetivas e político-culturais da identidade negra e quilombola, frequentemente vinculadas à memória coletiva e às experiências vividas.

Por outro lado, a categoria “Território” aparece com menor frequência isolada, mas está fortemente associada a dimensões simbólicas e afetivas, como revela a subcategoria “território simbólico”, identificada em vários trechos que articulam terra, ancestralidade e memória. Já a categoria “Quilombo” tende a se associar a discursos jurídicos, históricos e de resistência, e é frequentemente mobilizada em articulação com as outras categorias, indicando sua centralidade nos processos de nomeação, reivindicação e pertencimento.

Além disso, o surgimento de subcategorias interseccionadas, como “Identidade/Território” ou “Quilombo/Identidade”, aponta para o caráter relacional e

indissociável desses conceitos na construção das narrativas presentes nos trabalhos. Tais articulações reforçam a ideia de que, nas produções acadêmicas analisadas, as categorias não operam de forma isolada, mas sim como um conjunto interdependente de dimensões que estruturam a compreensão das comunidades quilombolas.

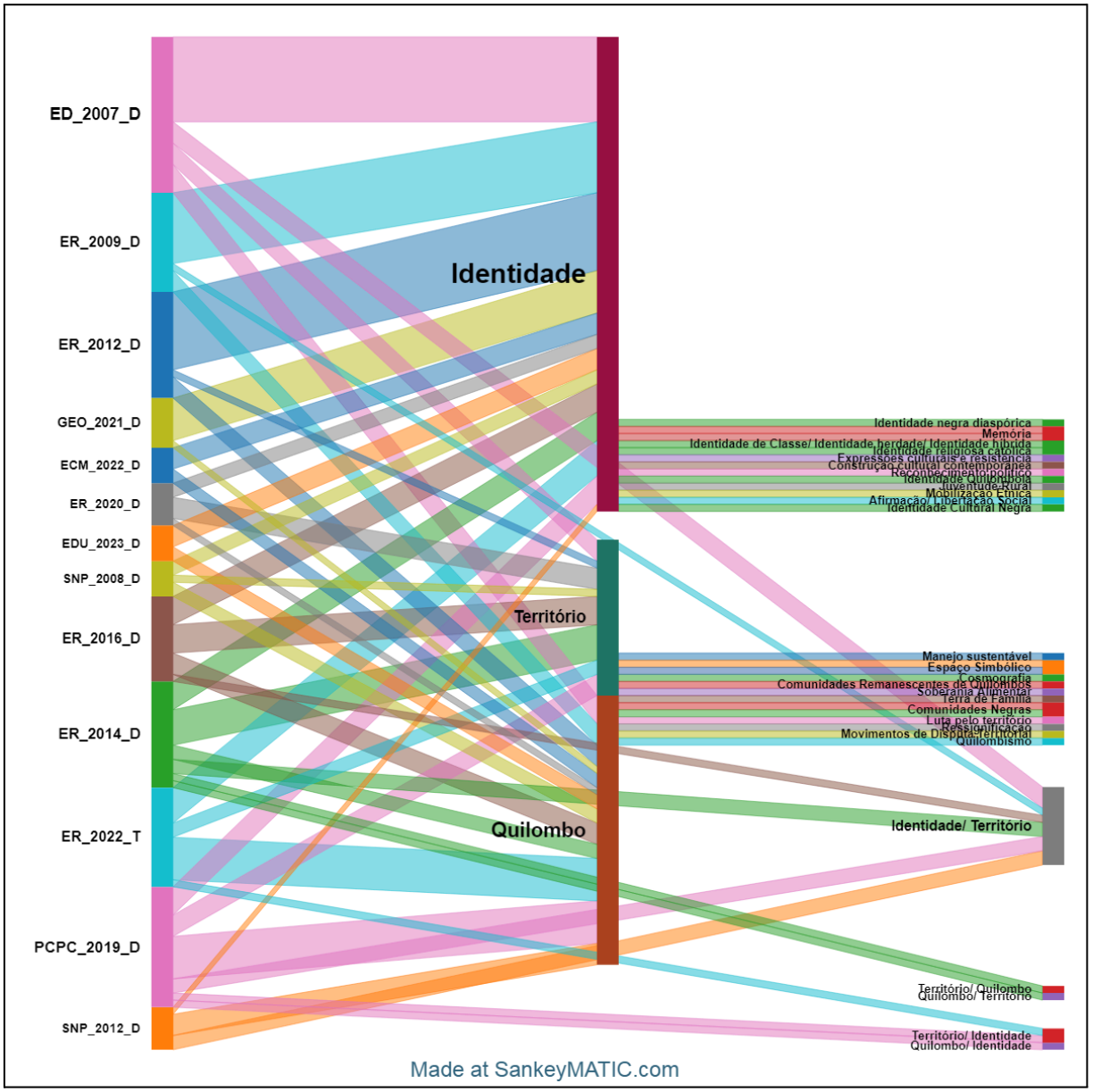
Assim, embora a visualização envolva múltiplas subcategorias, o seu valor analítico reside justamente em explicitar a pluralidade de sentidos mobilizados nos trabalhos e a complexidade das articulações conceituais em torno das categorias centrais da pesquisa. Estes trabalhos analisam o território como espaço de vivência, ancestralidade e disputa. Já as categorias compostas, como Identidade/Território, Quilombo/Território e Território/Identidade, indicam uma forte interdependência entre os eixos.

No caso de Identidade/Território, observa-se uma ênfase na identidade sendo constituída, ressignificada ou fortalecida a partir das relações vividas no território - ou seja, a identidade emerge como efeito das experiências coletivas, históricas e simbólicas ligadas ao espaço. Já em Território/Identidade, a ênfase recai sobre o território enquanto expressão e extensão das identidades individuais e coletivas, funcionando como marcador simbólico e político do pertencimento. Nessa perspectiva, o território não apenas molda a identidade, mas também a manifesta e a torna visível no espaço social. Subcategorias como Identidade Territorial e Comunidades Remanescentes de Quilombo, que surgem em mais de uma ramificação, revelam essas sobreposições conceituais e indicam o grau de articulação entre os temas, exigindo uma leitura que reconheça tais nuances.

O diagrama mostra como as categorias centrais da pesquisa se articulam em torno de eixos temáticos interdependentes, com destaque para o papel da memória, da terra e da resistência como vetores de construção identitária. A densidade de subcategorias em “Identidade” e “Quilombo” sugere que esses campos têm sido mais explorados e detalhados nas produções acadêmicas da UFV, em comparação ao campo “Território” em sentido mais estrito.

Em uma segunda visualização, agregou-se diretamente a relação categoria principal mais a subcategoria, sem referência ao trabalho específico. Essa escolha visa evidenciar a distribuição geral dos temas abordados, permitindo observar com maior clareza a centralidade da categoria “Identidade”, bem como a diversidade conceitual presente em “Quilombo” e “Território”.

Figura 3 - Diagrama Sankey: Código do Trabalho + Categoria Principal + Subcategoria[16]



Fonte do arquivo: sankeymatic_20260120_105859_1200x1200[17]

[16] No conjunto dos trabalhos analisados, a categoria Identidade concentra 67 fluxos, distribuídos entre as seguintes subcategorias: Identidade (67), Identidade/Território (11), Quilombo/Identidade (1) e Território/Identidade (2). A categoria Quilombo totaliza 38 fluxos, compreendendo as subcategorias: Quilombo (38), Quilombo/Território (1), Território/Quilombo (1) e Quilombo/Identidade (1). Já a categoria Território reúne 22 fluxos, distribuídos nas subcategorias: Território (22), Identidade/Território (11), Território/Identidade (2) e Território/Quilombo (1). Há ainda, as **Categorias combinadas**: Identidade e território, Território e quilombo, Quilombo e identidade.

[17] **Subcategorias presentes no diagrama, mas não claramente visualizáveis em razão da limitação gráfica. Identidade:** Identidade negra diaspórica, Memória, Identidade de classe, Identidade herdada, Identidade híbrida, Identidade religiosa católica, Expressões culturais e resistência, Construção cultural contemporânea, Reconhecimento político, Identidade quilombola, Juventude rural, Mobilização étnica, Afirmação social, Libertação social, Identidade cultural negra. **Território:** Manejo sustentável, Espaço simbólico, Cosmografia, Comunidades remanescentes de quilombos, Soberania alimentar. **Quilombo:** Terra de família, Comunidades negras, Luta pelo território, Ressignificação, Movimentos de disputa territorial, Quilombismo.

Esse diagrama amplia a visualização anterior ao incluir o caminho completo: código do trabalho (ex: ER_2009_D) mais a categoria principal e por fim, a subcategoria. Observamos que, as produções ED_2007_D, ER_2009_D, ER_2012_D e ER_2014_D são as que apresentam maior número de fluxos, evidenciando densidade conceitual nesses trabalhos. A categoria "Identidade" novamente se destaca com 67 fluxos (agregando os trabalhos), o que reforça o protagonismo dessa dimensão na produção científica analisada, enquanto "quilombo" aparece em 38 fluxos, seguido de "território" com 22. A multiplicidade de cores no diagrama ajuda a visualizar a diversidade temática interna de cada trabalho, mostrando que a maioria deles não se limita a uma única categoria, mas mobiliza múltiplas abordagens teóricas e empíricas, como evidenciado anteriormente.

A maior densidade temática identificada nos trabalhos dos Programas de Pós-Graduação em Extensão Rural (ER) e Educação (ED) não é aleatória, mas está relacionada às características estruturais, epistemológicas e políticas desses campos de conhecimento. Tanto o programa de Extensão Rural quanto o de Educação operam com matrizes interdisciplinares, que são voltadas para o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes populares. Isso favorece abordagens mais complexas, que não se limitam a uma categoria analítica isolada, mas que neste caso, tendem a articularem identidade, território e quilombo como dimensões interdependentes da vida social do sujeito quilombola. Além disso, esses campos estão fortemente implicados com a dimensão prática e política da pesquisa, o que estimula leituras mais comprometidas com os sujeitos estudados.

Sendo assim, podemos pensar se há algo na natureza desses PPGs que favoreça essa complexidade? E a resposta é sim. A Extensão Rural, por exemplo, é um campo historicamente vinculado à relação entre universidade e sociedade, especialmente com populações rurais, tradicionais e camponesas. Especificamente na UFV, a área de Extensão Rural teve origem na Sociologia Rural, o que pode reforçar esse caráter. Essa vocação extensionista favorece uma aproximação sensível às formas de vida e aos territórios, o que se traduz na análise ao ser analisado a densidade de conexões entre as categorias.

Já a Educação, especialmente quando atravessada por perspectivas mais críticas e decoloniais, como nos estudos de educação popular, educação das relações étnico-raciais e pedagogias do território, ela tende a abordar identidade e

quilombo não como conceitos abstratos, mas como experiências reais, tangíveis e vividas, que estão profundamente marcadas pela memória, pela ancestralidade e pelo pertencimento coletivo.

Esse segundo diagrama nos permite observar quais trabalhos contribuíram mais fortemente para cada categoria e subcategoria, sendo útil para análises comparativas entre programas de pós-graduação ou entre períodos de produção. Além disso, ele explicita a transversalidade das categorias, indicando que a maioria dos trabalhos articula simultaneamente elementos de identidade, quilombo e território, reforçando a necessidade de abordagens interseccionais e não fragmentadas.

A construção desses diagramas também contribui metodologicamente ao integrar visualização de dados à análise qualitativa, o que potencializa a leitura crítica dos resultados, facilita a comunicação científica em contextos de apresentação e torna acessível a compreensão de padrões e tendências nos materiais analisados. Mais do que apenas sistematizar as ocorrências empíricas, optamos por desenvolver uma leitura crítica e analítica das subcategorias emergentes, observando como elas se relacionam entre si, como são mobilizadas pelas autoras e autores dos trabalhos, e quais silêncios, tensões ou contradições elas revelam. Trata-se, portanto, de uma etapa de integração entre teoria e dados, que visa sustentar os achados empíricos a partir de uma base crítica e decolonial.

A análise das produções acadêmicas revela que as categorias operam em constante inter-relação, configurando uma dinâmica de construção mútua. O pertencimento ao quilombo, por exemplo, não se define apenas pela origem ou pelo nascimento em determinado espaço, mas sobretudo pela relação ativa e simbólica que os sujeitos estabelecem com o território, com os outros seres vivos e com as práticas compartilhadas.

> Chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo da relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas. Somos apenas moradores quando não temos uma relação de pertencimento, quando estamos aqui, mas partimos na primeira possibilidade que tivermos (Bispo, 2023, p.22)

A partir dessa perspectiva, o território deixa de ser uma simples base física para se configurar como um espaço vivido, produtor de sentidos e identidades. Da mesma forma, a identidade quilombola não se reduz a marcadores fixos, mas emerge na relação com o território e na experiência coletiva da quilombidade. Tal entrelaçamento evidencia a complexidade dos processos sociais e culturais que moldam a noção de quilombo enquanto categoria política, histórica e existencial.

Esse conjunto de elementos nos permite afirmar que há um movimento contínuo de complexificação dessas categorias centrais ao longo do tempo, especialmente nos trabalhos mais recentes, que demonstram maior sensibilidade às questões da interseccionalidade, do racismo ambiental e das disputas simbólicas. Ainda assim, é possível observar algumas lacunas importantes: poucas dissertações ou teses discutem, por exemplo, os conflitos internos das comunidades quilombolas, as disputas de gênero, geração ou classe, e os limites das políticas públicas no enfrentamento do racismo estrutural, ainda que, isso fique evidente, não se menciona. A invisibilização de certos temas sugere que, apesar dos avanços, o campo acadêmico ainda lida com os desafios de romper com paradigmas fixistas, essencialistas ou normativos.

Como destaca Crenshaw (1989), a interseccionalidade é mais do que uma ferramenta analítica: é uma exigência ética para compreender as opressões em sua totalidade. Nesse sentido, a ausência de abordagens mais incisivas sobre gênero, por exemplo, compromete a potência crítica de muitas análises. Longe de funcionarem como unidades conceituais isoladas, essas categorias se apresentam profundamente entrelaçadas, sendo mobilizadas pelos autores e autoras dos trabalhos como ferramentas para compreender, interpretar e reivindicar os sentidos de pertença das comunidades quilombolas.

A categoria identidade não é entendida como algo fixo ou herdado, mas como construção política, relacional e situada, marcada pela ancestralidade, pelo autorreconhecimento e pelas tensões intergeracionais e de gênero. A ausência de abordagens mais robustas sobre as múltiplas formas de opressão internas aos próprios quilombos, no entanto, sinaliza um desafio ainda presente: avançar na incorporação de uma perspectiva interseccional comprometida com o enfrentamento das invisibilidades de classe, gênero e geração. No que diz respeito ao território, os trabalhos analisados demonstram que ele não se reduz a um espaço físico delimitado por coordenadas ou mapas. O território é constantemente descrito como

espaço simbólico, de memória, de afeto, mas também de disputa e conflito; tanto com o Estado e agentes externos quanto dentro das próprias comunidades. A concepção de “terra de uso comum”, de “espaço vivido” e de “cosmografia” quilombola revela a potência do território como instância política de resistência e reexistência, em consonância com autores como Santos (1990) e Haesbaert (1999).

Ao final desta leitura interpretativa, tem-se o achado central desta dissertação: a produção acadêmica sobre comunidades quilombolas na UFV entre os anos de 2007 e 2023 reflete, tensiona e ressignifica as categorias centrais deste trabalho, mas também reproduz limites do campo científico brasileiro, especialmente no que se refere à atualização bibliográfica, à diversidade de vozes autorais e à abordagem crítica das contradições internas às comunidades estudadas.

Argumenta-se que, embora essas produções avancem na construção de sentidos críticos e contribuam para o fortalecimento das epistemologias negras, dos direitos territoriais e das identidades quilombolas como práticas de reexistência, elas também evidenciam limites característicos do campo científico brasileiro, como a recorrente desatualização bibliográfica, a baixa diversidade de vozes autorais e a escassa problematização das contradições internas às comunidades pesquisadas. Assim, pode-se dizer que esse corpo de trabalhos forma um campo em expansão e em disputa, que tanto amplia quanto reproduz as tensões epistemológicas e políticas presentes no debate contemporâneo sobre quilombos no Brasil.

4.3 As subcategorias a partir das categorias principais da produção acadêmica sobre quilombos na ufv

A partir da análise dos trechos selecionados, da organização das subcategorias por programa de pós-graduação e, posteriormente, das nuvens de palavras que serão apresentadas, é possível afirmar que as categorias não operam como contêineres estanques. Elas são, na verdade, plataformas conceituais que possibilitam o surgimento de um conjunto expressivo de subcategorias, que aprofundam as nuances e multiplicidades dos processos sociais vividos pelas comunidades quilombolas.

Em meio à vasta quantidade de termos codificados nos trechos analisados, optou-se por destacar aquelas subcategorias que apareciam de forma recorrente,

articuladas às categorias centrais do estudo e que expressavam sentidos complexos, interseccionais ou politicamente relevantes no contexto das comunidades quilombolas. A filtragem dos termos também levou em consideração sua centralidade nos debates teóricos mobilizados pelos próprios trabalhos analisados. Muitos excertos apresentavam listas extensas de termos correlatos, que só adquiriram status de subcategoria após sua recorrência e relevância serem verificadas nos contextos específicos de cada produção.

A partir das subcategorias, torna-se possível compreender quais aspectos das vidas quilombolas são enfatizados, silenciados ou tensionados, e como esses sentidos estão diretamente relacionados aos marcos teóricos que sustentam cada área. A análise, assim, cumpre papel duplo: descritivo, ao mapear as ocorrências, e crítico, ao interrogar as ausências e os enquadramentos disciplinares que moldam a forma como se produz conhecimento sobre os quilombos na universidade. Essas subcategorias, tais como memória, ancestralidade, religiosidade, patrimônio, autoidentificação, resistência, segurança alimentar, juventude rural, entre outras, emergem de um campo de tensões onde o conhecimento acadêmico entra em disputa de significados com saberes tradicionais. Esse ponto de inflexão já havia sido apontado por autores como Nascimento (1980) e Bispo (2021), ao sugerirem que o quilombo não é um símbolo congelado no passado, mas uma prática viva de produção de sentido, agência e insurgência epistêmica.

A tabela 5 elaborada abaixo, apresenta a frequência de ocorrência das subcategorias codificadas dos Programas de Pós-Graduação (PPGs), revelando nuances e especificidades nos enfoques temáticos de cada área, podendo ser observada seguir:

Tabela 5 - Análise das Categorias e Subcategorias por Programa de Pós-Graduação (PPG)

	CATEGORIAS ANALISADAS	
PPG	**Outras Categorias***	**Subcategorias**
Economia Doméstica	Identidade/Território (3), outras variações	Identidade herdada, Identidade híbrida, Identidade religiosa católica, Identidade coletiva simbólica, Resistência Religiosa, Experiencia total do espaço, Espaço, Território Afrodescendente, Terra de pretos, Territórios Negros, Identidade negra diaspórica, Memória, Identidade de Classe, lugar, habitante, lugar, Terra de Família, Territórios negros, Terra de Pretos
Educação		Ancestralidade, Identidade Cultural Negra, Espaço, Comunidades Negras
Educação em Ciências e Matemática		Libertação Social , Pertencimento, Comunidade , Espaço Simbólico, Afirmação

Extensão Rural	Identidade/ Território, Território/ Quilombo, etc.	Remanescente de Quilombo, Identidade Quilombolas, Território e Cultura, Identidade Ancestral, Juventudade Rural, Juventude Rural, Espaço de Vida, Comunidades Negras Rurais, Segurança Alimentar, Comunidades Remanescentes de Quilombo, Identidade Territorial , Pertencimento, Territorialidade, Espaço Simbólico, Educação, Etnicidade , Identidade Atribuída, Tradição Alimentar, Soberania Alimentar, Mobilização Étnica, Ressignificação, Terra, Luta Política, Relações de Poder, Cosmografia, GeoHistoria, Coletividade Étnica, Identidade Cultural, Terra de Uso Comum, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Memória Coletiva, Movimentos de Disputa Territorial, Estrutura Contra Sistêmica, Unidades Territoriais de Resistência, Território Afrodescendente, Quilombismo, Campesinato Brasileiro, Territorialização, Terra, Construção cultural contemporânea, Memória e alteridade, Reconhecimento político, Reinvenção contemporânea, Autorreconhecimento, Memória e História, Memória, Comunidades Negras, Identidade Quilombola, Identidade Territorial, Comunidade Negra Rural, Reconhecimento Étnico, Relaçoes de Poder, Identidades Negras, Identidade Coletiva , Identidade negra diaspórica, Luta pelo território, Identidade Coletiva.
Geografia		Transcultural, História, Cultura e Religião, Memória, Preto, Cultura, Identidade Cultural

Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	Quilombo/ Território, Território/ Identidade	Cidadania, Terra de Preto, Pertença, Políticas Públicas, Patrimônio Cultural, Grupos Étnico-Raciais, Comunidades Negras Tradicionais, Território Cultural e Identidade Cultural , Grande Família, Terras Ancestrais, Socioespacial, Identidade Quilombola, Memória,
Solos e Nutrição de Plantas		Luta pelo território, História e invisibilidade, Expressões culturais e resistência, Identidade Territorial, Manejo sustentável, Comunidade Remanescente do Quilombo, Cultivo Comunitário, Populações Negras Refugiadas, Identidade Quilombola, Remanescentes de Quilombo

* "Outras Categorias" indica variações combinadas como “Identidade/Território”, “Território/Quilombo”, “Quilombo/ Identidade e etc.
Fonte: criação própria a partir da análise dos resultado

Subcategorias como memória coletiva e ancestralidade, por exemplo, aparecem como fios condutores de uma identidade que é tanto histórica quanto política. Como Nascimento (2020) propõe em sua noção de quilombismo, trata-se de uma codificação da experiência negra que se sustenta na “vivência de cultura e de práxis da coletividade”, e não em definições alheias e abstratas. Isso está em consonância com as análises que mostram a memória como eixo transversal às produções analisadas, sendo ela tanto um recurso de resistência quanto de reexistência simbólica.

O território, por sua vez, é desdobrado em subcategorias como territorialidade, terra de preto, espaço simbólico e cosmografia, demonstrando que o conceito vai além da materialidade geográfica. Essa complexidade ecoa as proposições de autores como Haesbaert (1999) e Raffestin (1993), que argumentam que o território é, antes de tudo, uma construção política, cultural e subjetiva. Isso se reflete nas análises que identificam uma relação profunda entre identidade e território, como apontado por Malcher (2009): a construção do território produz uma identidade, e vice-versa.

Há também uma intersecção clara entre epistemologia e política nos modos como as subcategorias aparecem nas diferentes áreas do conhecimento. Nos PPGs de Geografia ou Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania surgem subcategorias que operam como chaves de leitura para práticas culturais e formas de resistência; como religiosidade, tradição alimentar, mobilização étnica, entre outras. Já nos programas de Economia Rural ou Solos e Nutrição de Plantas aparecem subcategorias com viés instrumental (manejo sustentável, uso do solo), mas que não deixam de ser atravessadas por elementos de disputa territorial e reconhecimento. Essa tensão revela a complexidade da presença quilombola na produção acadêmica, e exige que se questione o lugar de fala, os métodos e os usos do conhecimento. Como já discutido no Capítulo 2, especialmente ao recorrer a hooks (2019) e Collins (2019), a representação e a produção de conhecimento sobre corpos negros não é neutra. As imagens de controle descritas por Collins (2019), por exemplo, ainda atravessam parte das produções, ora invisibilizando os sujeitos quilombolas, ora os reduzindo a objetos de estudo. Ainda que essa análise fuja do escopo da dissertação, pode ser uma pista para investigações futuras.

Isso representa tanto uma limitação epistêmica (pela ausência de cruzamento entre perspectivas) quanto uma potência analítica, pois revela a pluralidade de

sentidos que as categorias centrais podem assumir, dependendo da lente teórica utilizada. Tal constatação reforça a importância de uma abordagem que considere não apenas o “objeto quilombo”, mas os próprios modos como ele é epistemologicamente construído pelas diferentes áreas da universidade.

A riqueza das subcategorias também indica que as comunidades quilombolas não podem ser entendidas apenas a partir da reivindicação fundiária. Termos como juventude rural, relações de poder, segurança alimentar e cosmovisão apontam para uma gramática política mais ampla, que envolve disputas simbólicas, subjetivas e institucionais. Isso reforça a ideia de que quilombo, identidade e território não são apenas categorias analíticas, mas também categorias de ação (no sentido de Bourdieu, 1989), isto é, instrumentos para intervir no mundo.

Por fim, a emergência dessas subcategorias reafirma o papel das comunidades quilombolas como produtoras de conhecimento. Conforme discutido com base em Marques (2015) e Bispo (2021), as epistemologias nativas operam deslocamentos fundamentais no campo das ciências sociais. O que está em jogo não é apenas falar sobre quilombolas, mas falar com, ou melhor, falar a partir de perspectivas que desafiem as normas do saber dominante. É nesse ponto que o mapeamento das subcategorias adquire um valor metodológico e político: ele não apenas amplia a leitura sobre as experiências quilombolas, como também tensiona os limites da própria universidade enquanto espaço de produção de saberes.

A organização das definições conceituais das categorias identidade, quilombo e território permite compreender como essas noções se consolidam, se tensionam e se transformam nas ciências humanas e sociais. A seguir, apresentam-se algumas das formulações centrais de autores que são amplamente referenciados nas pesquisas sobre comunidades quilombolas, com destaque para suas contribuições teóricas.

A tabela 6, apresentada abaixo, consolida as definições teóricas de autores amplamente mobilizados nos trabalhos analisados. Trata-se de um esforço de sistematização que visa não apenas mapear quais autores estão sendo acionados, mas explicitar os sentidos atribuídos às categorias centrais, tal como formulados nos próprios textos de referência. Com isso, busca-se ampliar a compreensão sobre os marcos conceituais que estruturam as análises acadêmicas em torno das comunidades quilombolas.

Buscamos por meio dessa sistematização, destacar a densidade dos

referenciais teóricos, a recorrência de determinados autores e, sobretudo, as sobreposições conceituais que emergem do cruzamento entre categorias. Abaixo, retomam-se algumas dessas definições, acompanhadas por comentários interpretativos.

Tabela 6 - Mapeamento teórico das categorias: citações fundamentais sobre identidade, quilombo e território.

Autor	Categoria	Definição
Hall (2003)	Identidade	Identidade é uma construção histórica, em processo contínuo, não fixa. A cultura é uma questão de 'tornar-se', não de 'ser'.
Pollack (1992)	Identidade	Identidade é construída em referência aos outros e ligada à memória. Pode ser negociada e varia conforme contextos.
Castells (2018)	Identidade	Identidade é a construção de significado com base em atributos culturais. Pode ser legitimadora, de resistência ou de projeto.
Gilroy (2001)	Identidade	Identidade é mutável, sempre em processo, moldada pela diáspora e pelas culturas do Atlântico negro.
Mauss (1974)	Identidade / Território	A identidade projeta frações de si no exterior, objetivando-se sem abolir-se como sujeito.
Santos (1988)	Território	O espaço é formado por objetos e pela sociedade em movimento. Cada forma contém uma fração da sociedade.
Fanon (1979)	Quilombo / Memória	A identidade é formada pela negação do que fizeram de nós. A memória resgata lendas e experiências passadas.
Carlos (1996)	Quilombo	O lugar é tecido por relações sociais e culturais, sendo onde o homem se reconhece.
Sodré (1999)	Identidade	Identidade é substituída por identificações múltiplas e instáveis, ligadas a contextos afetivos e midiáticos.

Munanga (1995)	Quilombo	Quilombo é de origem bantu, relacionado a grupos étnicos da África central, e mantido historicamente no Brasil.
Costa (1999)	Quilombo / Território	O território é espaço de reprodução simbólica e material, vinculado à reapropriação identitária e cultural.
Bosi (1994)	Identidade / Quilombo	A memória é um acervo vivo, fundamental para reconstruir identidades, especialmente em contextos quilombolas.
Halbwachs (1990)	Identidade / Quilombo	A memória individual é ponto de vista da memória coletiva. Ela é social e compartilhada no grupo.
Leite (2000)	Quilombo	Quilombo é forma de luta e organização, atualizada como direito e pauta política.
Leite (2008)	Quilombo	Quilombo como acampamento guerreiro e símbolo da resistência, com dimensões políticas e culturais profundas.
Marques (2009)	Identidade / Território	Identidade étnica coletiva baseada na autoconsciência e expressa no território como afirmação política.
Almeida (2011)	Identidade / Quilombo	Identidade coletiva nasce da história e oposição ao sistema escravista. O quilombo expressa territorialidade e resistência.
Gusmão (1990)	Território	Terras de preto são patrimônio coletivo, espaço de identidade negra e práticas sociais baseadas no parentesco.
Arruti (2006)	Identidade	Memórias individuais e coletivas fortalecem a identidade e a autonomia cidadã através do pertencimento.
Saquet; Haesbaert (2006/2007)	Território	Território é produto das territorialidades cotidianas, relações materiais e simbólicas que constituem o espaço vivido.
Malcher (2009)	Identidade / Território	Identidade quilombola é construída pela tradição e pelas condições

	específicas das comunidades negras rurais.

Fonte: formulado a partir das ideias centrais de cada autor, retirado dos textos originais.

A categoria “quilombo” ocupa posição central nas pesquisas analisadas, sendo mobilizada para pensar tanto os aspectos históricos das comunidades remanescentes quanto suas formas atuais de organização social, resistência e disputa por direitos. No entanto, o modo como essa categoria é teórica e conceitualmente construída nos trabalhos varia conforme os autores escolhidos e as áreas do conhecimento que os fundamentam. Nesta seção, o objetivo não é retomar os conteúdos específicos das dissertações pois já apresentamos os mesmos nos resultados, mas discutir como os autores têm sido acionados para sustentar a formulação da categoria quilombo no campo acadêmico.

A partir da sistematização realizada (tabela 6), observa-se que determinados autores se destacam na fundamentação dessa categoria. Munanga (1995, 1996, 2001, 2009), por exemplo, é amplamente citado nos trabalhos, contribuindo com uma abordagem que articula quilombo, identidade e ancestralidade africana em perspectiva crítica e decolonial. Outros autores, como Guimarães (1988), Leite (2000, 2008), Freire (1980) e Almeida (2011), também são recorrentemente mobilizados, contribuindo para o entendimento do quilombo como espaço de resistência política, prática cultural e construção coletiva de memória e pertencimento.

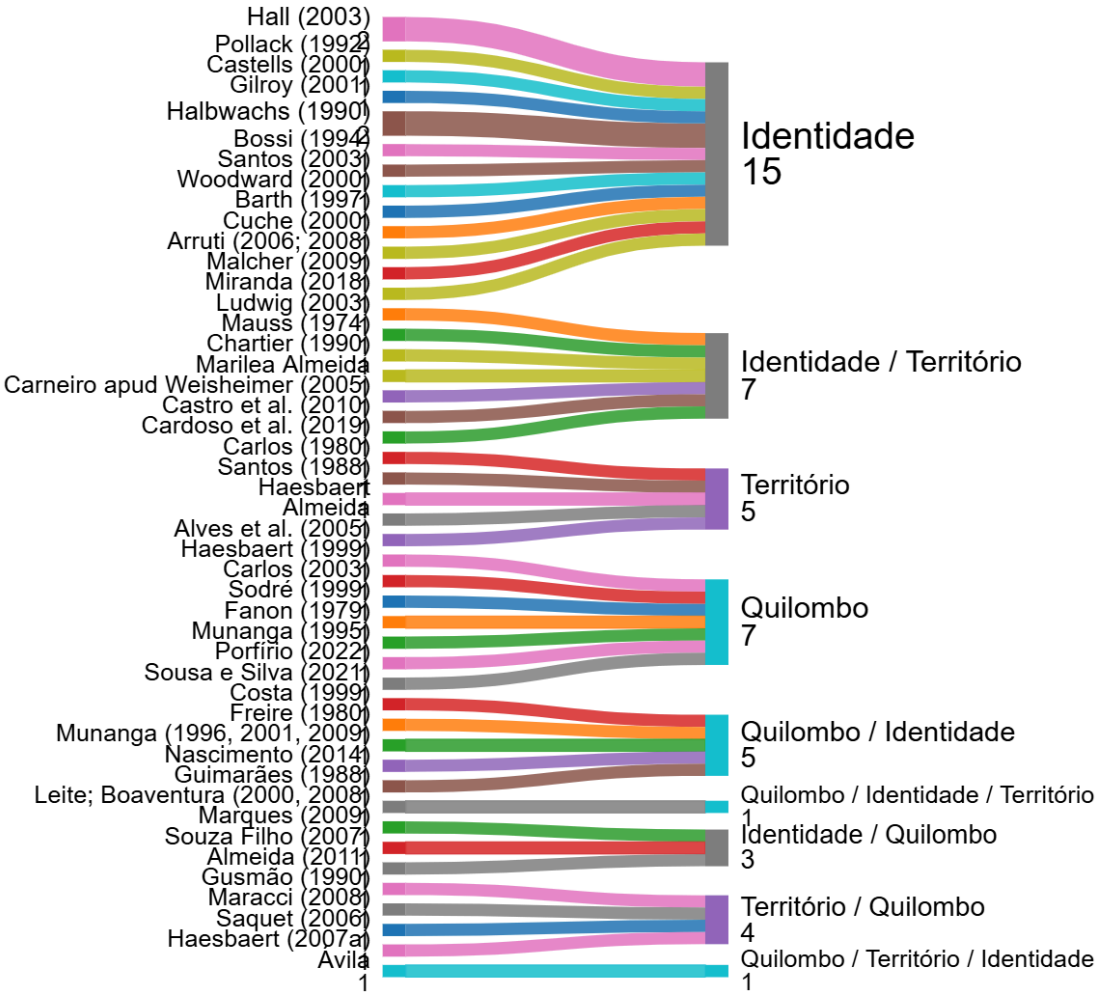
Além disso, a própria sobreposição entre categorias, como observadas nas combinações “quilombo/identidade” e “quilombo/território”, revela que a literatura utilizada pelos pesquisadores tende a compreender o quilombo não como uma entidade isolada, mas como um conceito relacional, que se entrelaça com outros campos de significação. A escolha por certos autores, portanto, sinaliza uma leitura politizada e situada da categoria, ao mesmo tempo em que aponta para os caminhos teóricos que vêm sendo privilegiados na construção do objeto quilombola no interior dos programas de pós-graduação da UFV.

O Diagrama Sankey apresentado na figura 4 abaixo, foi elaborado a partir da sistematização de dados coletados durante a análise temática das dissertações e teses. O foco da análise foi identificar autores/as recorrentes e categorias teóricas

associadas aos conceitos de Identidade, Quilombo e Território. Os dados foram organizados com base na forma como os nomes dos autores/as e as categorias aparecem nos textos, respeitando também os contextos em que as categorias se sobrepõem, o que reflete a complexidade analítica presente nas produções acadêmicas. Cada ocorrência foi contabilizada uma única vez por autor e por categoria, salvo quando citada de forma distinta em mais de um trecho ou com diferentes enfoques teóricos.

A figura abaixo foi construída utilizando como entrada os fluxos entre: o código de identificação das dissertações/teses, as categorias principais de análise (Identidade, Território, Quilombo ou suas composições), e as subcategorias identificadas durante a leitura interpretativa (como “Identidade negra diaspórica”, “Espaço simbólico”, “Movimentos de disputa territorial”, entre outras). Essa visualização permitiu representar de forma dinâmica as conexões entre os trabalhos analisados, os referenciais utilizados e os desdobramentos conceituais que emergiram das categorias principais, como podemos ver a seguir:

Figura 4 - Diagrama Sankey: Autor (Ano) + Categoria Principal[18]



Fonte do arquivo: sankeymatic_20250626_140120_source.txt / Imagem 3

A análise da figura 4 e das sínteses teóricas nela contidas nos revela que há uma forte interdependência entre as categorias. Isso é evidenciado tanto na escolha dos autores, frequentemente citados para mais de uma categoria, quanto nas próprias formulações conceituais, que frequentemente transbordam as fronteiras

[18] Os dados utilizados no diagrama Sankey foram sistematizados a partir da tabulação de autores recorrentes nas dissertações e teses analisadas, com foco nas categorias analíticas "Identidade", "Quilombo" e "Território". Os nomes foram organizados conforme a forma como apareceram nos textos (ex.: Hall, 2003; Fanon, 1979), considerando também categorias compostas como "Quilombo / Identidade" ou "Identidade / Território", quando os conteúdos abordados pelos autores sugeriam sobreposição temática. Autores com múltiplas menções foram contabilizados uma única vez por ocorrência da categoria correspondente, salvo quando explicitamente citados em mais de um trecho. A manutenção de categorias compostas se justifica pela intencionalidade metodológica de preservar a complexidade analítica dos usos que interseccionam identidade, território e quilombo, conforme os próprios autores e autoras da literatura de referência utilizada. Para fins de legibilidade, nomes compostos com múltiplas obras (ex.: Munanga, 1995; 1996; 2001) foram agrupados sob a mesma entrada.

disciplinares. Essa sobreposição conceitual, por um lado, evidencia a riqueza das articulações entre identidade, território e quilombo, permitindo análises mais densas e interdisciplinares. Por outro lado, impõe um desafio metodológico: o risco de diluir as especificidades analíticas de cada categoria, comprometendo a nitidez conceitual dos objetos de estudo.

A categoria identidade é amplamente discutida sob a perspectiva da construção relacional, histórica e processual. Stuart Hall (2003, p. 30) afirma que “a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica” e enfatiza que “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar” (Hall, 2003, p. 44). Para o autor, pensar a identidade exige compreender seus deslocamentos, suas mediações com a cultura e com a diáspora.

Nessa mesma direção, Michael Pollack (1992, p. 5) associa identidade à memória coletiva, ao afirmar que “a memória e o sentimento de identidade [...] se produzem em referência aos outros [...] por meio da negociação direta com outros”, destacando o caráter social e coletivo dessas construções. Castells (2018, p. 54) também entende identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural”, e propõe três formas distintas de identidade: legitimadora, de resistência e de projeto — todas fortemente atravessadas por dinâmicas políticas.

Paul Gilroy (2001, p. 30), ao refletir sobre a diáspora negra, reforça a ideia da instabilidade identitária ao afirmar que são “identidades que estão sempre inacabadas, sempre sendo refeitas”. Essa noção é complementada por Sodré (1999, p. 40-41), que observa como “a identidade pessoal [...] dá hoje lugar a identificações movediças (grupais, afetivas, mediáticas)”, demonstrando como os processos contemporâneos desafiam a concepção de uma identidade estável e unívoca.

Outros autores também reforçam essa perspectiva. Halbwachs (1990, p. 30), por exemplo, destaca que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, o que evidencia a inseparabilidade entre o individual e o coletivo na construção identitária. Woodward (2000, p. 9), por sua vez, enfatiza que “a identidade é marcada pela diferença”, consolidando a ideia de que o “eu” é sempre construído em relação ao outro.

A identidade, portanto, aparece de forma recorrente nos textos analisados como um conceito relacional, histórico e em permanente construção. Hall (2003, p. 44) sustenta que “a cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se

tornar", deslocando qualquer noção de identidade fixa ou essencial. Para ele, as identidades "estão sempre em processo de formação" (Hall, 2003, p. 44), marcadas por deslocamentos históricos, experiências diaspóricas e lutas culturais. Nessa direção, Pollack (1992, p. 5) reforça a ideia da identidade como um fenômeno construído socialmente, sempre em negociação com o outro: "a memória e o sentimento de identidade [...] se produzem em referência aos outros".

Essas formulações indicam que a identidade, quando articulada ao contexto quilombola, não pode ser compreendida como uma herança cultural estática, mas como uma construção situada, atravessada por memória, ancestralidade e resistência.

Ao analisarmos a categoria quilombo, historicamente associada a formas de resistência ao sistema escravista, dentro das produções, notamos que ela é reatualizada nos trabalhos como expressão de luta coletiva, pertencimento e direito. Munanga (1995, p.58) recorda que "quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu", trazendo à tona o elo entre África e Brasil. Leite (2000, p.335) amplia esse entendimento ao afirmar que o quilombo, hoje, representa sobretudo "um direito a ser reconhecido", e não apenas uma memória do passado.

Essa perspectiva é fortalecida por Almeida (2011, p.43), para quem o quilombo "como possibilidade de ser constitui uma forma mais que simbólica de negar o sistema escravista", e por Fanon (1979, p.10), que afirma: "nós não nos tornamos o que somos senão pela negação íntima e radical do que fizeram de nós". Tais formulações revelam o quilombo como espaço de reexistência, onde se constroem subjetividades políticas, identidades coletivas e novas territorialidades.

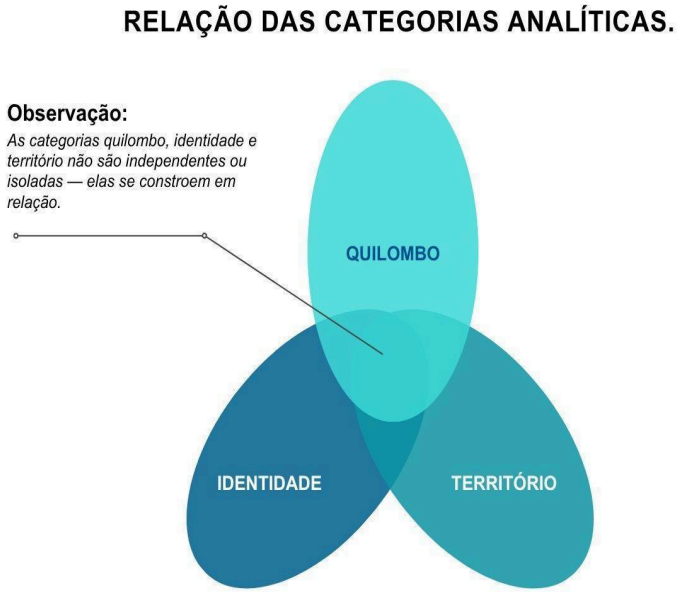
O lugar, nesse contexto, não é apenas geográfico: como afirma Carlos (1996), trata-se do "lugar da vida", tecido por relações sociais e culturais que produzem identidade (p.22), e ele se entrelaça com a categoria território, que aparece com forte densidade analítica nos trabalhos, muitas vezes associada à identidade e à categoria quilombo (lugar/espaço). Para Santos (1988, p.10) este espaço é "um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento", destacando sua dimensão ativa e relacional. Saquet (2006, p.62), por sua vez, compreende o território como resultante das territorialidades cotidianas, ou seja, "das relações materiais e simbólicas que efetivamos" (p.62).

Essa visão é corroborada por Mendes de Gusmão (1990, p.66), ao tratar das "terras de preto" como "patrimônio coletivo" estruturado por relações de parentesco,

história e cultura. No entanto Marques (2009, p.353) reforça a ideia de que o território têm sua forma expressiva DE afirmação da identidade étnica coletiva, que para Malcher (2009, p.18) tem papel central na constituição dos sujeitos políticos quilombolas. Assim, o território, mais do que delimitação física, é compreendido como espaço simbólico, afetivo e de luta, atravessado por narrativas, memórias e disputas.

Em síntese, pode-se concluir afirmando que uma das evidências mais fortes que emergem da análise é que as categorias quilombo, identidade e território não aparecem como dimensões isoladas, mas sim como partes interdependentes de um mesmo processo social, político e simbólico. Conforme discutido nos capítulos teóricos, essas categorias se co-produzem: o quilombo se constitui a partir de uma identidade coletiva territorializada; o território, por sua vez, é espaço simbólico de resistência e pertencimento; e a identidade quilombola se firma a partir da relação com o território e com os processos históricos e afetivos que atravessam essas vivências. Na prática, uma complementa, qualifica e dá sentido à outra, como podemos observar na figura 5:

Figura 5 - Relação das categorias analíticas



Fonte: criação própria

A articulação entre as categorias pode ser entendida como uma espécie de triângulo conceitual, onde:

1. O **território** é o chão onde a vida acontece;
2. O **quilombo** é a forma social e política que estrutura a coletividade;
3. A **identidade** é a experiência subjetiva e simbólica que emerge da vivência nesse espaço e nessa forma de vida.

Elas se sobrepõem em muitos trechos das dissertações porque fazem parte de um mesmo sistema de significados.

4.4 As produções acadêmicas como dispositivos de racialidade

Antes de identificar deslocamentos, fissuras e movimentos de contestação no interior da produção acadêmica, torna-se necessário compreender o próprio campo científico como um espaço atravessado por relações de poder racializadas. Como visto na seção 4.1, ao discutir a sociologia das ausências e os silêncios na produção acadêmica, evidenciou-se que determinados sujeitos, saberes e experiências são sistematicamente produzidos como inexistentes ou irrelevantes no interior do campo científico. Partindo dessa constatação, torna-se necessário avançar na compreensão dos mecanismos que sustentam tais ausências, analisando de que modo a própria produção acadêmica opera como um dispositivo que organiza hierarquias raciais, define regimes de visibilidade e condiciona as possibilidades de reconhecimento e enunciação no espaço universitário.

As teses e dissertações não se constituem apenas como produtos neutros do conhecimento, mas como práticas discursivas situadas, que participam ativamente da construção de hierarquias, legitimidades e silenciamentos. Nesse sentido, analisar a produção acadêmica implica reconhecer seu funcionamento enquanto tecnologia social que organiza saberes, autoriza determinadas vozes e marginaliza outras, operando como um dispositivo que antecede e condiciona as possibilidades de subversão epistemológica.

Assim, a partir da leitura das teses e dissertações analisadas, torna-se evidente que a produção acadêmica examinada não está apartada das dinâmicas mais amplas de poder que estruturam a sociedade brasileira, podendo ser interpretada como parte de dispositivos de racialidade (Carneiro, 2005; 2023). Como discutido no Capítulo 2, este conceito, inspirado em Michel Foucault e reelaborado por Sueli Carneiro, compreende o conjunto de leis, discursos, práticas e instituições

que, articulados, produzem e reproduzem relações raciais desiguais, conformando modos de subjetivação e regimes de verdade.

No contexto da produção acadêmica, esse dispositivo se manifesta na desqualificação sistemática de saberes oriundos dos movimentos sociais negros e quilombolas, frequentemente classificados como “não científicos” ou “não acadêmicos”. Trata-se de um movimento que não é apenas efeito colateral das disputas epistemológicas, mas expressão de uma engrenagem mais ampla de marginalização e invisibilização da produção intelectual negra. Ao estabelecer critérios de cientificidade que privilegiam epistemologias eurocentradas, a universidade reproduz hierarquias raciais no campo do conhecimento e opera como espaço que, ao mesmo tempo em que se apresenta como neutro, atua politicamente na manutenção de desigualdades. Nesse sentido,

> O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. (2023 p. 20).

Essa lógica ecoa a dimensão epistemicida do dispositivo, tal como descrita por Carneiro a partir de Boaventura de Sousa Santos (2010), na qual a razão negra é sequestrada, rebaixada ou apagada, negando-se às populações negras o estatuto de sujeitos detentores de conhecimento. No caso das produções aqui mapeadas, isso se evidencia quando vozes, narrativas e metodologias quilombolas aparecem como objetos de estudo, mas raramente como referenciais epistêmicos centrais. Mesmo quando há esforços de diálogo com saberes locais, esses saberes permanecem, em grande medida, subordinados à validação externa, reforçando o lugar da universidade como instância legitimadora.

Essa lógica se aproxima do que Achille Mbembe (2018) conceitua como necropolítica - a administração seletiva da morte, na medida em que legitima, de forma explícita ou silenciosa, a marginalização e o apagamento de populações e epistemologias negras. Ainda que o espaço acadêmico não opere de forma letal nos mesmos termos do Estado, ele constrói “mundos de morte” simbólicos, nos quais saberes quilombolas e afro-brasileiros são frequentemente destituídos de legitimidade e confinados ao estatuto de objeto de estudo, mas não de fonte teórica.

Ao privilegiar epistemologias eurocentradas como critérios de cientificidade, a produção acadêmica contribui para a manutenção da branquitude enquanto lugar de privilégio estrutural (Farias, 2019), consolidando-a como parâmetro universal a partir do qual o “outro” é definido e avaliado (Fanon, 2008). Isso se manifesta nos trabalhos mapeados quando, mesmo ao abordar comunidades quilombolas, o enquadramento teórico e metodológico se ancora majoritariamente em autores e perspectivas não negros, relegando as narrativas e categorias nativas a papéis secundários.

Essa assimetria epistêmica não é apenas reflexo de escolhas individuais de pesquisa, mas expressão de um epistemicídio (Santos, 2010; Carneiro, 2023), no qual as produções de intelectuais negros são invisibilizadas ou tratadas como não científicas. O efeito cumulativo dessa prática é a consolidação de um ponto de vista hegemônico racialmente situado - mas raramente reconhecido como tal - , o que, como aponta Schucman (2020), reforça a branquitude como norma e neutraliza a percepção de sua posição de privilégio. Nesse sentido, o campo acadêmico atua como parte da arquitetura do dispositivo, atualizando mecanismos históricos de exclusão que vão desde o mito da democracia racial até o ideal de branqueamento, este último presente na valorização simbólica de referenciais eurocêntricos como modelos de excelência.

No conjunto das produções analisadas, é possível identificar movimentos de resistência a essa lógica, especialmente em pesquisas que buscam construir diálogo efetivo com saberes quilombolas, reconhecendo-os como produtores de teoria e não apenas como “fontes” de dados. Entretanto, essas iniciativas ainda são minoritárias e, por vezes, tensionadas pelos próprios mecanismos institucionais de validação acadêmica, que operam como filtros de legitimidade.

Assim, pensar as teses e dissertações aqui mapeadas como dispositivos de racialidade não significa negar sua relevância ou os avanços que representam, mas compreender que o próprio campo acadêmico é atravessado por relações de poder racializadas. Estas relações definem quais conhecimentos ganham legitimidade, quais são confinados a posições periféricas e quais sequer entram no horizonte institucional. Reconhecer essa dimensão é fundamental para tensionar as fronteiras do que a universidade considera como “ciência” e abrir espaço para epistemologias negras e quilombolas como produtoras de saber crítico, insurgente e transformador.

4.5 Quem fala sobre quilombo, identidade e território: sujeitos, lugares e (r)existências na produção acadêmica

Por fim, este último espaço de discussão surge com o objetivo de dar nome, visibilidade e densidade analítica aos(as) autores(as) que se dedicaram a investigar as categorias de análise desta dissertação e as/ das comunidades quilombolas nos diferentes programas de pós-graduação analisados. A proposta não é apenas descritiva, mas comparativa e crítica, tornando-se evidente pensar *"o que essas escolhas revelam sobre como a pós-graduação pensa (ou não pensa) quilombo, identidade e território?"* e que, apesar da escassez relativa de produções sobre a temática no interior da universidade, existe ainda um conjunto significativo de pesquisadores e pesquisadoras que subverteram as lógicas institucionais de marginalização, tensionando os limites do que historicamente foi considerado objeto legítimo de investigação científica.

Diante do percurso analítico desenvolvido até aqui, torna-se inevitável indagar quais são os achados produzidos pelas pesquisas que se colocam em tensão com as normas acadêmicas hegemônicas. O que esses trabalhos revelam, de que maneira o fazem e a partir de quais escolhas metodológicas e condições epistêmicas esses conhecimentos são produzidos? Em que medida tais elementos aparecem explicitados nas próprias pesquisas ou, ao contrário, permanecem atenuados, silenciados ou mesmo tensionados pelos padrões academicistas de matriz colonial que ainda estruturam a produção do conhecimento?

Para enfrentar essas questões, realizou-se uma análise integrada das metodologias e das considerações finais dos 13 trabalhos selecionados, tomando como eixos analíticos centrais: os métodos qualitativos mobilizados; a presença ou ausência de escuta direta das comunidades; se a não incorporação dessas vozes decorreu de uma escolha metodológica consciente, de limitações estruturais ou de imposições externas; o lugar atribuído à voz quilombola, compreendida como fonte, objeto ou sujeito epistêmico; bem como as convergências e distinções entre os diferentes programas de pós-graduação. Embora o corpus seja composto por 13 trabalhos, observa-se que apenas 11 adotam metodologias qualitativas como eixo estruturante da pesquisa, conforme apresentado na tabela 6 a seguir;

Tabela 7 - Classificação Metodológica Dominante dos 13 Trabalhos Analisados

Autor (a), Ano	PPG	Categoria metodológica dominante	Observação analítica
Ana Luiza Fernandes de Oliveira Dias (2007)	Economia Doméstica	Abordagem quali-quantitativa	Qualitativo como técnica, não como eixo epistemológico
Laudiceio Viana Matos (2008)	Solos e Nutrição de Plantas	Metodologia híbrida (etnopedologia)	Vozes presentes de forma parcial (perspectivas êmica e ética)
Ícaro Trindade Carvalho (2009)	Extensão Rural	Etnografia / observação participante	Pesquisa construída com as vozes
Maria Cristina Cupertino (2012)	Extensão Rural	Etnografia / observação participante	Escuta direta da juventude quilombola
Fernanda Ayaviri Matuk (2012)	Solos e Nutrição de Plantas	Metodologia híbrida participativa	Saber local estrutura a análise territorial
Isabela Leão Ponce Pasini (2014)	Extensão Rural	História oral / metodologias participativas	Vozes como sujeito epistêmico
Pedro de Aguiar Marques (2016)	Extensão Rural	Metodologias participativas / pesquisa participante	Participação observante, práxis política
Amanda Cristina Santiago Silva Ciro (2019)	Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania	História oral / narrativas de vida	Pesquisa experiencial e coautoria simbólica
Isa Rafaela Alves (2020)	Extensão Rural	Análise espacial quantitativa	Inflexão metodológica imposta pela pandemia
Gleice Tamires Gomes de Brito (2021)	Geografia	Etnografia / observação participante	Centralidade da memória e do cotidiano
Frederico Magalhães Siman (2022)	Extensão Rural	Metodologias participativas / pesquisa participante	Pesquisa militante e não neutra

Emília Dias Quintão Maia (2022)	Educação em Ciências e Matemática	Pesquisa participante em educação	Saberes populares como eixo pedagógico
Edilene de Cássia Jerônimo (2023)	Educação	Metodologia narrativa-cartográfica	Escrevivência e produção de conhecimento com as vozes

Observação: A explicitação dos nomes completos dos(as) autores(as) reforça o compromisso desta análise em dar visibilidade às trajetórias intelectuais que constroem, tensionam e transformam os modos de pesquisar comunidades quilombolas no âmbito da pós-graduação.

Os trabalhos de Ana Luiza Fernandes de Oliveira Dias (2007) e Isa Rafaela Alves (2020) foram mantidos na análise geral por sua relevância temática, mas não integraram a categorização metodológica apresentada no quadro acima, por se apoiarem, respectivamente, em uma abordagem quali-quantitativa com categorias pré-definidas e em uma análise espacial de predominância quantitativa, marcada por limitações estruturais impostas pela pandemia.

Seguimos com a análise, e vemos que, de modo geral, observa-se a hegemonia de abordagens qualitativas entre os trabalhos analisados, ainda que com diferentes graus de radicalidade epistemológica. Nos programas de Extensão Rural, Patrimônio Cultural, Geografia e Educação, o qualitativo aparece como eixo estruturante, frequentemente articulado:

Tabela 8 - Predominância dos Métodos Qualitativos nos Programas Analisados

Categoria metodológica dominante	**Autores**	**Nº de trabalhos**
Etnografia / observação participante	Carvalho (2009); Cupertino (2012); Marques (2016); Brito (2021); Siman (2022)	5
História oral / narrativas de vida	Pasini (2014); Ciro (2019); Jerônimo (2023)	3
Metodologias participativas	Pasini (2014); Marques (2016); Siman (2022)	3

Total: 11 trabalhos analisados.

Fonte: organizado a partir da análise metodológica de cada autor (a).

Nos programas das Ciências Agrárias, especialmente em Solos e Nutrição de Plantas, observa-se maior presença de metodologias mistas, combinando técnicas qualitativas e quantitativas. Contudo, essa combinação não implica, necessariamente, menor sensibilidade às vozes locais. Trabalhos como Matos (2008) e Matuk (2012) demonstram que, mesmo em campos técnicos, é possível construir arranjos metodológicos híbridos que valorizem o saber quilombola como sistema explicativo legítimo. Já em Alves (2020), a inflexão metodológica em direção às geotecnologias revela como condições externas (aqui no caso, a pandemia de

COVID-19), podem provocar o esvaziamento da escuta direta, ainda que isso seja reconhecido criticamente pela autora.

Analisando ainda, pudemos notar que na maioria dos trabalhos, há escuta direta das comunidades, sobretudo por meio de entrevistas, observação participante, rodas de conversa, oficinas e convivência prolongada. Nesses casos, a presença das vozes não é apenas instrumental, mas estruturante da análise (Carvalho, 2009; Cupertino, 2012; Pasini, 2014; Marques, 2016; Ciro, 2019; Siman, 2022; Jerônimo, 2023). Entretanto, em alguns trabalhos, a escuta aparece de forma parcial ou descontínua. Matos (2008) explicita uma divisão metodológica clara: enquanto as etapas participativas incorporam fortemente as vozes quilombolas, a fase de levantamento pedológico convencional exclui a participação comunitária, evidenciando um retorno à autoridade técnica da ciência. Esse movimento não é ocultado, mas reconhecido como um limite, que para Alves (2020), a ausência da escuta direta não decorre de uma opção epistemológica, mas de uma imposição ética e sanitária, sendo tematizada reflexivamente como um descaminho metodológico forçado. É possível pensar que, através desses casos, a ausência das vozes não pode ser analisada de forma homogênea: ora resulta de escolhas disciplinares, ora de condições estruturais, ora de contingências históricas.

Nos trabalhos mais descritivos ou técnicos, as comunidades tendem a aparecer como fontes de informação, acionadas para validar hipóteses previamente construídas (Dias, 2007; partes de Matos, 2008). Em um segundo grupo, as comunidades são tratadas como objeto analítico, com reconhecimento de suas narrativas, mas ainda mediadas fortemente pelo olhar do pesquisador (Cupertino, 2012; Brito, 2021). Por fim, há pesquisas em que os sujeitos quilombolas emergem claramente como sujeitos epistêmicos, produtores de conhecimento, capazes de tensionar categorias analíticas, redefinir métodos e produzir teoria a partir de suas experiências (Pasini, 2014; Marques, 2016; Ciro, 2019; Siman, 2022; Jerônimo, 2023). Nesses trabalhos, observa-se a recusa da neutralidade científica e a assunção do conhecimento como práxis política.

Esses trabalhos demonstram que a pesquisa científica pode também operar como um instrumento de ruptura com o pacto da branquitude (Bento, 2022)[19], ao

[19] Maria Aparecida da Silva Bento é uma mulher negra, mãe, doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e fundadora e conselheira do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). Autora da primeira tese brasileira dedicada ao

desafiar silenciamentos, hierarquias epistemológicas e regimes de visibilidade que estruturam a produção do conhecimento acadêmico. Ainda que essa discussão tenha sido anteriormente mobilizada ao longo da dissertação, o olhar analítico não havia sido direcionado de forma explícita para quem são esses sujeitos, de onde falam e a partir de quais lugares institucionais e epistemológicos eles (r)existem.

Abrir esse debate significa afirmar, de forma direta, que a universidade produz saberes atravessados por raça, classe e território; e que, portanto, a escassez ou a concentração de determinados perfis na produção científica revela estruturas institucionais, e não somente escolhas individuais isoladas dos próprios pesquisadores. Mais do que isso, trata-se de dar nome àqueles e àquelas que atravessaram essa vasta rede de exclusões e se constituíram como sujeitos que conhecem desde dentro - verdadeiros outsiders within (Collins, 2019) - produzindo fissuras no interior da própria instituição.

A comparação entre os programas revela tendências importantes vistas, como por exemplo a Extensão Rural, que se destaca como o campo em que mais se consolidam metodologias participativas, críticas e decoloniais, com crescente radicalização epistemológica ao longo do tempo (Carvalho, 2009; Siman, 2022). Em Solos e Nutrição de Plantas, embora o campo seja historicamente técnico, observa-se a emergência de trabalhos que tensionam a hierarquia entre saber científico e saber local (Matos, 2008; Matuk, 2012), ainda que com limites muito nítidos e pré-estabelecidos pelo próprio lugar do campo de pesquisa da área. No entanto, no campo de trabalho dos programas de Educação, Patrimônio e Geografia, a centralidade das narrativas, da memória e da identidade favorece a construção de pesquisas fortemente ancoradas nas vozes, especialmente de mulheres quilombolas (Ciro, 2019; Jerônimo, 2023). Esses achados indicam que, embora o programa influencie o desenho metodológico, não o determina de forma absoluta. As escolhas dos(as) pesquisadores(as), seus posicionamentos políticos e seus referenciais teóricos são decisivos.

A análise dos sujeitos que falam sobre quilombo, identidade e território na produção acadêmica evidencia que as escolhas metodológicas não são neutras, mas profundamente atravessadas por disputas epistêmicas e institucionais. Ao considerar quem produz conhecimento, a partir de quais lugares e sob quais

---

estudo da branquitude, tornou-se uma referência incontornável nos estudos críticos sobre a branquitude no Brasil.

condições, torna-se inevitável tensionar o próprio papel da universidade na legitimação - ou negação - das vozes quilombolas. Nesse sentido, não se trata apenas de ampliar o acesso ao ensino superior, mas de interrogar os regimes de saber que organizam o espaço acadêmico.

Como aponta Vianna (2025, p.34),

> “Isso nos leva a demarcar a importância não apenas de oportunizar o acesso à educação, mas de reconhecer e de valorizar a diversidade de saberes apresentada nas experiências que esses(as) estudantes trazem consigo para enriquecer o âmbito acadêmico. Ademais, o respeito às especificidades dos(as) estudantes indígenas e quilombolas no âmbito acadêmico é fundamental para a sua permanência e diplomação.”

Embora a autora dialogue com o campo educacional, essa reflexão permite ampliar o olhar para a produção científica sobre povos quilombolas, ao evidenciar que o conhecimento acadêmico historicamente operou pela desvalorização de saberes que não se enquadram nos cânones eurocentrados. Assim, as pesquisas analisadas neste subcapítulo revelam que a forma como os quilombos são investigados está diretamente vinculada às maneiras pelas quais esses sujeitos são concebidos no campo científico. Como afirma Arroyo (2014, p.61),

> “as formas de pensar os indígenas, negros, quilombolas e ribeirinhos (...) se articulam com as relações sociais, de produção, de trabalho, com o padrão de poder, dominação/subordinação a que esses coletivos foram subordinados”.

Essa articulação ajuda a compreender por que, em parte das produções acadêmicas, as comunidades quilombolas ainda aparecem como objetos de estudo ou fontes de informação, e não como sujeitos epistêmicos. Ao ingressarem no campo científico, seus saberes são frequentemente confrontados com códigos institucionais que definem o que é considerado conhecimento legítimo.

No âmbito da produção científica, essa lógica se traduz na exigência de adequação dos saberes quilombolas às linguagens, métodos e categorias acadêmicas hegemônicas. Tal processo não é neutro e incide diretamente sobre os corpos, as experiências e as formas de enunciação desses sujeitos. Como aponta Grada Kilomba (2019, p.56), “no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’”.

Esta construção simbólica incide diretamente sobre a produção do conhecimento, uma vez que os saberes oriundos das experiências quilombolas são, com frequência, classificados como periféricos, pouco sistematizados ou excessivamente situados. A centralidade histórica do saber eurocêntrico nos

espaços acadêmicos não apenas estruturou os critérios de validação científica, como continua a orientar os modos pelos quais temas, métodos e sujeitos são hierarquizados no campo da pesquisa. Nesse cenário, persistem dificuldades institucionais para reconhecer epistemologias que escapam aos referenciais hegemônicos, o que se expressa na forma como pesquisas sobre quilombos são concebidas, delimitadas e legitimadas no interior da universidade.

Essa hierarquização epistemológica foi analisada por Fanon (2008, p. 30), ao afirmar que “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial”. No campo científico, esse desvio se manifesta na negação da legitimidade dos saberes quilombolas e na imposição de categorias analíticas que frequentemente desconsideram as experiências históricas, territoriais e culturais desses sujeitos. Tal processo está intrinsecamente ligado às formas institucionais de reprodução da branquitude, conforme analisa Bento (2022, p. 18):

> ”As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouca a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios”.

É nesse contexto que os trabalhos analisados neste subcapítulo assumem centralidade analítica. Ao deslocarem o lugar das comunidades quilombolas de objeto para sujeito epistêmico, essas pesquisas tensionam os regimes de saber instituídos e demonstram que a produção científica pode operar como espaço de ruptura com o pacto da branquitude (Bento, 2022). Mais do que falar sobre quilombos, esses trabalhos produzem conhecimento com as comunidades, desafiando hierarquias epistemológicas e ampliando os limites do que historicamente foi reconhecido como ciência.

A universidade, enquanto instituição social, não é um espaço neutro de produção do conhecimento, mas um território simbólico e material atravessado por disputas epistemológicas, políticas e raciais. No caso da UFV, sua origem vinculada à modernização agrícola e à formação técnico-científica orientada pelo desenvolvimento produtivista conformou, historicamente, prioridades científicas, áreas de prestígio e regimes de legitimidade do saber, ao mesmo tempo em que marginalizou temas, sujeitos e epistemologias dissidentes.

A produção acadêmica sobre quilombos emerge, portanto, em um espaço institucional que, por décadas, invisibilizou populações negras, quilombolas e indígenas em seus objetos de pesquisa. A existência dessas dissertações e teses não pode ser compreendida como fruto exclusivo de interesses individuais, mas como resultado de brechas institucionais, disputas internas e movimentos de resistência intelectual que se produzem no interior da própria universidade. Mais do que mapear programas, interessa-nos observar como certos sujeitos ocupam esses espaços de forma dissidente, tensionando normas acadêmicas e ampliando os limites do conhecimento legitimado. A desigual distribuição temática entre os campos do acaba por nos revelar que o acesso à questão quilombola não é homogêneo: enquanto algumas tradições disciplinares se mostram mais permeáveis às discussões sobre raça, território e identidade, outras permanecem marcadas por silêncios persistentes, evidenciando resistências epistemológicas e institucionais.

Essas diferenças refletem trajetórias acadêmicas, formações disciplinares e compromissos teórico-políticos distintos, revelando como determinadas tradições científicas tendem a reproduzir assimetrias entre pesquisador e pesquisado. Ainda que haja, em alguns casos, uma intenção crítica declarada, a centralidade da voz quilombola nem sempre se efetiva, permanecendo mediada por dispositivos técnicos, jurídicos ou institucionais. É nesse tensionamento que se evidenciam, simultaneamente, os limites e as possibilidades da produção científica como espaço de reprodução e de ruptura das estruturas de poder.

5. CONCLUSÕES

Esta dissertação partiu da inquietação sobre como os conceitos de quilombo, identidade e território vêm sendo apropriados e mobilizados na produção acadêmica da Universidade Federal de Viçosa, instituição historicamente vinculada a um projeto de modernização agrícola, produtivista e, em muitos momentos, atravessado por lógicas higienistas e racializadas. Ao analisar as teses e dissertações produzidas no âmbito da pós-graduação, foi possível evidenciar que o campo acadêmico não é neutro, mas um território de disputas simbólicas, epistêmicas e políticas.

O percurso investigativo, ancorado na Análise Temática, permitiu acessar um campo ainda pouco sistematizado: a produção acadêmica sobre comunidades quilombolas no interior da Universidade Federal de Viçosa. Ao longo da análise, tornou-se evidente que as categorias quilombo, identidade e território estão profundamente imbricadas pois constituem, juntas, os pilares que estruturam as experiências, as narrativas e as resistências das comunidades analisadas.

Diante da análise empreendida, fica evidente que a produção acadêmica da Universidade Federal de Viçosa, ainda que heterogênea em abordagens, revela um movimento crescente de aproximação com as temáticas quilombolas, especialmente no que diz respeito às categorias identidade, quilombo e território. A emergência de subcategorias como memória, religiosidade, ancestralidade e resistência aponta para a densidade simbólica e política dessas produções, evidenciando que tais categorias não se esgotam em si mesmas, mas se expandem em múltiplas direções.

Mais do que identificar a presença dessas categorias, o percurso analítico permitiu compreender como elas são acionadas, disputadas e ressignificadas nos espaços acadêmicos. Tal processo evidencia tanto os avanços quanto os desafios ainda postos para uma universidade verdadeiramente comprometida com os saberes e os direitos das comunidades quilombolas. Ao entrelaçar teoria e vivência, história e atualidade, técnica e política, os trabalhos analisados revelam que as fronteiras entre conhecimento científico e conhecimento ancestral estão em permanente negociação.

Se viu que, a articulação entre essas categorias não é apenas conceitual, mas existencial. Como evidenciado nos próprios trechos analisados, pertencer ao quilombo é também estar vinculado a um território de memórias, afetos e lutas, de

onde se extrai a força da identidade coletiva. Assim, ao invés de operar com categorias estanques, a pesquisa optou por compreendê-las como plataformas analíticas entrelaçadas, atravessadas por disputas simbólicas, políticas e epistemológicas.

Ademais, ainda que os Programas de Pós-Graduação analisados não tenham sido escolhidos de forma intencional, e sim a partir da identificação de trabalhos pertinentes ao tema, a diversidade das áreas revela a transversalidade das questões quilombolas e a necessidade de uma abordagem mais comprometida com a escuta das vozes subalternizadas, revelando também abordagens críticas e politicamente implicadas com os sujeitos quilombolas, enquanto outras ainda reproduzem uma lógica de apagamento e instrumentalização desses povos. A própria ausência de sujeitos quilombolas em determinadas análises, bem como a apropriação de técnica de temas profundamente simbólicos e históricos, indicam a urgência de uma virada epistemológica no campo acadêmico. É preciso compreender que quilombo não é objeto, mas sujeito de conhecimento. Que identidade não é essência, mas processo. Que território não é solo, mas chão de vida e memória.

Em última instância, espera-se que esta pesquisa contribua para tensionar os modos como o conhecimento é produzido, validado e disseminado nas universidades brasileiras. Que sirva como base para novas investigações, mas também como provocação: para que os quilombos estejam no centro das análises não apenas como tema, mas como horizonte de existência, resistência e produção de sentidos. Encerramos este capítulo com a convicção de que os resultados aqui sistematizados não representam um ponto final, mas sim um convite à continuidade da reflexão. O que está em jogo não é apenas a forma como a academia fala sobre os quilombos, mas como ela se deixa afetar por suas presenças e suas epistemologias.

Nesse sentido, é necessário repensar o próprio lugar da universidade enquanto produtora de sentidos, para que ela seja, cada vez mais, um território de escuta, reconhecimento e transformação. Os resultados da pesquisa demonstram que, embora a temática quilombola esteja presente na produção científica da UFV, ela ainda é marcada por assimetrias importantes. Predominam abordagens que tratam as comunidades quilombolas como objetos de investigação, frequentemente descoladas de suas dimensões políticas, históricas e territoriais mais amplas. A identidade, quando mobilizada, aparece muitas vezes esvaziada de seu caráter

conflitivo e revolucionário, sendo substituída por leituras culturalistas ou pela noção de pertencimento, que, embora relevante, tende a suavizar os conflitos e as disputas estruturais que atravessam a constituição dos quilombos.

Ao mesmo tempo, a análise evidenciou fissuras nesse modelo hegemônico. Alguns trabalhos tensionam essas leituras ao incorporar metodologias qualitativas mais comprometidas com a escuta das comunidades, com a valorização da memória, da ancestralidade e das territorialidades quilombolas. Nesses casos, a universidade deixa de ser apenas um espaço de reprodução de saberes coloniais e passa a se constituir como um território em disputa, no qual emergem outras epistemologias e formas de produzir conhecimento.

Nesse sentido, a sociologia das ausências mostrou-se fundamental para compreender não apenas o que está presente na produção acadêmica, mas, sobretudo, aquilo que permanece silenciado: a centralidade da voz quilombola como sujeito epistêmico, a historicidade das lutas territoriais e a crítica mais contundente às estruturas que produzem desigualdade racial no campo científico. Esses silêncios não são aleatórios, mas revelam os limites institucionais e epistêmicos ainda impostos à produção do conhecimento sobre comunidades tradicionais.

Por fim, esperamos que esta pesquise reafirme a necessidade de repensar o papel da universidade pública na produção de saberes socialmente comprometidos. Reconhecer os quilombos não apenas como objeto de estudo, mas como espaços de produção de conhecimento, implica deslocar hierarquias, tensionar cânones e ampliar as fronteiras do que é considerado científico. Ao evidenciar permanências e rupturas na produção acadêmica da UFV, esta dissertação contribui para o fortalecimento de uma reflexão crítica sobre o campo científico e para a afirmação de epistemologias negras e quilombolas como fundamentais à construção de uma ciência mais plural, justa e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). Manifestação sobre o Processo nº 1035763-30.2021.4.01.3400: Ação Anulatória da Certificação Administrativa de Remanescentes de Comunidade Quilombolas emitida pela Fundação Cultural Palmares à Comunidade Conceição de Salinas (BA). 2021.

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. **Fronteiras múltiplas, identidades plurais:** um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural. 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. **Frechal-terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista.** São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo:** uma aproximação. 2013.

AMARAL JUNIOR, José Carlos do; ALVES, Ana Elizabeth Santos. Elementos para a construção de uma gênese do ensino de economia doméstica: “a tratise on domestic economy” de Catherine Beecher . **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021019, 2021. DOI: 10.20396/rho.v21i00.8658830. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8658830. Acesso em: 12 nov. 2024.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Editora Vozes Limitada, 2014.

ARRUTI, José Maurício. Territórios Negros”. KOINONIA. Territórios Negros-Egbé: Relatório Territórios Negros. Rio de Janeiro: Koinonia, v. 47, 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977/2011.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

BONNEMAISON, J. **“Viagem em torno do território”**. In: Rosendahl, Z. e Corrêa, R.L.(orgs). Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BRACALI, Giovana Duarte. Viçosa e sua origem: Uma perspectiva histórica sobre a formação da" nossa cidade". **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 24, 2024.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. **Identidade étnica e poder:** os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Revista Katálysis, v. 13, p. 133-139, 2010.

CARRARA, A. A. Estruturas agrárias e capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). **Série Estudos**, Mariana, MG, n. 2, 1999.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade escultura. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. 2003.

CASTRO, Susana. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. Revista Fundamentos, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2020.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A Metodologia científica. São Paulo, SP: Prentice Hall, 2002

CHELOTTI, M. C.. **Reterritorialização e identidade territorial.** Sociedade & Natureza, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010.

CHRISTÓVÃO, Sílvia Regina Teixeira. **Festa, música e memória na Comunidade Quilombola de São Roque (SC) e os vetores de uma identidade étnica como demarcação de território e pertencimento.** 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo editorial, 2019.

COLLINS, P. H.. Aprendendo com a outsider within. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan. 2016.

CONCEIÇÃO, Katyanne V. et al. **Government policies endanger the indigenous peoples of the Brazilian Amazon.** Land use policy, v. 108, p. 105663, 2021.

Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. https://www.planalto.gov.br/cci-vil_03/constituicao/constituicao.htm

da Costa, B. R. (2021). A escola multisseriada como serventia para a comunidade escolar Quilombola. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/489786917.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024, 23:51:06

da Silva Ribeiro, E., da Silva Souza, E., & Azerêdo, R. F. (2022). Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará. *NAU Social*, *13*(24), 923-936. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38838. Acesso em: 15 jun. 2024, 08:17:43.

da Silva[1], J. J., & Gonçalves, C. U. (2020). **Para além de partir ou permanecer: a migração quilombola em busca do trabalho acessório como estratégia de R-existência no território.** *Revista de Geografia (Recife)*, *37*(1). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/248546. Acesso em: 18 jun. 2024.

DA SILVA, Simone Rezende. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra.** Conflito, Territorialidade e Desenvolvimento: Algumas Reflexões Sobre o Campo Amapaense, p. 13, 1998.

DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos e as novas etnias.** UEA Edições, 2011.

Decreto 4887. 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das **Disposições Constitucionais Transitórias.** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

DE ARAÚJO, Eduardo F.; DA SILVA, Givânia Maria. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil.** Confluências, v. 21, n. 2, p. 196-208, 2019.

DE FREITAS MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato. PANORAMA GEOHISTÓRICO DOS QUILOMBOS NO BRASIL: NOTAS PARA (RE) PENSAR A FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), v. 12, n. Ed. Especi, p. 361-388, 2020.

DE GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro.** Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 1995.

DE VALENTIM, Renata Patricia Forain; TRINDADE, Zeidi Araújo. Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 295-308, 2011.

DE MATOS, Wesley Santos; EUGENIO, Benedito Gonçalves. Comunidades quilombolas: elementos conceituais para sua compreensão. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 2, p. 141-153, 2018.

de Oliveira, O. M. (2022). Quilombos: território, memória e reexistência. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/33RBA/files/1661496101_ARQUIVO_40e9af3234da739c43f75c9ce0cfcbb5.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024, 19:38:19.

DUQUE, Adauto Neto Fonseca; VIEIRA, Maria Alveni Barros; SOUZA, R. N. R. **História e memória em quilombos do semiárido piauiense**: patrimônio e identidade cultural. SANTOS, C. O semiárido brasileiro e suas especificidades. Atena Editora, p. 195-220, 2019. Disponível em:

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conadis/2018/TRABALHO_EV116_MD1_SA14_ID627_26082018225128.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024, 13:02:55.

DRUMMOND, D.; COSTA, P. R. N.; GONGALVES, J. Análise Qualitativa Temática. In: SAMPAIO, R. C.; PAULA, C. DE (Eds.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciência Política.** Brasília: ENAP, 2024.

EUGENIO, Benedito Gonçalves; DE LIMA, Karla Dias. **A construção da identidade na Comunidade remanescente quilombola do Tucum-Ba**. Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v. 8, n. 13, p. 203-222, 2014.

FARIAS, E. Pesquisadora explica conceito de branquitude como privilégio estrutural. *Agência Fiocruz*, Rio de Janeiro, 12 dez. 2019. Disponível em:https://agencia.fiocruz.br/pesquisadora-explica-conceito-de-branquitude-como-privilegio-estrutural . Acesso em: 18 jul. 2025.

FERNANDES, Saulo Luders, GALINDO, Dolores Cristina Gomes ; VALENCIA, Liliana Parra. IDENTIDADE QUILOMBOLA: ATUAÇÕES NO COTIDIANO DE MULHERES QUILOMBOLAS NO AGRESTE DE ALAGOAS. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. e45031, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v25i0.4503.

Ferreira, P. F., Alves, R. J. M., Rosário, A. S., & Pontes, A. N. (2020). Subsistência e agricultura familiar na comunidade quilombola África, Abaetetuba, Pará-Brasil. *Ciências ambientais: política, sociedade e economia da Amazônia*, *1*, 86-97. Disponível em: https://paginas.uepa.br/eduepa/wp-content/uploads/2020/12/amb_pol-soc-ec.pdf#page=86. Acesso em: 16 jun. 2024, 09:22:10.

Ferreira, D. L., de Carvalho, C. D. M. B., Brussio, J. C., & da Silva, V. C. R. F. (2020). Memória e identidade no Quilombo Saco das Almas: luta, resistência e direitos quilombolas. *Contemporânea*, *10*(2), 685-704. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Josenildo-Brussio/publication/348800586_Memoria_e_identidade_no_quilombo_Saco_das_Almas_luta_resistencia_e_direitos_quilombolas/links/60cfe32592851ca3acb79d37/Memoria-e-identidade-no-quilombo-Saco-das-Almas-luta-resistencia-e-direitos-quilombolas.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024, 15:48:39.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Trad. Renato da Silveira. Salvador:
EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, André Videira de. O caminho quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico. Editora Appris, 2011.

FERREIRA, Daciléia Lima et al. **Memória e identidade no Quilombo Saco das Almas:** luta, resistência e direitos quilombolas. Contemporânea, v. 10, n. 2, p. 685-704, 2020.

FERREIRA, Priscila Fonseca et al. **Subsistência e agricultura familiar na Comunidade Quilombola África**, Abaetetuba, Pará-Brasil. Ciências ambientais: política, sociedade e economia da Amazônia, v. 1, p. 86-97, 2020.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e presentação.** Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GEERTZ, Clifford. **Estar lá, escrever aqui.** Diálogo, 22 (3), p.58-63, 1989.

_____. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Editora Atlas SA, 2002.

GOTTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território.** Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-64.

GUEDES, Terezinha Aparecida et al. **Estatística descritiva**. Projeto de ensino aprender fazendo estatística, p. 1-49, 2005.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro: Minas Gerais-século XVIII. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 18, n. Especial, p. 7-43, 1988.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com" raça" em sociologia.** Educação e pesquisa, v. 29, n. 01, p. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.

GUSMÃO, Neuza M. **Os direitos dos remanescentes de quilombos**. Cultura Vozes, n. 6, p. 3-12, 1995.

GROSSI, Patrícia Krieger et al. MULHERES QUILOMBOLAS: racismo institucional, identidade e resistencias. **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, Brasil.**, 2019. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/20026. Acesso em: 17 jun. 2024, 10:14:22.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização.** Geo UERJ, [S. l.], n. 5, p. 7, 2020. DOI: 10.12957/geouerj.1999.49049. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49049. Acesso em: 10 set. 2024.

HAESBAERT, Rogério. **Território, poesia e identidade.** Espaço e cultura, n. 3, p. 20-32, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** TupyKurumin, 2006.

HARZING, A. W. (2007), “Publish or Perish”, disponível em: http://www.harzing.com/pop.htm. Acesso em: 27 jul.de 2024.

IBGE. **Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios.** Agência de Notícias IBGE, Rio de Janeiro, 27 jul. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios. Acesso em: 26 ago. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo quotidiano.** Orfeu negro, 2019.

LADEIRA, Priscila Daniele. Histórias cruzadas: tramas de vida de estudantes negras graduandas da Universidade Federal de Viçosa. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. Atlas. **São Paulo-SP**, 2003

LARREA, W. H. G.; VIANA, F. D. F.; BRAGA, F. L. P. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL: UM ESTUDO À LUZ DA ÁNÁLISE LEXICAL NO PERÍODO DE 2000 A 2020. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 100-121, 2021. DOI: 10.48075/gdemrevista.v7i1.27397. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/27397. Acesso em: 23 jun. 2025.

LIMA, Karla Dias. Reflexões Sobre **A Liderança Feminina Na Comunidade Remanescente Quilombola Do Tucum/BA.** Caderno espaço Feminino, Uberlândia, v. 27, n. 1, 2014.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Departamento de Antropologia**, Universidade de Brasília, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?. **Horizontes antropológicos**, v. 5, p. 123-149, 1999

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade quilombola e território**. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, v. 21, p. 399-421, 2009.

Marques, Carlos Eduardo. “De Quilombos a Quilombolas: Notas Sobre Um Processo Histórico-Etnográfico.” **Revista de Antropologia 52**, no. 1 (2009): 339-74. http://www.jstor.org/stable/41616463.

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lílian. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos limites e potencialidades: limits and potentialities. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 28, p. 137-153, 2013.

MARQUES, Lusinaide Cordeiro de Sales Lima et al. **Identidade Quilombola:** Trajetória de um Conceito. RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 5, n. 2, 2019.

MARCELO GOMES FERREIRA, Francisco. Serrote do gado brabo: identidade, territorialidade e migrações em uma comunidade remanescente de Quilombos. 2008. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, Jamilli; GARVEY, Brian. Expansão do dendê e os quilombolas do Alto Acará, Pará. **Amazônia em fluxo: Tensões, território e trabalho**, p. 33-44, 2021. Disponível em: https://pureportal.strath.ac.uk/files/132359456/Book_Portuguese_version_Amazonia_em_Fluxo.pdf#page=34. Acesso em: 17 jun. 2024, 17:33:08.

MELO, R. S. A formação, resistência e identidade da comunidade *quilombola* dos Candendês. Afro-Ásia, Salvador, n. 59, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/25694. Acesso em: 18 jun. 2024, 08:06:45.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde.** 2 a edição. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2010.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
MORAES, Oriel Rodrigues de; PERALTA, Rosa. Comunidades quilombolas acumulam conquistas, mas não é tempo de baixar a guarda. **Revista Insurgência**, Brasília, ano 4, v. 4, n.2, 2018.

MORAES, Oriel Rodrigues de; SILVA, Liana Amin Lima da. Racismo ambiental, colonialismos e necropolítica: direitos territoriais quilombolas subjugados no Brasil.In: LIMA, Fonseca Emanuel et al. **Ensaios sobre racismos.** Pensamento de fronteira. São José do Rio Preto: Balão Editorial, p. 33-49, 2019.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos avançados**, v. 18, p. 51-66, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista usp**, n. 28, p. 56-63, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombolas e movimentos.** 1. ed. Organização Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Nazario, G. A., & Silva, G. (2021). **O Papel de Intelectuais Quilombolas na Construção de Ferramentas de Combate ao Racismo Epistemológico.** Women's Studies Quarterly, 49, 82-99. https://www.jstor.org/stable/27083252

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terra de quilombo. **Rio de Janeiro: ABA**, 1995.

OVIEDO, Antonio; LIMA, William P.; DAS CHAGAS SOUSA, Francisco. **As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil.** Nota Técnica, 13 p. Brasília: Instituto Socioambiental, 2024. Documento n. 03D00267.

PAOLIELLO, Renata Medeiros. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. **Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena os estudos rurais e os estudos urbanos**.(Orgs.) NIEMEYER, A. M, 1998.

PEIRANO, Mariza G. S. O antropólogo como cidadão. In: PEIRANO, Mariza G. S. **Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 85-160.

Pires, C. L. Z. (2022). **QUILOMBOS URBANOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: TERRITÓRIOS EM DISPUTA-EM PORTO ALEGRE/RS**. *Diálogos e Diversidade*, *2*, e14197-e14197. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/rdd/article/view/14197. Acesso em: 18 jun. 2024.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** Estudos históricos, n. 10, Teoria e História. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

QUIJANO, Aníbal. **COLONIALIDADE, PODER, GLOBALIZAÇÃO E DEMOCRACIA.** Revista Novos Rumos, [S. l.], n. 37, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192.. Acesso em: 12 set. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais**-Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

VIANNA, Geralda Aparecida dos Santos. Do sonho ao pertencimento: a realidade da permanência de estudantes indígenas e quilombolas atendidos/as pelo Programa Bolsa Permanência da Universidade Federal de Viçosa-campus/UFV. 2025. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2025.

VILLAR, Diego. **Uma abordagem crítica do conceito de" etnicidade" na obra de Fredrik Barth. Mana,** v. 10, p. 165-192, 2004.

PINHEIRO, Camila Fernandes. A Economia Doméstica como Forma de Controle Sobre a Mulher do Campo: Extensão Rural e Trabalho Feminino no Brasil (1948-1974). **Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis**, 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder** (São Paulo: Ática). Trad. Maria Cecília França, 1993.

ROMAGNOSE FORTUNATO DE FREITAS MONTEIRO, G. PANORAMA GEOHISTÓRICO DOS QUILOMBOS NO BRASIL: NOTAS PARA (RE)PENSAR A FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 361-388, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/869. Acesso em: 09 set. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

SABINO, Samira Rosa et al. TERRA, TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA: A LUTA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CONTEXTO AGRÁRIO, SOB UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA DA CIDADE DE VIÇOSA, MINAS GERAIS. **Revista OWL (OWL Journal)-REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, v. 3, n. 5, p. 1-25, 2025.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos, modos e significados.**Brasília: 2015

SAMPAIO, R.; MANCINI, M.. **Estudos de revisão sistemática:** um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan. 2007

SANTOS. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. DE . A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 129-136, jan. 2002.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação: Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 9, n. 9, p. 125-133, 2000.

SIQUEIRA, Carlos Alves. *Tensões na sala de visitas: pacto da branquitude nos diários de Carolina Maria de Jesus.* 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências

Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39492.

SILVA, Felipe Antonio. Ferreira da; LAGE, Allene Carvalho. Possibilidades conceituais da Sociologia das Ausências em contextos de identidades subalternas. **Áskesis**, São Carlos - SP, v. 8, n.2, p. 214 - 235, jul./dez. 2019

SIMONINI, Eduardo. O BATUQUE E A INVENÇÃO DE COTIDIANOS DISCENTES. 2013.

SILVA, Givânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. **Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia.** 2021. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1247280 . Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Dimas Salustiano da. Constituição e diferença étnica: o problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos no Brasil. **ABA. Terra de quilombos.** Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Antonio Marcos; SOUZAS, Raquel. **Pertencimento ético e a formação da identidade do homem quilombola:** Diante da paternidade na comunidade de Barra do Brumado Rio de Contas Bahia. Caderno Sisterhood, v. 3, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/sisterhood/article/view/31385 . Acesso em: 18 jun. 2024.

SOBREIRA, Dayane; OLIVEIRA, Júlio; SILVA, Rafael. HISTÓRIA SOCIAL DA PROPRIEDADE NA PERSPECTIVA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA. **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH-UFBA) Coordenação:(71) 3283-7574 poshisto@ ufba. br Secretaria:(71) 3283-6432 Site: https://www. ppgh. ufba. br/Localização: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, CEP: 40.210-730, Salvador-BA**, p. 38, 2019.

SOUZA Filho, B.; PAULA ANDRADE, M.. **Relatório antropológico de identificação da Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Maria dos Pinheiro.** São Luís: INCRA, 2013.

TRIOLA, M. **Introdução à estatística.** 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

TEIXEIRA, Leila Maria Prates. Comunidade de Tomé Nunes: Memória e construção identitária no Alto Sertão Baiano. **Dissertação (Mestrado em História)**. UNEB, Campus V, Santo Antônio de Jesus, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Locus Repositório Institucional da UFV.** Disponível em: https://locus.ufv.br. Acesso em: 3 jul. 2024

APÊNDICE A - Referências dos textos analisados na revisão de literatura

da Costa, B. R. (2021). A escola multisseriada como serventia para a comunidade escolar Quilombola. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/489786917.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024, 23:51:06

da Silva Ribeiro, E., da Silva Souza, E., & Azerêdo, R. F. (2022). Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará. *NAU Social*, *13*(24), 923-936. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38838. Acesso em: 15 jun. 2024, 08:17:43.

da Silva[1], J. J., & Gonçalves, C. U. (2020). **Para além de partir ou permanecer: a migração quilombola em busca do trabalho acessório como estratégia de R-existência no território.** *Revista de Geografia (Recife)*, *37*(1). Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/248546. Acesso em: 18 jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/244537 . Acesso em: 23 jul. 2024.

DA SILVA, Simone Rezende. **Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra.** Conflito, Territorialidade e Desenvolvimento: Algumas Reflexões Sobre o Campo Amapaense, p. 13, 1998. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf . Acesso em: 08 mai. 2024

DE ARAÚJO, Eduardo F.; DA SILVA, Givânia Maria. **Racismo e violência contra quilombos no Brasil.** Confluências, v. 21, n. 2, p. 196-208, 2019. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf . Acesso em: 11 jun. 2024, 19:23:19.

DE GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro.** Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares, 1995. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v8i0p179-182. Disponível em: https://revistas.usp.br/ceru/article/view/74981.. Acesso em: 23 jul. 2025.

de Oliveira, O. M. (2022). Quilombos: território, memória e reexistência. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/33RBA/files/1661496101_ARQUIVO_40e9af3234da739c43f75c9ce0cfcbb5.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024, 19:38:19.

DUQUE, Adauto Neto Fonseca; VIEIRA, Maria Alveni Barros; SOUZA, R. N. R. **História e memória em quilombos do semiárido piauiense**: patrimônio e identidade cultural. SANTOS, C. O semiárido brasileiro e suas especificidades. Atena Editora, p. 195-220, 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conadis/2018/TRABALHO_EV116_MD1_SA14_ID627_26082018225128.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024, 13:02:55.

Ferreira, P. F., Alves, R. J. M., Rosário, A. S., & Pontes, A. N. (2020). Subsistência e agricultura familiar na comunidade quilombola África, Abaetetuba, Pará-Brasil. *Ciências ambientais: política, sociedade e economia da Amazônia*, *1*, 86-97. Disponível em: https://paginas.uepa.br/eduepa/wp-content/uploads/2020/12/amb_pol-soc-ec.pdf#page=86. Acesso em: 16 jun. 2024, 09:22:10.

Ferreira, D. L., de Carvalho, C. D. M. B., Brussio, J. C., & da Silva, V. C. R. F. (2020). Memória e identidade no Quilombo Saco das Almas: luta, resistência e direitos quilombolas. *Contemporânea*, *10*(2), 685-704. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Josenildo-Brussio/publication/348800586_Memoria_e_identidade_no_quilombo_Saco_das_Almas_luta_resistencia_e_direitos_quilombolas/links/60cfe32592851ca3acb79d37/Memoria-e-identidade-no-quilombo-Saco-das-Almas-luta-resistencia-e-direitos-quilombolas.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024, 15:48:39.

FERREIRA, Daciléia Lima et al. **Memória e identidade no Quilombo Saco das Almas:** luta, resistência e direitos quilombolas. Contemporânea, v. 10, n. 2, p. 685-704, 2020. Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/754 . Acesso em: 16 jun. 2024, 07:44:10.

Ferreira, P. F., Pontes, A. N., & Paula, M. T. de. (2018). Agricultura familiar e segurança alimentar na Comunidade Quilombola África, Abaetetuba (PA). *Natural Resources*, *8*(2), 60-65. https://doi.org/10.6008/CBPC2237-9290.2018.002.0007

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-64. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf . Acesso em: 16 jun. 2024, 15:20:39.

GUSMÃO, Neuza M. **Os direitos dos remanescentes de quilombos**. Cultura Vozes, n. 6, p. 3-12, 1995. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00050.pdf . Acesso em: 12 jun. 2024

GROSSI, Patrícia Krieger et al. MULHERES QUILOMBOLAS: racismo institucional, identidade e resistencias. **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, Brasil.**, 2019. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/20026. Acesso em: 17 jun. 2024, 10:14:22.

MEDEIROS, Jamilli; GARVEY, Brian. Expansão do dendê e os quilombolas do Alto Acará, Pará. **Amazônia em fluxo: Tensões, território e trabalho**, p. 33-44, 2021.

Disponível em: https://pureportal.strath.ac.uk/files/132359456/Book_Portuguese_version_Amazonia_em_Fluxo.pdf#page=34. Acesso em: 17 jun. 2024, 17:33:08.

MELO, R. S. A formação, resistência e identidade da comunidade *quilombola* dos Candendês. Afro-Ásia, Salvador, n. 59, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/25694. Acesso em: 18 jun. 2024, 08:06:45.

Pires, C. L. Z. (2022). **QUILOMBOS URBANOS E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: TERRITÓRIOS EM DISPUTA-EM PORTO ALEGRE/RS**. *Diálogos e Diversidade*, *2*, e14197-e14197. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/rdd/article/view/14197. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Givânia Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. **Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia.** 2021. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1247280 . Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Antonio Marcos; SOUZAS, Raquel. **Pertencimento ético e a formação da identidade do homem quilombola:** Diante da paternidade na comunidade de Barra do Brumado Rio de Contas Bahia. Caderno Sisterhood, v. 3, n. 3, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/sisterhood/article/view/31385 . Acesso em: 18 jun. 2024.

SOUZA Filho, B.; PAULA ANDRADE, M.. **Relatório antropológico de identificação da Comunidade Remanescente de Quilombo Santa Maria dos Pinheiro.** São Luís: INCRA, 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/nuevomundo/61721 . Acesso em: 15 jun. 2024

ANEXO B - Trabalhos analisados na pesquisa (2007-2023)

DIAS, Ana Luiza Fernandes de Oliveira. *Terra, trabalho, parentela e fé: uma abordagem da identidade afro-descendente e do território*. 2007. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Dias%2C+Ana+Luiza+Fernandes+de+Oliveira. Acesso em: 23 jul. 2025.

CUPERTINO, Maria Cristina. *Juventude Rural Quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas*. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Cupertino%2C+Maria+Cristina. Acesso em: 23 jul. 2025.

CARVALHO, Ícaro Trindade. *O Quilombo de Santo Antônio de Pinheiros Altos: entre o processo de reconhecimento e a construção cultural*. 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Carvalho%2C+%C3%ADcaro+Trindade. Acesso em: 23 jul. 2025.

PASINI, Isabela Leão Ponce. *Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte - ES*. 2014. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Pasini%2C+Isabela+Le%C3%A3o+Ponce. Acesso em: 23 jul. 2025.

MARQUES, Pedro de Aguiar. *Os processos do processo: (re)apropriações e (re)significações dos direitos pela comunidade quilombola de Córrego do Meio/MG*. 2016. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Marques%2C+Pedro+de+Aguiar. Acesso em: 23 jul. 2025.

CIRO, Amanda Cristina Santiago Silva. *Memória, Identidade e Cidadania: entre reflexões e diálogos com a comunidade remanescente de quilombo Buieié - Viçosa/MG*. 2019. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2019. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Ciro%2C+Amanda+Cristina+Santiago+Silva. Acesso em: 23 jul. 2025.

ALVES, Isa Rafaela. *Resiliência espacial em comunidades quilombolas: desafios relacionados ao uso e ocupação do solo em terras de uso comum*. 2020. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2020. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Alves%2C+Isa+Rafaela. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRITO, Gleice Tamires Gomes de. *O lugar e a identidade quilombola: uma abordagem sobre o processo histórico da Irmandade do Rosário, em Ribeirão das Neves (MG)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Brito%2C+Gleice+Tamires+Gomes+de. Acesso em: 23 jul. 2025.

MAIA, Emília Dias Quintão. *Desafios na educação quilombola: os saberes populares aplicados ao ensino de ciências*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: https://locus.ufv.br//handle/123456789/30495. Acesso em: 23 jul. 2025.

JERÔNIMO, Edilene de Cássia. *Tecendo memórias: ancestralidade, cuidado e educação na Comunidade Quilombola do Buieié*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023. Disponível em: https://locus.ufv.br//handle/123456789/32178. Acesso em: 23 jul. 2025.

SIMAN, Frederico Magalhães. *No Córrego dos Jorges: as conflitualidades agroambiental, étnico-racial e territorial na reprodução socioambiental de uma comunidade quilombola em Peçanha, Minas Gerais*. 2022. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2022. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/browse?type=author&value=Siman%2C+Frederico+Magalh%C3%A3es. Acesso em: 23 jul. 2025.

MATOS, Laudiceio Viana. *Knowledge in the environment analysis: the pedology and local knowledge in the quilombola community on northern Minas Gerais*. 2008. Dissertação (Mestrado em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas; Gênese, Morfologia e Classificação; Mineralogia; Química) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008. Disponível em: https://locus.ufv.br/items/8d8a6c1f-1989-45d1-9007-2a1a421fe19d. Acesso em: 23 jul. 2025.

MARQUES, Pedro de Aguiar. *Os processos do processo: (re)apropriações e (re)significações dos direitos pela comunidade quilombola de Córrego do Meio/MG*. 2016. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/8271. Acesso em: 23 jul. 2025.